

O SÉCULO ILUSTRADO

**POR QUE
NÃO FOMOS
EXPULSOS
DE MACAU**

**A POSSE
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Nº 1897 DE 18-5-74

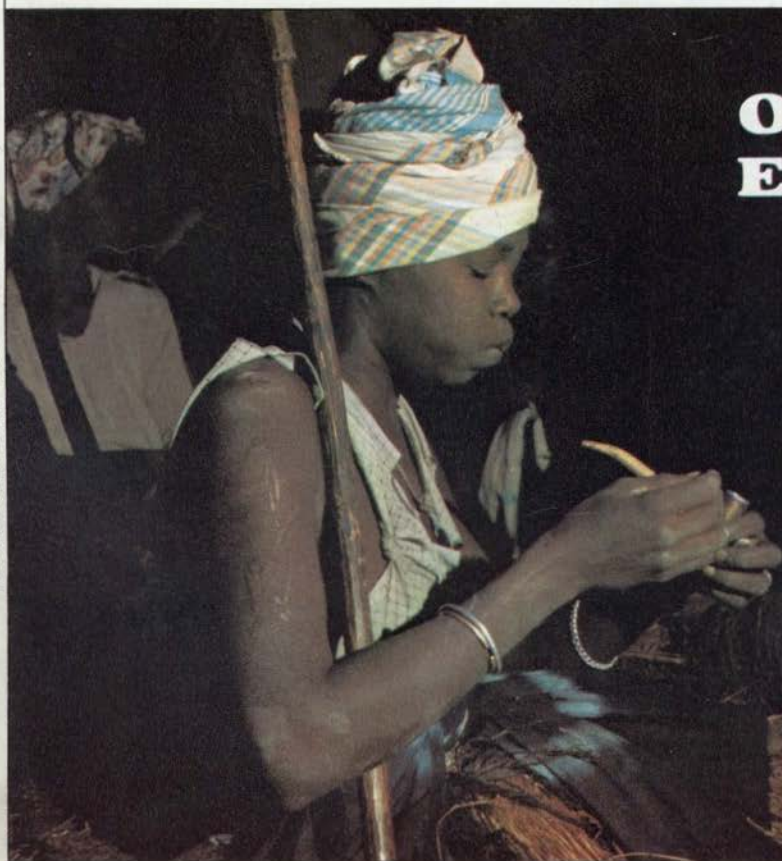
Agente secreto espanhol
revelou em 1972

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BELÉM

**COMO
MATARAM
HUMBERTO
DELGADO**



**O ULTRAMAR
EM QUESTÃO**





EM SI A MALHA ASSOCIADA AO PRAZER DUM PASSATEMPO PARA HOMENS. UMA MALHA LEVE, CONFORTÁVEL, MODERNA. UMA MALHA ESCOLHIDA PARA OS SEUS MELHORES MOMENTOS.



famador
MALHAS



DECORE A SUA CASA E GANHE DINHEIRO ESTUDANDO DECORAÇÃO



POR CORRESPONDÊNCIA, A UM PREÇO MÓDICO, QUE LHE DARÁ DIREITO A RECEBER CADERNOS DE LIÇÕES E MATERIAL COMPLEMENTAR E A DISPOR DE UMA ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA PERMANENTE E COMPLETA QUE INCLUI CORRECÇÃO DE EXERCÍCIOS E RESPOSTA A TODAS AS DÚVIDAS E CONSULTAS SOBRE A MATÉRIA, APROVEITANDO OS TEMPOS LIVRES, SIGA UM CURSO DE ALTA QUALIDADE QUE O CETOP SE ORGULHA DE OFERECER AO PÚBLICO. APRENDA A DOMINAR ESTA ARTE DE PLENA ACTUALIDADE.

Você pode seguir este excepcional **CURSO DE DECORAÇÃO** na sua própria casa, beneficiando das múltiplas vantagens que o seu estudo lhe proporcionará. Decorará a sua casa e, assim, além de a embelezar, estará também a adquirir prática. Provará desse modo o seu bom gosto e aplicará os conhecimentos aprendidos no curso. Poderá ganhar dinheiro logo enquanto estuda, pois durante o curso estará já em condições de fazer projectos e arranjos de decoração, e bastar-lhe-á o que recebe por um projecto para pagar totalmente o curso. Tendo o curso completo, possuirá um *arquivo profissional* constituído por uma colecção de mais de 600 gravuras e uma *autêntica enciclopédia* de 1800 páginas.

Quando for decorador — ou decoradora — terá as maiores facilidades em conseguir bons rendimentos, pois *são inúmeras as oportunidades que esperam por si*. Poderá, por exemplo, colaborar com arquitectos, encarregando-se da parte decorativa dos projectos e instalações. Se preferir, poderá empregar-se em lugares com alto ordenado e de trabalho agradável e interessante em empresas de decoração e mobiliário ou em outras actividades. Mas poderá também *estabelecer-se por conta própria*, dedicando-se a decorar interiores de habitações, estabelecimentos comerciais, salas de espectáculos, lugares públicos, etc.

Que estudar? O curso dá-lhe uma completa formação técnica, de natureza muito prática, sobre todas as matérias de decoração.

Ficará preparado para todos os trabalhos que um decorador deve saber realizar, estudando, em termos práticos, «Teoria de Decoração» e outras disciplinas, como «Complementos Decorativos», «Conjuntos e Projectos», «Esboços e Desenhos», «Técnica do Móvel», «Estilos Artísticos».



...preencha com letra clara o cupão junto e envie-o, por favor, a
CETOP — Centro de Ensino Técnico e Orientação Profissional

Apartado 7 — Mira-Sintra — Mem Martins — Portugal



o encio em seu caso



Queiram enviar-me, sem compromisso, o folheto do curso de

Nome: _____

Morada: _____

Localidade: _____

Ref.ª _____

CETOP

Membro do Conselho Europeu
de Ensino por Correspondência

NESTE NÚMERO PODE LER:

COMO FOI MORTO HUMBERTO DELGADO

O ULTRAMAR EM QUESTÃO

PORQUE NÃO FOMOS EXPULSOS DE MACAU

ENTREVISTA COM RUI LUÍS GOMES



ANO XXXVII — N. 1897 — Preço 10\$00
11 de Maio de 1974
SAI AOS SÁBADOS

Director: J. R. Redondo Júnior

Chefe da Redacção: Duarte Figueiredo

Subchefe da Redacção: Rogério Petinga

Redacção: Guedes de Amorim, Manuel de Lima, Carlos Plantier, Joaquim Gaio, Teresa Mendes, Viriato Dias, Orlando Duarte Chagas, José Amaro

Fotografia: Eduardo Gageiro, Fernando Baião, Alfredo Cunha

Arranjo Gráfico: Luís Filipe da Conceição, Luís Filipe Pavão

Colaboradores: Afonso Cautela, Ana Maria Lucas, Artur Varatojo, Edmundo Motrena, Francisco George, José Manuel da Fonseca, Maria Antónia Palla, Maria Leonor, Maria Helena de Freitas, Manuel Alves Matias, Teresa Figueira

Distribuição: Distribuidora "O Seculo" Telef. 35152

"O Seculo Ilustrado" é uma edição semanal de "O Seculo". Redacção e Administração: R. de "O Seculo", 41 a 63 — Lisboa-2. Telef. P. B. X. 36 27 51. Telex. 1372. Oficinas: R. de "O Seculo", 41 a 63. Sucursal no Porto: R. Sá da Bandeira, 5. Propriedade: Sociedade Nacional de Tipografia.

PREÇO DE ASSINATURAS

Via normal — Continente e Ilhas: trimestral, 130\$00; semestral, 250\$00; anual, 480\$00. Províncias Ultramarinas, Espanha e Brasil: semestral, 255\$00; anual, 490\$00. Estrangeiro: semestral, 302\$00; anual, 584\$00. Via aérea — Ilhas Adjacentes: semestral, 287\$00; anual, 574\$00. Ultramar: 557\$00 e 1114\$00. Espanha: 287\$00 e 574\$00. Brasil: 609\$00 e 1218\$00. Países europeus (excepto Espanha): 396\$00 e 792\$00. Países não europeus (excepto Brasil): 692\$00 e 1384\$00.



O VAT 69 ERA JÁ O MELHOR!

Assim o decidiram por unanimidade os conhecedores convocados em 1863 por William Sanderson para escolher o seu melhor "blend" e assim continuam a dizer em todo o mundo todos os que sabem apreciar um bom e genuíno "Scotch".

Não vamos dar-lhe o "segredo" de VAT 69: podemos é garantir-lhe que a sua já longa história foi uma boa escola!

BEBA VAT 69!

NA VELHA TRADIÇÃO DO SCOTCH, A QUALIDADE QUE O SEU GOSTO PREFERE!

PRODUZIDO E ENGARRAFADO NA ESCÓCIA

Representantes exclusivos:

DELAFORCE SONS & CIA.



Quem não sabia?

Para mim, "Portugal e o Futuro" foi a "Grândola, Vila Morena".

Na verdade, o pensamento político do general António de Spínola estava suficientemente expresso nos discursos, depoimentos e entrevistas feitos durante o seu Governo da Guiné, para quem quer que fosse se ter surpreendido. Todas as declarações que proferiu foram, essencialmente, para ser ouvidas em Lisboa. O esquema político que concebeu e aplicou continha já os fundamentos de um programa mais vasto, implicando todo o espaço português. Logo, os acontecimentos históricos do dia 25 de Abril tinham de ser a cúpula de uma estrutura política que veio a ser edificada a partir do momento em que o general assumiu o governo da Guiné.

No final de uma longa conversa, quando o conheci pessoalmente, disse ao general: "Julgava-o um homem de formação nazi e um militarão de estilo prussiano. Vejo que me enganei absolutamente e peço desculpa."

O general sorriu e eu fiquei a meditar na nossa conversa de mais de duas horas. A meditar e prometendo a mim próprio que estaria atento à sua acção.

A certeza de que um "25 de Abril" viria a acontecer em Portugal começou a germinar no meu espírito quando, no final de Janeiro de 1971, recebi o exemplar de "Política Governativa e Objectivos Sociais" (directiva aos serviços públicos, autoridades administrativas, entidades privadas e demais actividades da Guiné Portuguesa). Não era difícil concluir que o general Spínola escrevera esta "directiva" não só para ser escutada na Guiné, mas, fundamentalmente, para ser pensada em Lisboa. Eu próprio lho disse, quando do nosso primeiro encontro em Bissau, vendo confirmada a minha tese.

Pois o que queria dizer: "no mundo de hoje, cada vez é menos possível governar os povos senão em seu nome e por seu mandato"? E quando fala do "mais intransigente respeito pelo princípio de que o poder se exerce a bem dos cidadãos e por sua delegação"? E nos "mais puros princípios de justiça, liberdade cívica e participação do povo na gestão dos seus próprios interesses"?

Não sabia o general que nada disto era praticado pelo Governo de Lisboa? Ao manifestar, tão abertamente, o seu pensamento político, o general assumia uma atitude nitidamente oposicionista em relação ao regime.

"Mas — escreveu ainda — para a consecução da finalidade pretendida, impõe-se estabelecer normas precisas para a vida em comum de grupos diversos, em ordem a criar um clima

social que facilite e permita o progresso harmónico dos diversos aglomerados humanos. Tais normas terão de pautar-se pelo respeito intransigente do direito de cada um à liberdade individual, à consideração social e à propriedade legitimamente adquirida." Pois não é exactamente isto que consta do Programa do Movimento das Forças Armadas — Povo?

Claro que "Política Governativa e Objectivos Sociais" foi escrito para Lisboa ler.

Eu próprio o afirmei ao general e disse-lhe: "Considerando eu que as suas palavras foram dirigidas a Lisboa, não sei se a pergunta que me permite fazer é impertinente, mas formulo-a: onde escreveu **grupos diversos** não poderá ler-se partidos políticos?"

E o general respondeu: "A pergunta não é impertinente, é pertinente. Tem razão."

Por outro lado, sabendo o general da linha obstinadamente traçada pelo Governo de Lisboa acerca da política ultramarina, não deixava de afirmar: "Proseguiremos, assim, a nossa política de abertura, aceitando o regresso de todos aqueles que a nós desejem juntar-se." (**Não regressaram agora os exilados políticos?**) "Temos de admitir abertamente que os africanos são perfeitamente capazes de definir concretamente as suas legítimas aspirações e de contribuir com soluções válidas para uma eficiente gestão dos interesses comuns."

Logo, eu tinha a certeza de que também "Portugal e o Futuro" haveria de ser escrito. Tendo o livro surgido como "um imperativo moral de quem não pode conter-se", a verdade é que não se tratava apenas de um "imperativo moral". Quem se tivesse debruçado atentamente sobre os escritos do general Spínola como é o meu caso, concluiria que faltava este **remate** e, portanto, ele não podia constituir surpresa para todos quantos estiveram atentos à linha do seu pensamento.

Como não havia eu, pois, de tomar, para mim, "Portugal e o Futuro" como a "Grândola, Vila Morena"? A partir desse momento, o processo que conduziu ao 25 de Abril era irreversível. Só quem não conhecesse o general Spínola não saberia. Eu sabia. Poderia estar impaciente — mas sabia. Desde Janeiro de 1971.

E, é desde o nosso primeiro encontro em Bissau que estou com o general Spínola, com o 25 de Abril e com o Programa do Movimento. Mas independente. Intransigentemente independente, como sempre fui.

REDONDO JÚNIOR

As vitaminas

Bem há pouco tempo uma leitora pretendia conhecer a importância das vitaminas na alimentação. Para responder a pergunta formulada começaremos por descrever as vitaminas e as doenças que podem provocar quando não se encontram na alimentação, isto é, as avitaminoses.

As vitaminas são substâncias orgânicas, indispensáveis na realização de certas reacções metabólicas, que o organismo não pode fabricar e que, por isso, devem ser ingeridas sob a forma de factores dietéticos.

A primeira vitamina cuja constituição química se conheceu foi a **tiamina** e como era necessária para a **vida** passou a chamar-se vitamina; apesar das outras vitaminas serem de constituição química muito diversa o nome generalizou-se a todas que passaram a denominar-se com letras à medida do seu descobrimento, isto é, vitamina A, B, C, D... Também se viu que a vitamina B era formada por um conjunto de factores vitamínicos diferentes (complexo B) e por isso passou a falar-se em vitamina B1, B2, etc.

VITAMINA A: A falta desta vitamina na alimentação origina graves doenças dos olhos que podem conduzir à cegueira. Sobretudo em crianças recém-nascidas esta vitamina desempenha também um importante papel no crescimento. Certas alterações da pele são também atribuídas à falta de vitamina A. A manteiga, o óleo de fígado de bacalhau e a gema de ovo são alimentos ricos em vitamina A.

VITAMINA D: A falta desta vitamina na alimentação (avitaminose D) determina o raquitismo na criança e a osteomalácia no adulto. Trata-se duma vitamina cuja acção se exerce na absorção de cálcio pelo intestino. O óleo de fígado de peixe é rico em vitamina D.

VITAMINA C: A carência alimentar desta vitamina provoca o escorbuto que é uma doença caracterizada por anemia, hemorragias gengivais, defeitos da implantação dos dentes, facilidade de fracturas ósseas e dificuldade na cicatrização das feridas. É uma doença que hoje é rara e que foi descrita no século XI por Joinville, mas só em 1671 Nicolas Venette estabeleceu pela primeira vez a relação entre o aparecimento do escorbuto e a ausência de vegetais frescos na

alimentação. Como já se disse, a doença hoje é excepcional, mas os estados de pré-carência são habituais. Esta avitaminose fruste é caracterizada sobretudo pela diminuição das resistências do organismo. Vegetais como os agriões, nabças, couve-flor, couve portuguesa, grelos de couve, espinafres, etc. são alimentos muito ricos em vitamina C.

VITAMINA B1 (tiamina): O béri-béri é uma doença causada pela falta de várias vitaminas na alimentação, mas é a vitamina B1 a principal responsável pelo aparecimento da doença que clinicamente se caracteriza por alterações nervosas, cardíacas e pulmonares. Contudo, a avitaminose fruste é mais frequente e caracteriza-se por falta de apetite, fraqueza muscular, formigueiros, tensão arterial baixa, etc. Fígado, chouriço, fiambre, presunto, ervilha, feijão, grão, noz e avelã são exemplos de alimentos ricos em vitamina B1.

VITAMINA B2: Só em 1926 é que a vitamina B2 foi separada da vitamina B1. Apesar da grande importância que os derivados desta vitamina têm nos processos metabólicos, o défice de vit. B2 não parece determinar doença.

VITAMINA B5 (ácido pantoténico): Não se conhecem as manifestações de carência desta vitamina.

VITAMINA B6: Esta vitamina foi isolada e cristalizada em 1938, mas só em 1951 foi descoberta uma doença nos recém-nascidos, caracterizada por convulsões e outras anomalias do sistema nervoso, atribuída à carência de vit. B6. No entanto, tem sido utilizada com êxito no tratamento de polinevrites, vômitos da gravidez, inflamação da boca, etc.

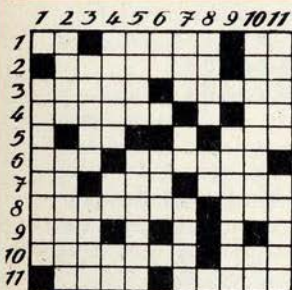
VITAMINA B12: a carência desta vitamina origina uma doença (anemia perniciosa) caracterizada por anemia, perturbações digestivas e nervosas.

VITAMINA PP: A falta da vitamina PP na alimentação determina o aparecimento de uma doença chamada pelagra. Trata-se duma doença que se encontra nas populações privadas de carne e de peixe. Esta doença não é rara em Portugal e as suas principais manifestações são diarreia, dermatite e demência.

Outras vitaminas são conhecidas: Ácido Fólico, Biotina, Inositol, vitamina P, vitamina E e vitamina K, também chamada anti-hemorrágica porque a sua carência determina o aparecimento de hemorragias.

DR. FRANCISCO GEORGE

PALAVRAS CRUZADAS



PROBLEMA NÚMERO 252

HORIZONTAIS: 1 — Antes de Cristo. Despedida. Seis. 2—Medida agrária dos romanos. Pref. de negação. 3—Assinala. Este... não soa. 4—Cabazes fundos. Quinhentos e cinquenta. 5—Porco. Itinerário. 6—Pref. q. s. vida. Percorrem. 7—Aspecto. Parceiro. Levantar. 8—Barrancos. Agradei. 9—Somei. 10—Antigo capacete, sem viseira. Pref. q. s. ouvido. 11—Derrota. Rentes.

VERTICAIS: 1—Terminaram. 2—Astúcia. Raivosos. 3—Cara. Dança

popular portuguesa. 4—Assobio. Letra grega. Graceja. 5—Dignidade capítular que preside ao cabido. Ociosidade. 6—Prep. ant. Lavra. 7—Joeira. Campeão. Fruto de grande trabalho. 8—Carta de jogar. Apellido. 9—Valas que cercam uma propriedade. 10—Conjunto das uvas vindimadas (pl.). Usa-se para chamar porcos (intj.). 11—Sacrifica. Escárnios.

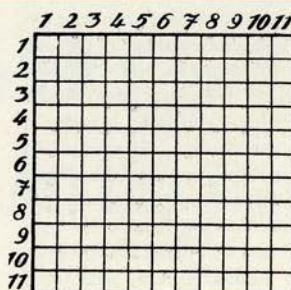
Entre as soluções encontrará a tradução de uma locução francesa, que significa uma oportunidade que nunca mais se tem.

PROBLEMA NÚMERO 251

SOLUÇÕES

HORIZONTAIS: 1—O. Cal. TEMPO. 2—Cor. Par. Au. 3—Soa. Sic. Rir. 4—Eira. Sire. 5—Tala. Tacos. 6—Sam. NÃO. Ur. 7—Mas. Apar. 8—Panal. Greda. 9—Amir. Oral. 10—DI. In. Ama. 11—Era. Aclarar.

VERTICAIS: 1—SE. PODE. 2—Coitara. Ir. 3—Coaram. NA. 4—Ar. Al. Rami. 5—Analina. 6—Pis. As. 7—Tácto. Al. 8—Er. Rã. Aroma.



9—RECUPERAR. 10—Pai. Orada. 11—Ouros. Ralar.

EM BRANCO, SIMÉTRICO NÚMERO 36

HORIZONTAIS: 1—Enguia. Galhofa. 2—Aves columbinas. Moradia de família nobre. 3—Findo. Chega à entrada de... 4—Anéis. Transmite por testamento. 5—Andar. Graceja. 6—Grei. Óxido de cálcio. 7—Relógio de sol dos romanos. 8—O Sol entre os egípcios. Espécie de cesto de verga, para apanhar peixe. 9—Campo coberto de plantas forraginosas. Expedi. 10—Bário (s.q.). O centro de

uma cabana. 11—Ocasão imprevista. Pref. gr. q. s. mundo.

VERTICAIS: 1—Vingança. Qualidade de não dar fruto. 2—Penhasco no mar. Brisa. 3—Fábricas de loiça de barro. Protecção. 4—Gosto. Vagas. 5—Estes, como estão isolados, pedem socorro. Cão de fila. 6—Períodos. 7—Chiste. Elevação da voz. 8—Ganho de duas partidas seguidas no jogo do "Whist". Nome de um fruto e de um verso. Este não tem lógica nenhuma. Seguias. 10—Tira. Abr. de item. 11—Agora. Pseudónimo.

BRANCO SIMÉTRICO NÚMERO 35 SOLUÇÕES

HORIZONTAIS: 1—Sinal. Minas. 2—Acari. Ícaro. 3—Rói. Imã. 4—Arada. Mofar. 5—Dor. Ala. 6—Vela. Ledo. 7—Sob. Afã. 8—Al. Senti. Ar. 9—Natas. Oniro. 10—Toas. Aval. 11—Oso. Oco. Ola.

VERTICAIS: 1—Sarau. Canto. 2—Icor. Laos. 3—Naiades. Tão. 4—Ar. Dolosas. 5—LI. Árabes. 6—MC. 7—Mi. Malato. 8—IC. Olefina. 9—Naifada. Ivo. 10—Arma. Aral. 11—Soara. Arola.



distribuidora **O SÉCULO** Rua de "O SÉCULO", 41 a 63 LISBOA-2

novamente à venda



A CRIANÇA DOS 6 AOS 15 ANOS (segunda edição)
Pierre Galimard
Moraes

Preço: 65\$00

SOBRE LITERATURA E ARTE
Marx-Engels
Estampa

Preço: 70\$00

O MERCADO COMUM
a integração e Portugal
Sérgio Ribeiro
Estampa

Preço: 50\$00

REFORMA OU REVOLUÇÃO?
Rosa Luxemburgo
Estampa

Preço: 30\$00

CURSO PRÁTICO DE CONTABILIDADE
(segunda edição) Mário do Carmo Peres
Valdemar Monteiro de Oliveira
Editorial O Seculo

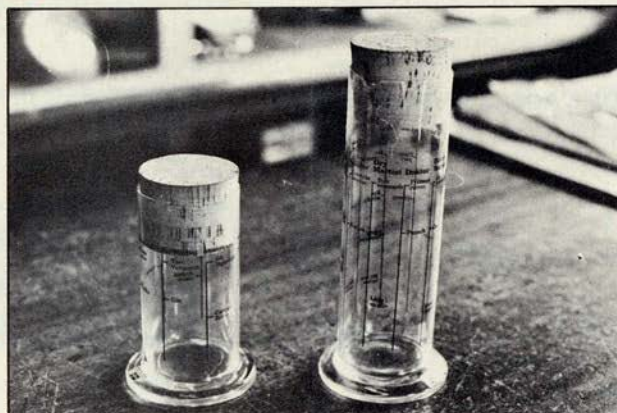
Preço: 205\$00

UM SOCIALISMO DO POSSÍVEL
François Mitterrand
Moraes

Preço: 55\$00



Todas as informações e sugestões que apresentamos nesta secção estão isentas de qualquer carácter publicitário. Salvo indicação expressa em contrário, os estabelecimentos comerciais referidos situam-se em Lisboa.



1
PARA TRÁS E PARA OS LADOS — Quem guia sabe como é: o retrovisor convencional não mostra o que se passa ao lado do carro e o panorâmico deforma a visão para trás, dando por vezes uma errada sensação de distância. Aproveitando o que há de melhor em cada um dos sistemas, o "Securitas II" combina um espelho central plano com 2 convexas, de ambos os lados. Custa 250 escudos e não oferece problemas de fixação: prende-se facilmente sobre o retrovisor de origem do carro. (Vimos na Bapal, Avenida Óscar Monteiro Torres, 35-A. Telefone: 76 21 28.)

2
"PASSA-ME O SAL" — Se é partidário da "lei do menor esforço" e não quer incomodar constantemente a família durante as refeições com pedidos no estilo de "passa-me o sal" ou "dá-me o azeite" (ou, simplesmente, se até isso também já o cansa) este centro de mesa rotativo pode ser a solução. Com um simples gesto, tem todos os condimentos ao seu alcance. O centro de mesa tem cerca de 20 centímetros de diâmetro, custa 79 escudos e é de material plástico branco. (Na Casa dos Pneus, Rua da Prata, 132. Telefone 32 42 97.)

3
CÁBULA DO VIDRO — Se não está muito seguro das porções e dos ingredientes necessários para fazer o seu "cocktail" preferido ou se é novato na matéria e quer impressionar os amigos, este "shaker" foi feito para si. As receitas dos "cocktails" mais conhecidos estão impressas no vidro. Basta-lhe misturar as bebidas nas quantidades indicadas e... servir. Os dois tamanhos custam, respectivamente, 337\$50 e 385 escudos. À venda na Casa Costa e Branco (Rua da Assunção, 73-77. Telefone 32 59 35)

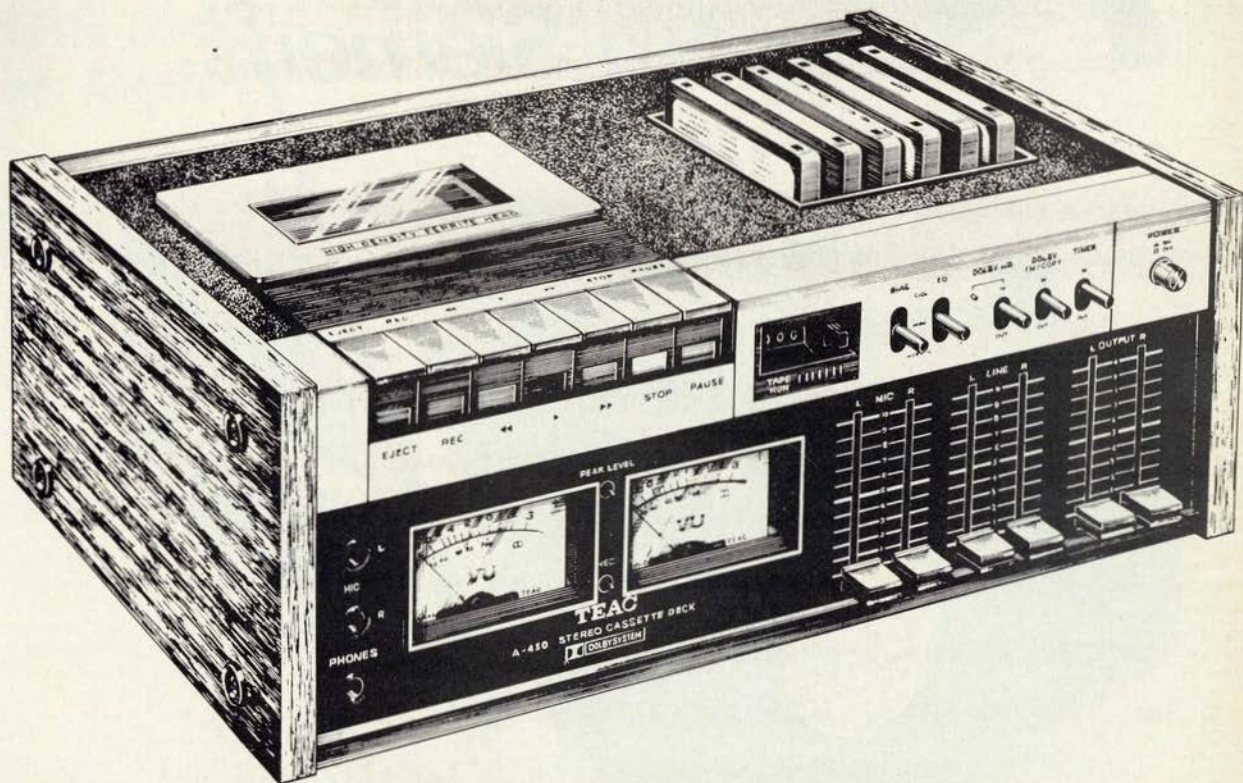
4
O BEBÉ NÃO CAI — É um cinto semelhante aos outros, mas tem uma utilidade muito especial: prender a roupa da cama das crianças. Evita-se assim o recurso a alfinetes ou a outros "expedientes" — e, o que é fundamental, o bebé não cai. O cinto é suficientemente comprido para poder usar-se até em camas de adultos e não prende os movimentos do bebé, porque é elástico. Custa 50 escudos na Materna. (Rua do Carmo, 56. Telefone 32 10 85.)

5
ATÉ A ÚLTIMA GOTA — Embora não pareça, estes dois tubos transparentes servem para espremer limões. E fazem-no até à última gota: basta cortar as duas extremidades do citrino, forçar a entrada de um dos tubos pela polpa e apertar. Depois, é só juntar água e açúcar e... aí está a limonada. Cada embalagem, com 2 tubos, custa 28 escudos — o que até nem é caro, comparado com os preços dos próprios limões. (Na Antiga Casa José Alexandrê, Rua Garrett, 12. Telefone: 32 67 91.)

TEAC®

Gravador Estereofónico de Cassettes

A-450



É difícil resumir adequadamente os resultados das nossas observações técnicas de outra forma que não seja dizer que a performance do Teac A-450 satisfaz os melhores padrões de Alta Fidelidade, e chega mesmo a igualar ou em certos casos a superar, as características dos gravadores de bobine da mais alta qualidade.

É sempre um prazer para um crítico manejar um aparelho que realmente funciona como ele espera que funcione, e como o fabricante diz que há-de funcionar. Não ficamos apenas agradados do Teac, ficamos maravilhados.

Extraído da crítica de D. G. Killick, na Revista Gramophone de Outubro de 1973.

A LEGENDÁRIA QUALIDADE TEAC®

TEAC®
O SOM DA PERFEIÇÃO

JORGE GONÇALVES
Av. 5 de Outubro, 53-1º — LISBOA-1



***Dez milhões
aspiram
com Siemens...***



SIEMENS

***Será
a Senhora
a próxima?***

Pensamos que sim!
Pois se a Siemens atingiu
esta cifra de produção é
porque ele chega, aspira e
converte.
E não apenas este, mas todos
os modelos da nossa gama
de aspiradores se encontram

equipados com acessórios de
utilização que a irão convencer
também a si.
Os revendedores autorizados
e o pessoal das nossas exposições
estão ao seu dispor para lhe
apresentar o máximo a que pode
aspirar: Um aspirador Siemens.

Os acontecimentos

Costa Gomes em Angola

Cerca de 48 horas foi o tempo de permanência em Luanda do general Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

As revelações feitas à Imprensa pelo general Costa Gomes e contactos mantidos durante a sua estadia não alargam as margens para tecer grandes considerações sobre a viragem anunciada e sempre mais exigida no Estado de Angola, onde o golpe militar de 25 de Abril criou expectativa e incerteza na população de mais de 5 900 000 pessoas, das quais apenas 300 000 são brancas. À sua chegada ao aeroporto de Luanda, no dia 4, uma conferência de Imprensa tornou mais claros os motivos da inesperada visita. *Teremos de garantir a ordem e tranquilidade para que, livremente, sem temores, nem pressões, o Povo venha escolher as soluções que sirvam os seus verdadeiros interesses...* Para isso e como português que se iria dirigir a todos os portugueses, *vou falar àqueles homens de boa vontade que, tendo nascido à sombra da bandeira de Portugal, quer vivam em Dili, Luanda, Pretória ou Paris, estão resolvidos a reflectir isoladamente, a discutir em grupo e a pensar como a actual sociedade portuguesa virá a projectar-se no "écran" movediço da sociedade internacional.* E para que não ficassem dúvidas dessa permanência relâmpago num espaço social agora aberto à liberdade e em expectativa existencial por uma independência reclamada, o general Costa Gomes disse ainda: *Em Angola, em todo o espaço onde flutua a nossa bandeira, o Povo terá de acelerar o estudo, o trabalho, a politização válida que permita construir na ordem a verdadeira liberdade, a liberdade de consciência dos povos. O ano proposto no programa do Movimento das Forças Armadas para as eleições livres de um Governo representativo exige colaboração intensiva de todos os portugueses, de todos os grupos, partidos, associações e correntes de pensamento. Esse governo será o ponto de partida para a construção acelerada de uma verdadeira autodeterminação, tão verdadeira que cada um de nós não pode antecipadamente fixar para as parcelas de Portugal um figurino com cortes ou ligações preconcebidas entre essas parcelas.* Antes de deixar Angola e de novo no aeroporto de Luanda e depois de se ter encontrado nos dois dias que permaneceu na capital com os comandos militares e com algumas representações, o general Costa Gomes dirigiu um apelo aos movimentos de libertação:

Vamos depor as armas da guerra e utilizar as novas possibilidades do ambiente em Portugal. Deixemos ao Povo a livre escolha dos seus destinos, a sua autêntica autodeterminação. Um apelo que embora ouvido não teve ainda nos líderes dos movimentos de libertação a mesma ressonância que terá tido nos milhares de pessoas que acorreram ao aeroporto para se despedirem do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Os guerrilheiros, segundo as notícias que têm chegado, não estão dispostos a depor as armas enquanto Portugal não reconhecer inequivocamente a independência a Angola. Não obstante esse facto, ainda não suficientemente clarificado, o general Costa Gomes ao chegar no dia 6 a Lisboa reafirmou a sua posição em relação aos movimentos de libertação que lutam em Angola, Moçambique e Guiné por uma independência incondicionada: *A Frelimo, como qualquer outro partido chamado emancipalista, pode estabelecer-se livremente desde que cesse as operações. Enquanto o não fizer não podemos aceitá-la como partido nas mesmas condições dos outros.*

Um outro aspecto focado na Conferência de Imprensa, e particularmente na comunicação sobre a viagem a Angola, foram as reacções provocadas na população frente à independência defendida. *Todos os grupos humanos dessa sociedade luso-tropical me fizeram sentir que não aceitarão soluções paternalistas, mas todos me deram a grande alegria de sublinhar a esperança na viabilidade efectiva da autodeterminação autêntica, num quadro variável de um portuguesismo pluricontinental.*

Artigos de luxo

Foi criada, no Ministério das Finanças, uma comissão "ad hoc", designada por Comissão de Controlo do Comércio Externo, a fim de evitar a fuga de capitais e regular o abastecimento de produtos fundamentais. Compete à comissão o licenciamento de operações de importação e exportação de mercadorias de valores superiores, respectivamente, a 1000 e 500 contos. Mantém-se, contudo, competência atribuída em diplomas anteriores, respeitantes a esta matéria, das entidades neles designadas, nas operações de valores iguais ou inferiores aos agora indicados.

A importação de bens considerados não prioritários, supérfluos ou de luxo, poderá ser proibida pela comissão sempre que envolva prejuízo para a economia nacional.

Esses bens são os seguintes: lagostas e lagavantes, crustáceos e moluscos preparados em conserva, massas alimentícias, bolachas e

biscoitos, cerveja, champanhe, conhaque, uísque, tabaco manipulado, perfumarias e outros preparados para toucador, pneus e câmaras de ar, obras de couro, peles em cabelo para adorno e obras, tapetes e tapeçarias, vestuário exterior de malha elástica sem borracha, vestuário exterior para homens e rapazes, vestuário exterior para senhoras, raparigas e crianças, lenços de algibeira, xales, lenços para o pescoço, etc., roupas de cama, mesa, etc., calçado, chapéus, etc., penas de adorno, flores artificiais, obras de cabelo, etc., azulejos, louça e utensílios de uso doméstico ou de toucador, em porcelana, louça de outras matérias cerâmicas, estatueta, objectos de fantasia, etc., de cerâmica, objectos de vidro para serviço de mesa, cozinha, toucador, etc., pérolas naturais em bruto ou trabalhadas, diamantes não industriais e outras gemas, artefactos de joalharia de metais preciosos, joalharia falsa e de fantasia, colíeres, conchas para sopa, garfos, facas especiais, estatueta e outros objectos de ornamentação em metal, automóveis para transporte de pessoas não montados pela indústria nacional, motocicletas e velocípedes com cilindrada inferior a 50 cm³, velocípedes sem motor, rebocos de campismo ou desporto, embarcações para uso desportivo, relógios de ouro, platina, prata, dourados ou chapados de ouro, armas de fogo (de caça, de recreio e de ornamentação), bonecas de qualquer espécie, outros brinquedos, jogos (cartas de jogar, bilhares, etc.), artigos para divertimentos e festas, acendedores ou isqueiros, objectos de arte e de colecção: antiguidades.

A comissão referida poderá deliberar igual proibição relativamente à exportação dos seguintes bens, quando essa exportação possa prejudicar o abastecimento regular do mercado interno: grão-de-bico, azeite, gasóleo e fuelóleo pesado (não incluindo fornecimentos à navegação), ureia, adubos, chocos e lulas refrigerados ou congelados, batata para consumo, peixe fresco ou congelado, papel e produtos de papel e pasta branqueada.

Os boletins de registo de importação e de exportação de mercadorias de montante superior, respectivamente, a 5000 e 2000 contos, já emitidos e ainda válidos, carecem da confirmação da Comissão de Controlo do Comércio Externo, que poderá solicitar, a qualquer entidade pública ou privada, os elementos e informações necessários ao cumprimento das suas atribuições.

A recusa da prestação dos elementos e informações solicitados será punida.

Os importadores ou exportadores que realizem ou tentem realizar transacções contrárias ao que agora se estabelece, designadamente através de práticas de sobrefacturação ou subfacturação, serão igualmente punidos.

Maio de 1974

Para um Portugal novo

Passados os momentos de euforia, seguem-se os momentos de reflexão, em que "Para um Portugal novo" é a palavra de ordem a nortear a actividade de todas as agremiações políticas de todos os portugueses.

Intensivo tem sido o trabalho dos elementos da Junta de Salvação Nacional, das comissões que a apoiam, dos partidos já formados e dos que se encontram em fase de formação: as afirmações dos elementos responsáveis tornadas públicas na primeira semana deste mês e os programas difundidos revestem-se de particular significado histórico. Propomos alguns à reflexão dos leitores, na impossibilidade de nestas páginas tudo arquivarmos.

MOVIMENTO FEDERALISTA

No início da semana, propunha-se a constituição de um Movimento Federalista nestes termos:

Portugueses de diversas ideologias, sem distinção de religião ou etnia, certos dos propósitos eminentemente patrióticos da Junta de Salvação Nacional, presidida pelo general António de Spínola e representando o pensamento e os anseios da grande maioria do povo português, propõem o seguinte programa para a constituição de uma grande associação cívica visando a reconciliação e a unidade de todos os portugueses:

A guerra no Ultramar é um problema de Portugal, cuja solução passa pela liberdade dos portugueses. Propugna-se a autodeterminação de Portugal através de uma federação integrada, como base ampla para a dinamização dos portugueses numa tarefa comum;

Exercício das liberdades cívicas em regime de ordem e responsabilidade com a participação de todos e o respeito dos vários ideais políticos portugueses;

Garantias de efectiva liberdade religiosa, nomeadamente à Igreja Católica, à religião Islâmica e demais confissões religiosas representativas, devendo reconhecer-se-lhes o lugar que lhes compete na formação e assistência espiritual dos portugueses;

Economia de expansão e de aproveitamento de todas as potencialidades da Nação para a recuperação do seu atraso económico e para a harmonização do processo de desenvolvimento interterritorial através de uma intervenção activa de Estado de uma economia progressiva;

Criação de condições para a livre circulação de pessoas, bens e capitais na Nação portuguesa;

Garantias de independência da economia portuguesa em face dos grupos internacionais. Luta contra as situações monopolistas;

Definição, com ampla participação da lavoura, de uma política agrária que permita o aproveitamento integral das reais potencialidades do sector;

Reorganização dos circuitos de distribuição de bens essenciais;

Reforma fiscal correctiva da distribuição da riqueza e dinamizadora da economia e anti-inflacionária;

Economia social: contenção do custo de vida, justa distribuição dos rendimentos, criação de condições de emprego para todos, de modo a garantir a vida digna a todos os portugueses em Portugal, reorganização da segurança social, reconhecimento da propriedade, na medida em que exerça uma função social integrada nos superiores objectivos da economia portuguesa. Elevação e defesa da qualidade da vida;

Garantias de efectivação do direito à saúde, concebendo o exercício da actividade médica como função social, e do direito à habitação;

Vitalização da cultura portuguesa à luz da sua realidade universalista. Rápida promoção cultural e educacional de todo o povo português, com igualdade de oportunidades, informada pelos valores essenciais da Nação portuguesa;

Política externa independente, atenta à posição geopolítica da Nação portuguesa, inserida no Terceiro Mundo, acautelando agressões imperialistas do exterior;

Reconhecimento do papel específico da juventude nas urgentes tarefas de reconstrução nacional;

Oportunidades iguais para todos os portugueses

de todas as raças e combate a todas as formas e manifestações de racismo, de colonialismo interno e de neocolonialismo;

Exigência de igualdade de tratamento a todas as associações cívicas de modo a acautelar a correcta participação de todos os valores portugueses no poder da Pátria.

PARTIDO CRISTÃO SOCIAL DEMOCRATA

Ao aparecer na cena da vida nacional, o P. C. S. D., após saudar o Movimento de 25 de Abril, propunha:

O desencadear dos acontecimentos de 25 de Abril abre caminhos novos — e não percorridos durante quase 50 anos — à participação consciente e activa dos portugueses na vida pública do País e exige discernimento e coragem na procura das condições do bem comum, base essencial da felicidade de todos os cidadãos.

Nenhum português pode assim deixar de ser interpelado pelas graves responsabilidades do momento actual, devendo mostrar-se à altura das exigências dos problemas levantados e dando pronta resposta ao desafio, heroicamente lançado ao País pelas Forças Armadas.

Interpretando o sentir da grande maioria do povo português, o Partido Cristão Social Democrata (P. C. S. D.) apresenta-se como expressão livre do seu pensamento e acção e com o dinamismo de movimento organizado para a realização das suas justas aspirações nos diversos domínios da vida político-social.

O texto do programa do Partido Cristão Social Democrata (P.C.S.D.) será dado a conhecer, muito em breve, pelos órgãos de informação. Nele aparecerão os pontos essenciais da estrutura político-social que garanta a todos os portugueses o seu verdadeiro bem-estar individual e familiar.

Queremos o desenvolvimento integral do povo português, pelo exercício dos seus direitos e liberdades fundamentais e pela instituição de condições político-sociais que assegurem o bem comum e a convivência com os outros povos e nações.

Por isso defendemos:

Primeiro — Os direitos e liberdades essenciais da pessoa humana.

Segundo — A justa distribuição das riquezas e suas funções sociais.

Terceiro — A retribuição justa do trabalho, pela instituição do salário mínimo nacional e familiar.

Quarto — A comparticipação dos trabalhadores na gestão das empresas, a sua associação em sindicatos livres e fortes, e o seu direito à greve, como forma de consecução das suas legítimas reivindicações.

Quinto — A educação e saúde gratuita e em igualdade para todos.

Sexta — A liberdade religiosa

Sétimo — Liberdade responsável de pensamento e de expressão, através do meio de comunicação social.

Oitavo — Autodeterminação e paz, na solução do problema ultramarino.

Nono — Ampla cooperação internacional, com imediato estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países, nomeadamente os do Leste.

Décimo — Livre iniciativa e propriedade privada.

Décimo Primeiro — Eleição por sufrágio directo de todos os órgãos do poder público, desde o Presidente da República à administração local, de acordo com os princípios estabelecidos na ordem jurídica.



Os organizadores do Partido Popular Democrático: Magalhães Mota, Sá Carneiro e Pinto Balsemão. Quanto ao problema do Ultramar importa evitar as duas soluções contrárias: a defesa intransigente, adoptada pelo anterior regime, e a da independência imediata, que corresponde ao abandono

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Também o Comité Central do Partido Comunista Português se dirigiu aos portugueses:

1. O Comité Central do Partido Comunista Português, ao realizar a sua reunião plenária após as grandiosas manifestações populares do Primeiro de Maio, saudava ardentemente a classe operária, as massas populares, pelo extraordinário êxito alcançado e pela determinação, expressa por milhões de portugueses, de consolidar e alargar as liberdades, de pôr fim à guerra colonial, de realizar eleições livres para uma Assembleia Constituinte e instaurar em Portugal um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

2. O Comité Central do Partido Comunista Português saudava também calorosamente o Movimento das Forças Armadas pela sua decisiva intervenção para pôr fim à ditadura fascista e pela sua acção ulterior, em aliança com as forças populares.

O Comité Central saudava as medidas de urgência da Junta de Salvação Nacional para liquidar a ditadura fascista e instaurar a liberdade. Considera de forma positiva a amnistia aos desertores e refractários.

O P.C.P., ciente do papel decisivo representado pelo Movimento das Forças Armadas nas modificações da situação política, considera que o prosseguimento do Movimento, pelo menos até às eleições para a Assembleia Constituinte, é uma das condições essenciais para consolidar e ampliar os resultados alcançados e fazer frente com sucesso às conspirações e tentativas contra-revolucionárias.

3. O Comité Central ratifica a posição tomada pelos seus organismos executivos quanto ao Governo provisório. A participação no Governo provisório de todos os partidos e sectores

democráticos representativos (incluindo o P.C.P.) seria uma garantia para o prosseguimento da democratização e a realização de eleições livres.

Discriminações contra o P.C.P., o maior partido antifascista, contrariariam a democratização da vida política portuguesa.

4. O P.C.P. põe em destaque a grande combatividade, a iniciativa, a audácia, a maturidade política de que as massas populares vêm dando provas num irreprimível movimento que ganhou todos os recantos do País. Todo o nosso povo compreendeu imediatamente que da sua aliança, viva, fraterna e actuante com as Forças Armadas, ia depender a profundidade e a largueza do processo de democratização, encetado em 25 de Abril.

A unidade na acção e a organização da classe operária, das massas populares e das forças democráticas e a aliança das massas populares com as Forças Armadas continuam a ser condições essenciais para que possam ser liquidados os restos do fascismo, cortado o passo à contra-revolução, assegurados os resultados alcançados com o 25 de Abril e nos dias decorridos desde então, e conquistado finalmente um regime democrático.

O P.C.P. insiste para que, por toda a parte e a todos os níveis se multipliquem os laços de cooperação e ajuda mútua entre as massas populares e os militares. É de reforçar a cooperação, que já se está a verificar em muitos aspectos entre as forças democráticas e o Movimento das Forças Armadas, a confraternização da população com oficiais, soldados e marinheiros.

Do reforço e da irreversibilidade desta aliança depende a vitória final da democracia em Portugal.

5. O Comité Central do Partido Comunista Português chama a atenção para os perigos reais de conspiração, provocação e acção contra-revolucionárias dos fascistas, assim como



Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português



Mário Soares expôs, em conferência de Imprensa, os pontos de vista do Partido Socialista Português, de que é secretário-geral. Afirmou: "Somos contra o partido único, mas o facto de sermos pelo pluralismo dos partidos não significa que não estejamos a assistir, com preocupação, à excessiva fermentação de demasiados grupos, neste breve espaço de 10 dias"

para as tentativas dos potentados do dinheiro para criar graves perturbações na economia, nas finanças e nos abastecimentos.

O Comité Central sublinha a necessidade de, em estreita cooperação com as Forças Armadas,

aumentar a vigilância das forças democráticas e das massas populares.

6. São igualmente perigosos o oportunismo de direita, que se manifesta na tendência para abdicar de objectivos fundamentais do movimento

democrático e o esquerdismo que se expressa sobretudo na impaciência que não têm em conta a correlação de forças em atitudes e acções divisionistas e desagregadoras. O P.C.P., com plena consciência da sua responsabilidade, desaprova acções para que não estejam criadas condições e que não correspondam à correlação de forças existentes. Salvo casos muito particulares, iniciativas para a ocupação de juntas de freguesia e de câmaras municipais, por exemplo, não facilitam, mas, pelo contrário, criam neste momento graves entraves ao processo de democratização do aparelho administrativo e de democratização da vida portuguesa em geral. O P.C.P. combaterá firmemente o oportunismo e o aventurismo, que servem objectivamente a contra-revolução.

7. O partido da classe operária, o P.C.P., pela sua força organizada e a sua larga influência de massas, bem patentes na grandiosa jornada do Primeiro de Maio, tem desempenhado e continuará a desempenhar um importante papel nos acontecimentos.

Saudando todas as organizações e militantes pelo grande êxito registado no Primeiro de Maio, o Comité Central está certo de que, à frente dos trabalhadores e das massas populares, os comunistas continuarão lutando com confiança e abnegação pela instauração das liberdades, pelo fim da guerra, por eleições livres para a Assembleia Constituinte, por um regime democrático escolhido pelo próprio povo.

GRUPO AUTÓNOMO DO PARTIDO SOCIALISTA

É a seguinte a declaração de princípios do G.A.P.S.P.:

Socialistas reunidos em 4 e 5 de Maio, aprovando nas linhas gerais os princípios do socialismo democrático do Partido Socialista em que se integram, decidiram constituir-se em grupo autónomo tendo por objectivo uma acção directa junto dos trabalhadores e de massas não politizadas, no sentido da sua consciencialização e formação política, e definem-se nos seguintes princípios:

1. Pronunciam-se pela defesa intransigente das conquistas democráticas do 25 de Abril.

Afirmam a sua disposição de se oporem a todo o tipo de acções que possam pôr em causa ou tornar reversível o processo encetado pelas Forças Armadas.

Realçam a originalidade da situação criada e chamam a atenção de todos os sectores da esquerda portuguesa para as responsabilidades que daí decorrem.

Se é legítimo comparar a enorme esperança suscitada pela situação portuguesa actual à criada há poucos anos atrás à volta da experiência chilena, é também imprescindível desenvolver a mais firme das vigilâncias em relação a processos como os que originaram e tornaram possível a trágica queda do regime de Allende, em Setembro de 1973.

2. Consideram a análise marxista da divisão da sociedade em classes adaptável à actual realidade portuguesa e aceitam-na como ponto de partida para a estruturação de uma política socioeconómica em que o controlo da economia transite progressivamente para as mãos dos trabalhadores.

3. Constatam a maioria política dos povos das colónias para a autodeterminação e independência, afirmando a urgência do reconhecimento da República da Guiné-Bissau e da entrada em negociações com os movimentos de libertação de Angola e Moçambique.

Reconhecem, ainda, a dívida contraída para com estes povos, cuja luta desempenhou papel fundamental no movimento de liberalização processado no País.

4. Reconhecem a coragem com que as Forças Armadas conduziram o movimento histórico de devolução ao povo português das liberdades democráticas que lhes tinham sido cerceadas pelo regime fascista.

Afirmam a sua convicção de que tal só foi possível por o Exército português ser um verdadeiro Exército popular, integrado por uma maioria de trabalhadores chamados às fileiras.

Reafirmam a sua firme intenção de transformação das Forças Armadas em verdadeiras forças de paz com um importante papel a desempenhar no auxílio a prestar ao desenvolvimento dos antigos territórios sob domínio colonial português.

Incitam todos os desertores e refractários a integrarem-se nas Forças Armadas, desde 25 de Abril ao serviço dos altos interesses do povo português.

Opõem-se firmemente, em nome da defesa da democracia, à transformação das Forças Armadas em forças de voluntários profissionais e pronunciam-se decididamente pela manutenção do serviço militar obrigatório.

5. Considerando que a actual política económica terá de ser totalmente remodelada, exigindo a criação de sindicatos livres e a introdução da autogestão nas empresas, evitando que os bens de produção sejam geridos pelos capitalistas com a alienação dos trabalhadores e a sua consequente exploração.

É pois premente o início do processo da nacionalização das empresas e a aplicação de uma reforma agrária que conduza a um desenvolvimento harmónico de todas as zonas do País, de modo a garantir condições de trabalho e um nível de retribuição compatíveis com as necessidades dos trabalhadores.

Devem os trabalhadores portugueses estar vigilantes quanto às ingerências do capital estrangeiro na economia do nosso País.

6. Constatam que o regime fascista utilizou como arma de opressão a dificuldade de acesso à cultura das massas populares.

Reconhecem ser imperioso que os trabalhadores, no seu movimento revolucionário, exijam educação integral gratuita para todas as camadas da população e mantenham como preocupação constante o aumento do seu grau de cultura e de instrução.

Exigem que seja considerado encargo da colectividade a conservação da saúde e o combate à doença e haja igualdade no acesso aos serviços médicos e hospitalares, aos trabalhadores e aos medicamentos.

Exigem que sejam resolvidas as carências habitacionais e que o seu custo seja proporcional aos proventos dos trabalhadores.

7. Chamam a atenção para a importância da revolução democrática portuguesa e decorrente responsabilidade de todas as forças progressistas no mundo em apoiá-la e consolidá-la.

Manifestam a sua simpatia pelas experiências do socialismo democrático dos países nórdicos e de outros em que se conjugaram de forma original socialismo e liberdade.

Solidarizam-se com os camaradas dos países sob regime fascista, defendendo o acolhimento de exilados políticos, especialmente brasileiros e espanhóis, dada a limitada capacidade portuguesa de absorção.

Pronunciam-se pelo respeito aos tratados anteriormente celebrados por Portugal, com excepção do Pacto Ibérico e acordos especiais com o bloco racista da África Austral.

Apoiam a proposta do Pacto de Varsóvia, a N.A.T.O. para a mútua dissolução destas organizações.

Afirmam a sua convicção de que Portugal deve orientar-se para a Europa, integrar-se na C.E.E., estabelecer imediatamente relações diplomáticas com todos os países do mundo e reformular o seu alinhamento na O.N.U., em relação ao bloco progressista representado pelos países do Terceiro Mundo.

8. Afirmam a intenção de polarizar as tendências de esquerda no seio do Partido Socialista, salvaguardando, no entanto, a sua unidade como partido de massas.

Manifestam, portanto, a sua intenção de defender em todos as circunstâncias o direito de tendência dentro do Partido.





Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado: apesar de um "não" à legalidade total, os seus partidários procuram sede na Baixa

LOCALIZAÇÃO DOS PARTIDOS

1. Partido Comunista Português

Rua António Serpa 26, segundo esquerdo

Tels. 77 07 58 e 77 22 84

Secretário-geral: Álvaro Cunhal

2. Partido Socialista Português

Av. Duque de Ávila, 131, segundo direito

Tel. 56 29 40

Secretário-geral: Mário Soares

3. Partido Popular Democrático

Travessa do Guarda-Mor, 25
Tel. 32 38 40

Tem um comité executivo provisório, até eleições, constituído por Magalhães Mota, Sá Carneiro e Pinto Balsemão. Apresenta-se como um partido na linha da social-democracia alemã.

4. Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M. R. P. P.)

Obtivemos a informação de que a organização, não querendo embora assumir uma posição de legalidade total, procura sede na Baixa.

Saldanha Sanches, Horácio Guimarães e Sebastião Lima Rego são alguns dos seus elementos mais conhecidos. Obtivemos a indicação de que este último teria sido irradiado do partido após a sua libertação de Caxias.

5. Frente Patriótica de Libertação Nacional

Não tem sede, mas em declarações a "O Seculo Ilustrado", Manuel Alegre e Piteira Santos garantiram que, por enquanto, a organização não se dissolve como partido. Admitiram a hipótese de estabelecer sede.

Segundo aqueles dirigentes, a F. P. L. N. preocupar-se-á mais, no futuro imediato, em consolidar "o que já foi conquistado do que em procurar lugares no Governo Provisório". Para isso lutarão pela "manutenção e reforço da unidade entre o Movimento das Forças Armadas e o movimento popular.

6. Movimento da Esquerda Socialista

Av. D. Carlos 1, 146, primeiro direito

Comissão organizadora, entre outros: António Santos Júnior, Manuel Galvão Teles, Joaquim Mestre, Vítor Wengorovius, Manuel Correia Lopes, César de Oliveira, José Galamba, Carlos Pratas...

7. Partido Cristão Social Democrata

Rua Guerra Junqueiro

8. Causa Monárquica

Praça Luís de Camões, 46, segundo

Tel. 32 31 92

Secretário-geral: dr. Carlos Moreira

9. **Convergência Monárquica** (agrupa o Movimento de Monarquia Popular, a Liga Popular Monárquica, Renovação Portuguesa e as Juventudes Monárquicas Portuguesas).

Sede: Rua do Alecrim 72, segundo A
Tel. 32 25 94

Secretário-geral: Rodrigo de Montezuma. Outros elementos: arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, Vaz Serra de Moura, Magalhães Silva, Ferreira do Amaral, etc.

O Movimento Democrático Português, a funcionar na Rua Artilharia 1, número 105, primeiro, tels. 68 10 34 e 68 08 09, não é um partido. A designação foi decidida já depois do Movimento de 25 de Abril. O M. D. P. é uma organização no seio da qual trabalham elementos de todos os partidos políticos progressistas. A finalidade é desenvolver um trabalho de consciencialização de massas e dar apoio a esses partidos. O corpo-base do M. D. P. provém da C. D. E. que também não era um partido, mas uma organização multipartidária para eleições. O M. D. P. não concorrerá a eleições.

10. FRENTE LIBERTÁRIA PORTUGUESA

Tem vindo a reunir-se na rua Luís Derouet, Cooperativa de Padeiros.

Diluiu no seu seio os elementos anarquistas, mas aparece, nesta fase, revigorada com gente nova.

Apresenta-se como um movimento antipartidário, contra todo o Estado. Contactar, por exemplo, Barreto.

Reunião na terça-feira.

O movimento é nacional: no momento em que, na última quarta-feira, decorria a primeira reunião, foi anunciado que a essa mesma hora outras reuniões decorriam em mais 25 localidades do País.

11. L. U. A. R. — Liga de União de Acção Revolucionária

Neste momento não está decidido se continuará como organização ou partido, ou se se incluirá como grupo autónomo numa organização ou partido já existente. Tal decisão será tomada numa reunião a efectuar este fim-de-semana. Até aqui tem-se mantido na clandestinidade, no que respeita à generalidade dos seus membros. Os contactos, para já, poderão ser feitos pelo número 71 87 55.

Actividades sindicais

Imediatamente após a queda do regime fascista os trabalhadores portugueses, aproveitando as novas condições, e sob o impulso do programa das Forças Armadas, apresentaram-se decididos a tornar efectiva uma verdadeira evolução. Os sindicatos amordaçados pelo sistema corporativista reaparecem, assumindo o seu verdadeiro lugar como instrumentos unificadores e dinamizadores da classe trabalhadora. A escalada de repressão contra os sindicatos acabava, a exploração do patronato que as estruturas sindicais anteriores defendiam podia enfim ser combatida, clara e por direito, pelos trabalhadores.

A análise das novas condições criadas pela

revolução militar de 25 de Abril e as novas perspectivas que se abriram aos sindicatos foram objecto de estudo imediato por quinze sindicatos, tendo no final publicado o seguinte comunicado:

"Os sindicatos signatários (1) tendo tomado conhecimento da proclamação hoje feita ao país pelo M. F. A., onde se anuncia o fim do regime de opressão fascista, que sempre se identificou exclusiva e criminosamente com o poder económico monopolista, impondo níveis de vida verdadeiramente miseráveis ao país, e considerando que:

foi a movimentação dos trabalhadores em luta ao longo dos últimos 50 anos, não obstante,

violentamente reprimida, que criou condições para o êxito do M. F. A.;

a efectiva libertação económica e política da classe trabalhadora, face a toda e qualquer reacção, só pode concretizar-se com a consciente e imediata participação de todos os trabalhadores no processo ora iniciado;

para além do desejado, urgente e amplo debate do que deverá ser o futuro sindical do nosso país, a realizar em Assembleias Gerais a convocar brevemente;

Entendem que são reivindicações imediatas, fundamentais e intransigentes de todos os trabalhadores, aliás, numa linha de concretização



prática de declarações de princípio expressas pelo M. F. A., as seguintes:

- 1 — Primeiro de Maio como feriado;
- 2 — Total liberdade sindical com ratificação da Convenção número 87 da O. I. T.;
- 3 — Que sejam repostas as Liberdades Individuais do Povo Português;
- 4 — Fim à carestia da vida;
- 5 — Aumento imediato de salários e instituição do salário mínimo nacional;
- 6 — Redução do horário de trabalho semanal para 40 horas, em 5 dias;
- 7 — Reintegração nos seus locais de trabalho de todos os trabalhadores despedidos abusivamente pela sua actividade sindical;
- 8 — Liberdade de reunião e associação;
- 9 — Imprensa completamente livre. Responsabilidade das redacções na orientação das publicações;
- 10 — Administração da Previdência exclusivamente pelos trabalhadores;
- 11 — Federação em Organismos Internacionais Sindicais;
- 12 — Direito à Greve;
- 13 — Extinção total da P. I. D. E./D. G. S. e julgamento público dos seus membros;
- 14 — Liberdade imediata de todos os presos

políticos.

VIVA A CLASSE TRABALHADORA VIVA PORTUGAL."

Assinam: (1) Sindicato dos Técnicos de Desenho; dos Caixeiros de Lisboa; dos Seguros de Lisboa; dos Metalúrgicos de Lisboa; dos Químicos de Lisboa; de Radiodifusão e Telecomunicações; dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca; dos Transportes Urbanos de Lisboa; dos Bancários de Lisboa; da Propaganda Médica; dos Jornalistas; dos Lanifícios de Lisboa; dos Caixeiros e Escritórios de Santarém; do Serviço Social; dos Electricistas de Lisboa.

A INTERSINDICAL TOMA DECISÕES

Na F. N. A. T., com a participação de 39 sindicatos, reuniu-se entretanto a Intersindical com a presença dos representantes da Confederação Francesa Democrática do Trabalho e das Federações dos Trabalhadores da Suécia, da Dinamarca, da Finlândia e da Noruega.

"Com a liquidação do regime fascista terminou todo o complicado processo de contratação colectiva que o corporativismo impôs aos trabalhadores. Mas a liquidação prática e efectiva

de tal processo ainda está por completar. Urge, pois, ultimá-lo, impondo a negociação directa entre os trabalhadores e patrões, sem interferências da Administração Pública."

A Intersindical Nacional, que reuniu todo o dia, e cuja reunião prosseguirá, não esgotou a agenda de trabalhos. Assim, o primeiro ponto a ser debatido dizia respeito à representação dos trabalhadores no Ministério do Trabalho e a sua participação no Governo provisório.

Seguiu-se a aprovação da estratégia do Movimento Sindical no momento actual e, depois, a discussão do problema provocado pelo jornal "Época". O último ponto constante da agenda, o de se proceder à elaboração das linhas mestras da reorganização sindical seria analisado depois.

Um dos pontos tratados foi a estratégia sindical, tendo a Intersindical aprovado a seguinte proposta: "A estratégia sindical deve pois basear-se na organização sólida dos trabalhadores, na sua acção coordenada e unitária com todas as forças antifascistas, para o aprofundamento das herdades democráticas com o fim de construir e consolidar um Estado democrático. Esta estratégia é produto do momento político que começou em 25 de Abril e que irá, pelo menos, até ao fim do Governo provisório."



CINZANÍSSIMO!

tudo é **CINZANÍSSIMO** quando há **CINZANO**

Cinzano é um vermute. Mais
É o Vermute.

Cinzaníssimo
é um estilo de conviver.
Mais. É convívio.

Saboreando o travo de Cinzano
apetece viver
Cinzanissimamente

vermute **CINZANO**, o aperitivo

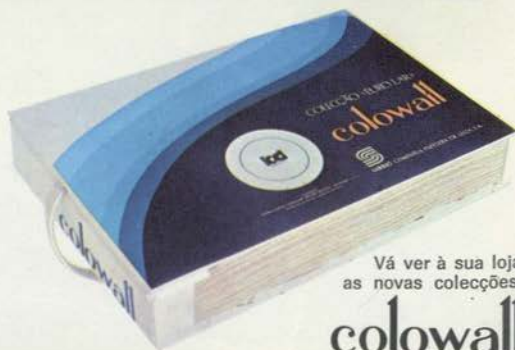


1 sugestão
colowall
hall



colowall casa cor casa amor

Vê-se logo à entrada. O hall fala pelo resto da sua casa. Pelo conforto, pela harmonia, pelo ambiente que se adivinha. Os papéis Colowall têm cores e desenhos fascinantes. E são totalmente laváveis. Escolha um para o seu hall.



Vá ver à sua loja
as novas colecções

colowall

Temos o catálogo à sua disposição.

Especialmente de Moçambique

Fala Jorge de Abreu O único dirigente branco do G.U.M.O.

por FILIPE VIEIRA

«Não vejo que as forças armadas dos movimentos guerrilheiros tenham a «finesse», a disciplina e o nível de educação para se manter, a ordem que se torna necessária para o futuro de Moçambique.

«É por isso que tenho defendido a política de interligação com a Metrópole e penso que a independência não se possa processar imediatamente» — revelou Jorge de Abreu, único branco da Comissão Central do Grupo Unido de Moçambique (GUMO), primeiro partido político a surgir publicamente, após o 25 de Abril em Moçambique.





Três elementos do Comité Central do GUMO, presentes numa conferência de Imprensa em Lourenço Marques: da esquerda para a direita, Cassamo Davide, Joana Simeão e Jorge Abreu

Entretanto, em Lourenço Marques, onde a situação é aparentemente calma, vivem-se momentos de apreensão quanto ao futuro político do Estado, passada a euforia que se seguiu à queda do regime de Caetano. De então para cá surgiram cinco partidos políticos e começaram a esboçar-se movimentos sindicalistas. A Imprensa e a rádio divulgam manifestos dos diversos grupos partidários. Mário Soares e Álvaro Cunhal merecem honras de primeira página nos principais jornais.

Paralelamente, dá-se conhecimento de dezenas de telegramas de apoio à Junta de Salvação Nacional, alguns deles expedidos por entidades que também afirmaram «apoio incondicional à política em boa hora seguida por V. Ex.ª», durante a vigência do Governo fascista.

«GUMO nasceu de «injustiças sociais» que deram origem à guerra que colocou irmãos contra irmãos.

«Moçambicanos conscientes, em Setembro de 1973, não podendo continuar a suportar passivamente a máquina destruidora da guerra que pretendia impor miséria à maioria, e riqueza a uma minoria privilegiada, decidiu lutar contra a repressão, aproveitando o liberalismo de alguns governantes de então. Cá dentro, em Moçambique, só isso era possível.

«Alguns prepotentes exploradores colonialistas, sentindo-se abalados, reagiram, dificultando a acção do GUMO, pretenderam a sua destruição.

«Hoje, GUMO livre, confiado nas liberdades restauradas, certo de que GUMO é Moçambique, deseja contribuir para a garantia da paz, para a produção de mais riqueza e sua melhor distribuição, para eliminação do fosso económico existente entre uns e outros, para criar iguais possibilidades de cultura, educação e instrução.

«GUMO é garantia de autenticidade moçambicana, onde todos serão apenas moçambicanos. GUMO é Moçambique, GUMO é de todos, estas palavras são do dr. Máximo Dias, presidente do Partido cuja fundação foi comunicada ao Governo de Marcello Caetano, durante uma sessão de propaganda a que assistiram cerca de 15 mil pessoas e que se realizou no Xipamanine, área suburbana de Lourenço Marques.

Joana Simeão, professora liceal e ex-militante

dum dos movimentos guerrilheiros que actuam em Moçambique, é vice-presidente, enquanto Jorge de Abreu, director de empresas, vogal do Conselho Legislativo e da Câmara Municipal da

Foto Tempo — Lourenço Marques

capital moçambicana, se ocupa dos aspectos económicos da Comissão Central do GUMO. A sua adesão remonta a 14 de Fevereiro de 1974. Numa manifestação recentemente realizada, frente ao principal jornal diário de Lourenço Marques, Jorge de Abreu, surgiu à varanda dum dos edifícios fronteiros, simpatizantes da Frente Independente para a Continuidade Ocidental (FICO) apodaram-no de traidor:

«Ouvi gritar, vi algumas pessoas olharem para mim, mas não sei se me chamaram traidor. — afirma Jorge de Abreu que prossegue: — não posso mesmo compreender como é que essa acusação me possa ser feita. Como moçambicano que sou, conhecedor dos problemas internacionais e com todo o respeito que todo o ser humano me merece, não posso ver que futuro exista para Moçambique, que não seja baseado no multirracismo.»

Refira-se, a propósito, que o movimento FICO surgiu no último fim-de-semana liderando a sua comissão constituída por antigos combatentes. Em linhas gerais, e muito embora observadores o classifiquem com o de tendências da extrema-direita, o referido grupo apoia o programa da J. S. N.



Moçambique e a África Austral

e põe a hipótese de negociações com a Frelimo se estes **Deixarem de matar os nossos filhos, irmãos e amigos e vierem para um diálogo à luz do dia.**

Numa concentração realizada numa das praças da capital, reuniram-se cerca de 4 mil pessoas que tomaram contacto com os princípios definidos pelo FICO. No local, podia ler-se cartazes com os dizeres: «Spínola, não deixaremos que o sangue dos nossos heróis seja ultrajado...», «Moçambique está em leilão — nós arrematamos...» Segundo informa a Polícia local, finda a manifestação, duas jovens que gritaram «viva a Frelimo» foram perseguidas por um grupo de pessoas. Dez agentes da autoridade evitaram que as opositoras fossem maltratadas, referindo-se à intervenção de alguns elementos da FICO para serenar os ânimos.

Jorge de Abreu é vogal do Conselho Legislativo de Moçambique da Câmara Municipal de Lourenço Marques. Aderiu ao GUMO em 14 de Fevereiro de 1974, altura em que foi convidado a participar na formação do grupo pela dr.^a Joana Simeão, ex-militante dum dos movimentos guerrilheiros que actuam em Moçambique (C. O. R. E. M. O.).

A proliferação de partidos políticos dos quais se destacam os democratas de Moçambique, o Movimento para a Independência de Moçambique (M.I.M.O.) e outro grupo que tem como base trabalhadores vieram a dar um aspecto pouco usual à capital do Estado, pouco habituada a comícios. A palavra fascista entrou no dia-a-dia, sendo bem claro que já «ninguém» o é. Acerca do momento político afirma Jorge de Abreu: «O golpe de Estado permitiu que o plano já existente, elaborado pelo GUMO, entrasse em acção.

Dentro da desproporção entre a população branca e não branca, não há dúvidas que o multirracismo sincero será a solução. Moçambique será o território que, na África austral, irá moldar o futuro desta zona. Olhando para o mapa, verificamos que o Norte é controlado quase totalmente pelos árabes, na parte central a África negra e ao Sul a África austral, que tem ainda um ponto de interrogação. Daremos o impacto futuro com a criação de um estado multirracial. Mas é também exactamente por isso que a situação se torna para nós mais difícil, posto que não temos figurino.»

A multiplicidade de partidos políticos em tão curto espaço de tempo merece uma crítica, é Jorge de Abreu quem a faz:

«É realmente impossível que todos estes grupos se possam transformar em partidos. Caso contrário, teríamos tantos quantos as individualidades representativas do Estado. Por este caminho acabamos por confundir a população, muito especialmente o negro, porque não está acostumado, nem nunca ouviu falar em facções políticas. Como poderemos facilitar a sua adesão?» A formação de Estados federativos é solução que, a acreditar no noticiário internacional, não agrada nem à Frelimo nem ao M.P.A. e P.A.I.G.C. Favoravelmente pronunciou-se a C. O. R. E. M. O. onde militou a dr.^a Joana Simeão, vice-presidente do Grupo Unido de Moçambique. Jorge Abreu aponta: «A solução tipo Commonwealth ou federativa é uma atitude a tomar para já, situação que não se deveria manter por mais de cinco anos, entretanto,



A dra. Joana Simeão do GUMO., ex-militante da Coremo

seriam criadas as estruturas necessárias para o País.»

O Commonwealth permitiu que territórios ultramarinos da Grã-Bretanha tivessem uma formação política e um desenvolvimento económico que os preparou para a independência». A solução colonial britânica, ainda que pareça deslocada em 1974, tem os seus apologistas em Moçambique. Pergunta — A África do Sul e a Rodésia, tendo um tipo de Governo idêntico e «sui generis» em todo o continente, reagiram perante as premissas postas ao futuro de Moçambique?»

«É de referir — esclarece o responsável pelo pelouro económico do GUMO — uma reunião havida, ainda há bem pouco tempo, entre os representantes dos territórios bantustânicos (Sudoeste africano) e o primeiro-ministro John Vorster. A Imprensa registou declarações de representantes negros tendo estes afirmado que os contactos tinham sido, de parte a parte, francos e que a aceitação, por parte de Vorster, de conversações deste tipo representa uma modificação muito grande na política da África do Sul.» Outra pergunta ainda:

«Uma viragem para uma comunidade sem barreiras raciais?»

Resposta: «Estou convicto que a evolução na África do Sul vai ser lenta, mas considerável. É completamente impossível — tanto naquele país como na Rodésia — um ambiente de fraternidade que permita a continuidade do desenvolvimento da África Austral, sem cooperação entre raças.»

Finalmente, referindo-se concretamente à Rodésia, o próprio partido líder — com quem o presidente do GUMO, dr. Máximo Dias, contactou e divulgou o plano do grupo — deu-nos o seu inteiro apoio e constatou a semelhança das bases orientadoras com o seu partido. Jorge de Abreu justifica a sua posição como vogal no Conselho Legislativo notando que o seu cargo naquela assembleia lhe foi apontado, após votação da Associação Comercial de Moçambique, de que foi também presidente. Está aquele elemento do Grupo Unido de Moçambique intimamente ligado à vida económica da província onde detém lugar de preponderância na indústria turística e hoteleira.

«Mini namulona inqeni nanili mutchalili wati-culedji» — significa em ronga — dialecto do Sul de Moçambique — «eu cumprimento-vos a todos como natural desta terra». Foi assim que Jorge de Abreu se dirigiu às 15 mil pessoas, na sua maioria negros, durante uma sessão de propaganda realizada nos subúrbios. O facto de ter falado em ronga — conforme esclareceu a pergunta do repórter — não significa que domine o dialecto. Fê-lo porque achou que a população o merece, o que não significa sujeição.

A terminar não se esqueceu de lembrar não ser verdade que o GUMO tenha uma orientação política comprometida, escudada de certo modo (como se chegou a dizer) num apoio económico do grupo Jorge Jardim, salientando que até este momento dois importantes grupos económicos locais se ofereceram para apoiar amplamente o GUMO, o que foi formalmente recusado pelos dirigentes.

Agente secreto espanhol
revelou em 1972

Como mataram Humberto Delgado

por CORRADO INCERTI

O homem que, por conta dos serviços secretos espanhóis, investigou todas as etapas da viagem do general Humberto Delgado para a morte afirma possuir provas de que o líder da oposição portuguesa foi friamente enviado para a emboscada de Badajoz por uma conjura tramada em Roma.

A entrevista que publicamos em rigoroso exclusivo foi tornada pública em Itália, em Outubro de 1972, pelo jornalista do "L'Europeo" Corrado Incerti, o mesmo que se deslocou a Portugal para relatar para aquela revista de Milão os acontecimentos de 25 de Abril. Consideramo-la um documento de excepcional interesse para o esclarecimento de um dos mais tristes "casos" da nossa história.

Pelo homem que trabalhou para os serviços secretos espanhóis são feitas revelações de extrema gravidade. Entre elas a de que o director da extinta D. G. S. esteve pessoalmente envolvido no caso, tendo sido no carro dele que Delgado foi morto com uma coronhada.

Sem comentários, apresentamos a seguir o texto integral da entrevista.

"Sim, é verdade, posso revelar como mataram Delgado. Sabem quem ele era, não é assim? Indiscutível chefe da oposição a Salazar, desapareceu em circunstâncias misteriosas em 13 de Fevereiro de 1965, quando se encontrava numa missão secreta, e também misteriosa, em Badajoz, Espanha, a um tiro de espingarda da fronteira portuguesa. Hoje, pelo assassinio de Delgado e da sua secretária, o juiz italiano Occorsio pediu o envio a tribunal de um português que vive em Roma e conseguiu, em parte, reconstruir toda a história; mas como não lhe foi possível investigar dentro do território espanhol nem interrogar testemunhas directamente relacionadas com o caso, o inquérito, nessas circunstâncias, é forçosamente muito imperfeito. O que falta nesse inquérito revelo-o eu, agora. Como agente secreto espanhol, investiguei todo o caso Delgado, podendo explicar como morreu, quem o matou e quem o enviou para a armadilha montada em Badajoz. Porque o faço, pergunta-me? Também lhe explicarei isso."

Quem assim fala é Luis Manuel Gonzales-Mata, em Outubro de 1972, dirigindo-se a um jornalista de L'Europeo. Gonzales-Mata, um homem de aspecto tranquilo, de fato azul-escuro, camisa branca e uma discreta gravata de camisa de

negócios, rosto bronzado de asturiano, revela em pormenor os acontecimentos que o levaram a tomar contacto com o caso Delgado. Aborrecido por anos de um trabalho de Polícia Secreta (um trabalho como os outros — afirma — que se sente rotineiro e monótono), vai agora falar por motivos que, por paradoxais que pareçam, se podem definir como "sindicais": pretende que sejam reconhecidos os seus direitos de trabalhador, quer que o Governo que serviu lhe conceda garantias especiais, quer que lhe seja permitido voltar a São Domingos, onde há tantos anos o esperam a mulher e as duas filhas. Os outros trabalhadores têm, para conseguir satisfazer as suas exigências, a arma das greves, mas o agente secreto Gonzales-Mata tem a arma da revelação de factos. Conto a história toda — diz — para que ela aproveite a quem quiser e faça dela o que quiser, e para que resolvam os meus problemas.

— Como procedeu, para saber a verdade sobre o caso Delgado?

— Depois da guerra, emigrei da Espanha para São Domingos, onde me tornei chefe dos serviços secretos de Trujillo. Mas, logo após a morte de Trujillo, fui forçado a fugir de São Domingos, pois descobri que quem tinham sido os homens que o mandaram matar. Eram gente poderosíssima, faziam parte do Conselho do Estado. Voltei para Espanha e comecei a trabalhar para os serviços secretos do país onde nascera. Mandaram-me em missão para a Argélia.

— Senhor Gonzales-Mata, começamos a aproximar-nos de Delgado. Foi o senhor o homem que a Espanha mandou para a Argélia. Isso foi em 1963, precisamente no ano em que o general Humberto Delgado deixou o Brasil e instalou na Argélia o comando da Junta Revolucionária Portuguesa.

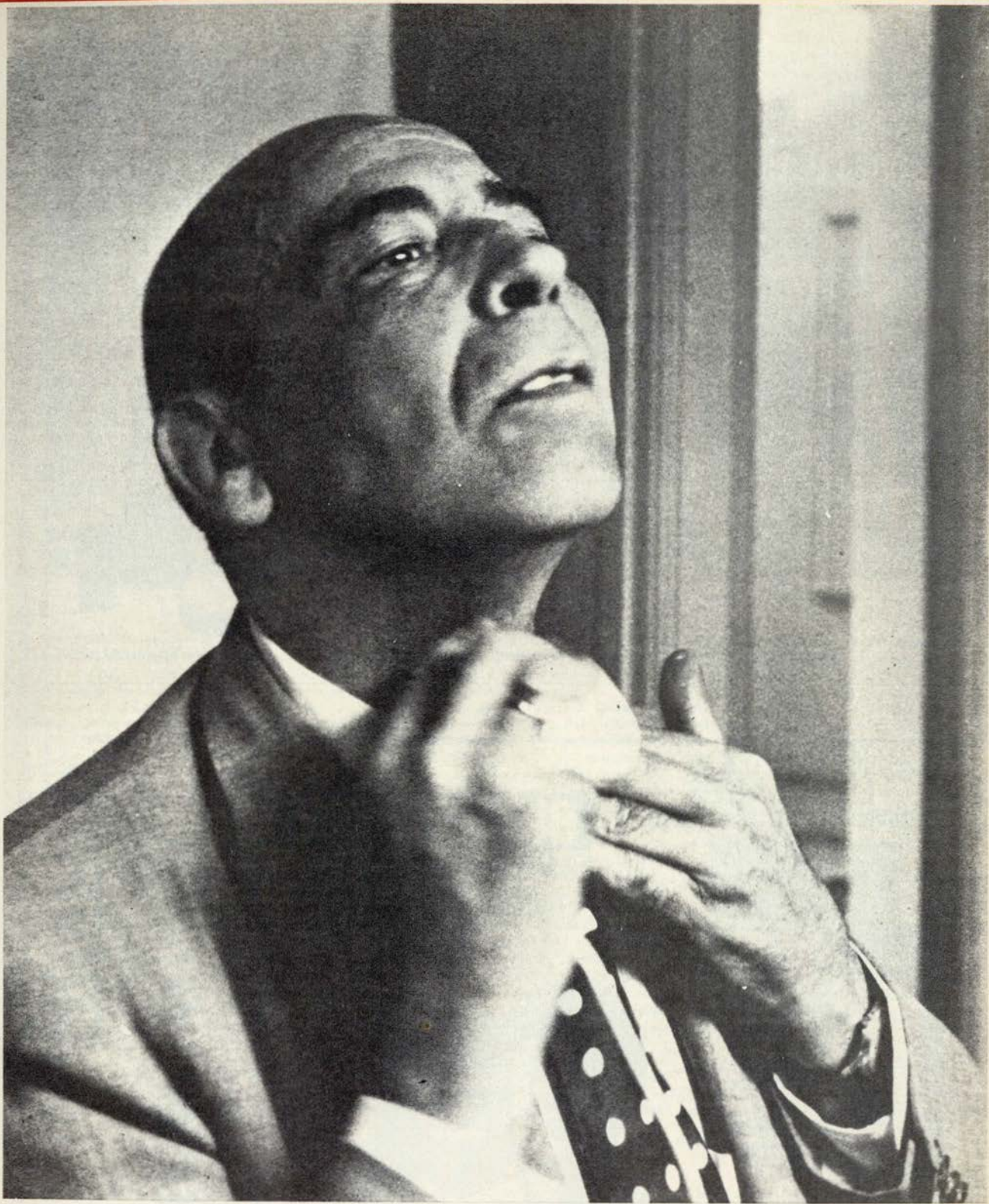
— Ben Bella tinha um sonho: transformar-se no patrono de todos os movimentos de libertação, africanos e europeus, financiando os respectivos dirigentes. Hospedar dois movimentos europeus era para ele uma honra. No fim de 1963, na Argélia, instalaram-se o general Delgado (na residência,

nacionalizada, que fora de Ricard, o dos aperitivos) e o general Perea, vindo do México para chefiar a III República espanhola no exílio. Perea era um homem a quem eu deveria vigiar. Munido de falsos atestados de revolucionário sul-americano, consegui aproximar-me dele, ganhar a sua confiança, pelo que, nos primeiros meses de 1964, fui nomeado coronel do estado-maior da III República. Fiz a vida de revolucionário, que era uma vida dourada, porque na realidade os dois movimentos agiam muito pouco, com ligações mínimas com o interior de Portugal e da Espanha, sendo apenas constituídos por chefes sem tropas, vivendo, até devido à mentalidade militar dos dois chefes, de reuniões, recepções, protocolo e conferências de imprensa.

Mandava regularmente informações para Espanha. Porém, subitamente, o mecanismo avariou-se, pois o serviço secreto argelino descobriu a minha verdadeira identidade e Ben Bella atirou-me para uma cadeia, por onze meses. O adido militar espanhol, Valério Ramon, que era o meu elo de ligação, foi expulso do país. Fiquei na prisão, acusado de espionagem a favor de Franco. Não sofri torturas físicas, mas submeteram-me a interrogatórios duríssimos. E não foi nada agradável permanecer, durante onze meses, até ao fim de 1964, numa cela de dois metros por dois metros e meio, iluminada, dia e noite, por luz artificial.

— E Delgado?

— Um momento. No fim de 1964, os argelinos meteram-me num avião para Palma de Maiorca, de onde segui para Madrid. Fui imediatamente pedir explicações aos meus chefes. Quem me traíra? Ninguém sabia. Contudo, deram-me o dinheiro que me deviam e concederam-me umas longas férias. Passei os primeiros meses de 1965 em França, a descansar. Em 13 de Fevereiro desaparece, em Badajoz, o general Humberto Delgado e em 24 de Abril aparece o seu corpo, o da secretária brasileira, Arajarir Moreira Campos, e, oficialmente, um terceiro corpo, de um desconhecido, que foram



O general Humberto Delgado pouco antes de partir para Espanha, para o seu trágico destino. Delgado desapareceu em Badajoz, na fronteira entre a Espanha e Portugal, em 13 de Fevereiro de 1965. O seu corpo foi descoberto dois meses depois. Delgado tinha então 58 anos



ÁGUA BRAVA FALA POR SI...

PUIG

Barcelona Paris New York

Preparado e distribuido por polimaia Pedras Rubras - Porto



Agua Brava. Só para bravos

**OS RESULTADOS
ESCOLARES
SÃO SURPREENDENTES SETOMAR**



BIO-STRATH®



AUFBAUPRÄPARAT
Auf Basis von
phosphorylierten Salzen
und Wirkstoffen

BIO-STRATH®

Proporciona um equilíbrio intelectual
e físico
Produto SUIÇO à base de leveduras
plasmolisadas e plantas



REPRESENTANTES PARA PORTUGAL:
CREFAR — REPRESENTAÇÕES, LDA*

à Venda nas Farmácias

leia o CINÉFLO



O local, em Villanueva del Fresno, perto de Badajoz, onde foram descobertos, por dois rapazes, os corpos semi-sepultados de Humberto Delgado e da sua secretária. Delgado entrara em Espanha munido de um passaporte falso, proveniente de Casablanca e Ceuta

encontrados sepultados num canal de montanha, junto da aldeia de Villanueva del Fresno, a três quilómetros da fronteira portuguesa. A oposição portuguesa, na Europa, acusou abertamente os regimes de Salazar e de Franco, enquanto a imprensa europeia das direitas e o Governo de Lisboa acusaram os comunistas. Delgado, chefe da oposição, estivera durante algum tempo ligado a eles. Porém, meses antes, afastara-se: como Delgado nunca fora comunista, diziam que tinham sido eles que o tinham morto.

— E quem foi?

— Foi a P. I. D. E., a Polícia portuguesa. Madrid chamou-me, interrompendo-me as férias, pois o Governo espanhol era acusado de cumplicidade no assassinato de Delgado e precisava de se defender. Eu conhecia bem Delgado e o mundo da oposição ibérica na Argélia, pelo que devia investigar, passo a passo, os últimos movimentos do general, saber as pessoas que o tinham visto, saber em que reuniões ele se encontrava, na Europa, saber com quem tinha encontro marcado em Badajoz. No mais breve espaço de tempo possível, a Polícia espanhola queria ter elementos suficientes para ir a Lisboa mostrar que nada tinha a ver com aquele assunto. E o mundo deveria ser informado.

— O mundo soube qualquer coisa. O P. M. Occorsio levou a tribunal o prof. Mário de Carvalho, que vivia em Roma desde 1948, por haver convencido Delgado a dirigir-se a Badajoz, onde encontraria influentes personalidades políticas e militares portuguesas, prontas para a revolução. Na realidade, em Badajoz, Delgado encontrou apenas sicários da P. I. D. E. Isto foi o que concluiu a sentença preparatória.

— E é verdade, mas faltam muitas provas. Isso sei eu. Sei quem foram as ligações de Carvalho em

Roma, sei com quem Delgado se avistou, na reunião de Paris, sei quem o foi buscar ao hotel Semancas, de Badajoz, como o mataram e porquê...

— Avancemos com ordem...

— É justo. Façamos a história de Delgado e a pouco e pouco darei as provas que eu, então agente secreto espanhol, consegui recolher. Durante dezenas de anos, Delgado foi um fidelíssimo de Salazar: oficial de Aviação no início da sua carreira, atinge mais tarde os postos mais altos do Estado-Maior, sendo depois representante de Portugal na O. N. U. e director da aviação civil. Em 1957, rompe com o ditador: o ponto de atrito foram as colónias africanas, que, para Delgado, eram estorvo inútil e, para Salazar, eram a flor do império. Em 1958, o general apresentou-se às eleições para a Presidência da República, contra o candidato de Salazar, Américo Tomás. "É preciso derrubar Salazar e dar ao País a liberdade na democracia", grita à multidão, num comício. De repente, Delgado transformou-se no campeão da democracia, numa eleição perdida (houve quem falasse de fraude), e transforma-se no inimigo número um do regime. Em 1959, executa o seu primeiro acto espectacular: pede asilo político na Embaixada do Brasil. O asilo é-lhe concedido e vai viver para São Paulo, onde se considera Presidente de Portugal, no exílio, o verdadeiro Presidente, porque, afirma, as eleições tinham sido falsificadas.

Mas o Brasil fica longe, é difícil guiar a oposição dali. O clamoroso desvio do transatlântico "Santa Maria", em 1961, pouco acrescenta à causa portuguesa, e a rebelião de Beja, no Sul de Portugal, em 1962, dirigida pessoalmente por Delgado, que entrara clandestinamente no País, demonstra apenas a absoluta falta de bases da sua "revolução". Na Argélia, a sua actuação torna-se

um pouco mais orgânica e os contactos com outras organizações da oposição portuguesa, em particular as de Paris, são frutuozos. Todos os opositores, de todas as fés políticas, liberais, socialistas, comunistas e católicos, bloqueados desde sempre pela falta de um líder de relevo que seja também um farol para quem vivia no interior de Portugal, vêem nele o chefe ideal. Mas Delgado é um militar, a revolução, para ele, só é conhecida através de um golpe de Estado, e além disso é velho, tem quase 60 anos e não tem uma boa saúde. Quer apressar-se. Politizar as massas, dar-lhes uma consciência revolucionária, são tudo acções que sente e aprova, mas que no fundo considera estéreis, mortas à nascença. Mas quais massas? Delgado sabe bem ao que a longa ditadura de Salazar reduzira Portugal, sepultado no anacrónico sonho imperial, de decénios de censura e de afastamento do povo das acções políticas.

Delgado prefere as acções concretas e assim liga-se cada vez mais com a ala romana da oposição, com o professor Mário de Carvalho, com quem já estava em contacto, desde os tempos do Brasil, contacto apenas epistolar, mas que, na Argélia se torna mais profundo. Eu próprio, numa recepção de fim de ano, em 31 de Dezembro de 1963, oferecida por Ben Bella a todos os "Governos no exílio" que financiava, vi Delgado com Mário de Carvalho. A armadilha estava preparada há muito tempo, pelo que eu estava convencido que iria funcionar mais cedo do que realmente aconteceu.

— E o que provocou essa demora?

— A saúde de Delgado. O general tinha necessidade de ser operado ao fígado e, assim, em 1964 e sob um nome falso, foi operado numa clínica de Praga. Mas a convalescença foi complicada, a ferida não fechava e Roma pediu



Funcionários da Polícia espanhola observam o preciso local onde foi encontrado, abatido com uma pancada na cabeça, Humberto Delgado. Não longe dali, descobriram-se três outros corpos, o da secretária e de dois homens, um holandês e um não identificado

ajuda a Mário de Carvalho. Este, através do seu amigo médico, doutor Ernesto Bisogno, agora morto, fê-lo operar de novo pelo professor Valdoni.

— Isso são coisas sabidas.

— Sim, mas durante este período romano, Mário de Carvalho conseguiu convencer Delgado que a linha romântica dos opositores de Paris era sem esperança, que eram necessários contactos a alto nível no interior de Portugal, e que ele tinha esses contactos: militares, altas personalidades civis, gente influente, estavam prontos para a rebelião. Bastava apenas aperfeiçoar os planos e esperava-se por ele, o chefe, o líder, o general Delgado. Foi um trabalho subtil, bem conduzido, posso dizê-lo pelo meu ponto de vista, porque em seguida Delgado não mais deu valor aos opositores de Paris, nem escutou os seus repetidos avisos de prudência.

— Esse foi o primeiro acto da armadilha, um trabalho psicológico, na mente do general. Mas a operação quando se desencadeou?

— No Natal de 1964. A armadilha fora preparada em Roma, mas desencadeou-se em Paris. Delgado convoca a Paris todos os chefes da oposição portuguesa, Cerqueira, que agia em Rabat, Guerreiro, que dirigia a ala Francesa, e Mário de Carvalho, que vai a Paris acompanhado pelo doutor Bisogno, um homem ligado à extrema-direita italiana, que não se entende muito bem porque se encontrava ligado aos revolucionários. O objectivo da reunião era a discussão de um plano: dirigir-se à fronteira hispano-portuguesa para se encontrar com os

homens que agiriam no interior do País e combinar com eles os últimos detalhes da "revolução". Tratava-se do plano de Mário de Carvalho, que os outros consideram como demasiado perigoso. Mas, na realidade, Delgado estava já pronto para actuar e a discussão colectiva era apenas formal. Tanto assim era que Delgado, simultaneamente com as reuniões no hotel Saint-Martin, participava noutras no hotel Etats Unis, em que se encontrava com Carvalho, Bisogno e duas misteriosas personagens, uma das quais ida expressamente de Portugal. O meu trabalho começou aí, em Paris. Quem foram essas duas misteriosas personagens?

— Quem foram, senhor Gonzales-Mata?

— Oficialmente, e há sete anos e meio, sabe-se que uma delas era um advogado de Lisboa, Castro e Sousa. Portugal retorquiu que em Lisboa não existia nenhum advogado Castro e Sousa. Um nome falso, talvez? Certamente. Ajudado por colegas do serviço secreto francês, descobri a verdadeira identidade daquele homem: foi a primeira prova da documentação que depois atirámos à cara dos portugueses. O falso advogado era na realidade Eduardo da Silva, chefe dos serviços secretos da P. I. D. E. (1) Descobri-o de um modo muito simples, através de uma verificação dos desembarques dos voos Lisboa-Paris, no aeroporto de Orly.

— Mas porque é que Eduardo da Silva viajou sob o seu nome verdadeiro?

— Era a maneira mais simples. Porque é que deveria esconder a identidade à Polícia francesa? Bastava escondê-la de Delgado, pois que com

certeza um emigrado político português não tinha possibilidade de investigar os desembarques no aeroporto de Orly. Mas o serviço secreto espanhol, esse sim, podia. Esse Eduardo da Silva não deve ter calculado isso ou nem pensou no assunto. Com ele, nos encontros de Paris, encontrava-se Fernando Campos de Araújo, "adido naval" de Portugal, em Paris, que hoje creio que se tornou almirante. Porquê um militar de alta patente, pergunta-me? Porque as dúvidas de Delgado caíam todas sobre a eficiência da rede "revolucionária" que Mário de Carvalho lhe descrevera. Delgado compreendia a necessidade de um encontro junto da fronteira portuguesa, compreendia que não era possível a reunião, em Paris, de personalidades portuguesas, civis e militares, com influência, sem que se levantassem suspeitas, mas antes de se dirigir a Badajoz queria ter uma ideia precisa sobre o nível e importância dos golpistas. Um alto oficial era o que procurava.

Campos de Araújo mostrou-lhe cartas, mapas, programas de deslocamentos de tropas, centros de rebelião. Tratava-se da linguagem mais familiar para Delgado, que acreditou em toda a história. Percebe-se também os motivos porque o falso Castro e Sousa e Campos de Araújo não queriam encontrar-se com os opositores de Paris: há demasiados agentes da P. I. D. E. em Paris, arriscavam-se a estragar tudo, a fazer prender muita gente em Portugal, se fossem "descobertos". Era verdade, só que a P. I. D. E. eram eles. O encontro

(Continua na pág. 29)



É tempo de flores em seus cabelos

Brilhantes. Sodoros. Macios.

Tão naturais, tão perfumados como as flores...

Em seus cabelos há Shampoo Sunsilk!

shampoo
**sun
silk.**
o seu mais precioso cosmético.



HOMENS A 100% AFIRMAM-SE A 100%



Virilidade é saúde, física e mental.
Afirma-se.

No desporto que se pratica,
no "hobby" que se cultiva,
no aspecto que se exterioriza.

WELLA FOR MEN em
Hair Dressing Spray, Tónico,
Loção e Cremes para pentear,
um toque indiscutível de classe.



...porque não há cabelos bonitos por acaso

foi marcado para Badajoz, Mário de Carvalho estabelecerá os contactos e também se encontrará "com os outros" nessa cidade espanhola.

— Mas não foi lá.

— Não. Apresentando motivos que, desde o início, fizeram desconfiar os outros opositores: não tinha o passaporte em regra, a Polícia italiana prendeu-o em Ventimiglia (vinha de Roma) mas insistindo, pudera passar e, por fim, disse que tinha medo de uma armadilha. Como? ! Mas se fora ele o animador da operação, se fora só através dele que Delgado conhecera os dois de Paris, se era ele quem mantinha as ligações com as pessoas influentes dentro de Portugal? ! Mas sigamos Delgado, que volta à Argélia, abafa as dúvidas de Guerreiro sobre a oportunidade de uma tal viagem (existem as cartas trocadas) e parte para a sua difícil viagem. A última. Em 9 de Fevereiro, Delgado está em Casablanca, com a secretária. Dorme no hotel Lausanne. A Cerqueira, que lhe manifesta as dúvidas dos homens de Paris, sobre a boa-fé de Mário de Carvalho, diz que aguarda um telegrama dele, de Roma, para partir para Espanha. O telegrama parte e chega, mas Mário de Carvalho parte de Roma e não chega a Badajoz. Ninguém sabe da renúncia in extremis do professor, que, de regresso a Ventimiglia, expede de Génova um telegrama para a sede marroquina do movimento, comunicando a sua decisão. Mas Delgado nunca receberá esse telegrama, já deixara Casablanca e, de Ceuta, embarcara para Algeciras e, no dia 10 de Fevereiro, parte para Badajoz. Delgado entra em Espanha com um passaporte, o mesmo que usava há meses, em nome do senhor Lorenzo Ibanez. Um passaporte de serviço argelino, verdadeiro. Só o nome era falso. Um passaporte que todas as Polícias da Europa conheciam, inclusive a espanhola.

— Como? !

— É verdade. A Espanha sabia que Delgado iria a Badajoz. O próprio Eduardo da Silva se dirigira ao coronel B., chefe do serviço de informações de Madrid, para obter a autorização de trânsito do general, dentro do território espanhol. Tratava-se de um programa, afirmou, de um encontro secreto com Delgado, que se lhe oferecia (no Outono seguinte realizar-se-iam eleições) a possibilidade de uma "recuperação", e as conversações seriam ao mais alto nível. Eduardo da Silva pedia discrição, a discrição a Espanha concedeu-lha, mas a "guarda civil" de Badajoz foi avisada para assinalar e verificar movimentos suspeitos, mas não para intervir. Este facto iria a ter a sua importância.

— Em 13 de Fevereiro, Delgado e a secretária estavam em Badajoz, no hotel Semancas.

— Sim. O encontro com Mário de Carvalho e o falso Castro e Sousa era para o meio-dia, em frente à catedral. Mas Mário de Carvalho não chegara, o encontro não se realizou, porque, em frente da igreja, Delgado não encontrou ninguém.

— E Castro e Sousa não se encontrava em Badajoz?

— Encontrava-se lá, sim, mas sem o Mário de Carvalho; hesitou durante algumas horas e foi quase já à noite que se encontrou com Delgado.

— Como é que ele entrara em Espanha?

— Pelo posto fronteiriço de Villanueva del Fresno, o mais próximo de Badajoz. Conhece a versão que se tornou oficial. Na manhã de 13 de Fevereiro, dois automóveis atravessaram a fronteira, um Opel Rekord e um Dauphine.

A bordo, encontravam-se quatro homens, e um dos quatro faz-se acompanhar pelo chefe da Polícia



O professor Mário de Carvalho, em Pomezia, perto de Roma. A magistratura italiana abriu, contra ele, um processo que o acusa de ter conscientemente empurrado Delgado para o trágico encontro com a polícia secreta portuguesa, em Badajoz. Também é acusado por uma parte dos juristas portugueses. Não nos foi possível averiguar até agora se o processo foi encerrado e, caso afirmativo, quais as respectivas conclusões

portuguesa e do posto fronteiriço. António Gonçalves Semedo, até à alfândega espanhola, e este explica que uma personalidade da Polícia de Angola pretendia passar o fim-de-semana em Sevilha, com os seus amigos. Pede aos espanhóis para fecharem os olhos. E os espanhóis fecharam-nos. Os nomes dos quatro homens eram conhecidos: Ernesto Castro e Sousa, ao volante de um dos carros, Félix Garcia Tavares, ao volante do outro, Roberto Vurruta Barral e Kundamal Milpuri. Nunca existiram, são nomes falsos, afirmaram depois os portugueses. É verdade, só que Castro e Sousa, como já vimos, era na realidade Eduardo da Silva, chefe da Polícia Secreta portuguesa.

— Em pessoa? Não poderia mandar um agente?

— O senhor é italiano, latino, portanto deve entender porquê. A honra de cumprir pessoalmente as operações importantes é irresistível. Honra, orgulho e a importância de poder dizer: ao Delgado apanhei-o eu, em pessoa... De qualquer modo, se o programa era o de matar Delgado, claro que Eduardo da Silva mandaria um dos seus sicários. Mas o programa era diferente: Delgado deveria ser levado para Portugal, para São Leonardo, junto da fronteira, para a casa de João Gião, responsável local pela segurança local, onde tudo estava a

postos para um interrogatório: qual o programa revolucionário com vista às eleições, quais os nomes e projectos da oposição de Paris, quais os nomes dos homens que serviam de ligação no interior de Portugal. Depois, talvez, Delgado seria eliminado ou lançado, muito em segredo, sem publicidade, numa cadeia. É evidente que se tratava de uma operação exigida pessoalmente por Salazar que, só em Delgado, o antigo amigo, via um homem capaz de o derrubar. Creio que o general seria silenciado, pelo menos fisicamente, mas o que é certo é que não deveria ser eliminado no território espanhol. A presença de Eduardo da Silva, demonstra-o.

— Mas existe alguma prova de que Eduardo da Silva, aliás Ernesto Castro e Sousa, foi nesse dia a Badajoz?

— A prova dou-lha eu, tínhamo-la nós, dos serviços secretos espanhóis. Na realidade, a versão oficial da passagem da fronteira não é exacta: não foi de facto um Dauphine que passou a fronteira, com o Opel, naquela manhã de 13 de Fevereiro, mas sim um BMW cinzento-metallizado, equipado com uma bela instalação de rádio-telefone. E foi precisamente esse rádio-telefone que provocou,

(Continua na pág. 62)



pitralon²⁰⁰⁰
com óleo de cedro

*Um novo tipo de Pitralon
para peles particularmente sensíveis.*

cuida e protege a sua pele, de manhã cedo!



DOCUMENTO

O Ultramar em questão

Como documentos para um "dossier" Ultramar, publicamos hoje dois textos: uma conferência proferida, em 1972, por Redondo Júnior perante o corpo docente e discente da Academia Militar e a primeira parte de um relatório de Amílcar Cabral datado de Setembro de 1971. O primeiro é uma análise do juramento político do general António de Spínola e das medidas concretas postas em prática na Guiné, como governador e comandante-chefe das Forças Armadas. O segundo constitui um estudo sobre a situação portuguesa naquela altura, consideradas as implicações naturais nas relações com o Ultramar.



General Spínola

EVOLUÇÃO

DO PENSAMENTO POLÍTICO

por REDONDO JÚNIOR

Creio que, acerca do nosso problema ultramarino, há que pôr uma questão fundamental: que conhecimento tem o povo português do nosso Ultramar?

Para eu próprio responder, tenho de voltar aos meus tempos de estudante e recordar o que aprendi, nos bancos da escola, sobre as nossas possessões de além-mar. Mais: observar o que sabe o meu filho, aluno do liceu, sobre o mesmo assunto.

No meu tempo de estudante, pouco mais sabíamos do que o nome das colónias, capitais, populações, rios, montanhas, etc. Creio que o conhecimento do meu filho, a tal respeito, não vai além daquele que me ensinaram.

Tenho, pois, de concluir que é nulo, na maioria esmagadora do povo português, o conhecimento do Ultramar. Inexistência, portanto, de uma consciência de um todo a que se chama nação pluricontinental e plurirracal, palavras de recente aparecimento na linguagem oratória, sem significado válido que ultrapasse uma elite reduzida. Estou convencido de que, se algum daqueles que me escutam perguntar a qualquer cidadão anónimo o que é isso de pluricontinentalidade e plurirracal, obterá uma resposta verdadeiramente desconcertante.

Desta situação de ignorância da esmagadora maioria do povo português, resulta a situação, que um relatório confidencial do Estado-Maior Português (1970), citado, aliás, por Amílcar Cabral no seu relatório sobre a situação da luta na Guiné, de Setembro de 1971, se define por estas palavras eloquentes:

"Na Metrópole, de um modo geral, a população continua pouco interessada pela guerra no Ultramar e desconhece o esforço que vêm realizado as Forças Armadas. As massas estudantis mostram-se fortemente permeáveis à propaganda pacifista. A massa obreira, desconhecadora dos grandes problemas nacionais, deixa-se arrastar facilmente pela propaganda orientada no sentido de reivindicação de melhores salários e melhores condições sociais. Os grupos mais desenvolvidos continuam sendo foco de subversão e as organizações que vão surgindo revelam grande eficiência."

Desconhecadora dos grandes problemas nacionais — eis a questão. Resta apurar responsabilidades.

Não precisamos de ir mais longe, para evitar o risco de abordar assuntos por demais delicados. O que disse chega para começar a definir as coordenadas que há-de orientar o meu pensamento.

O meu primeiro contacto directo com o Ultramar tive-o em 1946, quando participei, em missão profissional, na terceira viagem experimental da linha aérea a que começou por chamar-se imperial. (Repare-se nesta última palavra, tão cheia de implicações).

Fiz, então, 99 horas de voo em Dakota — que tantas eram necessárias para ir de Lisboa a Angola e Moçambique e voltar. Dessa viagem, isto é, desse primeiro contacto, desejo fixar apenas cinco apontamentos:

1) Precisei de passaporte (e não se julgue que só pelo facto de ter de passar por territórios estrangeiros) e de uma autorização especial do então Ministério das Colónias, para ir a Angola e Moçambique.

2) Tendo entrado na estação central dos Correios em Lourenço Marques, verifiquei que havia guichets para brancos e para negros, com o respectivo dístico avisador. À margem, esclarecerei que, praticando-se autêntica discriminação racial em Moçambique, para o médico-analista do prof. Salazar, em visita à capital da província, se poder instalar no hotel Polana, foi necessário a intervenção pessoal do então Presidente do Conselho. Também nenhum jovem de cor ou mestiço podia frequentar esta Academia, então Escola de Guerra, nem nenhum oficial do Exército podia contrair matrimónio com mulher de cor.

De facto, quanto às condições de admissão na Escola de Guerra, o artigo 34.º do capítulo VI do Decreto-Lei Número 30 874, de 13 de Novembro de 1940, dizia muito claramente: "São condições gerais de admissão à matrícula na Escola e

inscrição em qualquer dos cursos: primeira, ser cidadão português, solteiro, filho de pais europeus, portugueses originários", etc.

Quanto ao casamento dos oficiais, o artigo 4.º do Decreto-Lei Número 31 107, de 18 de Janeiro de 1941, exigia: "Os oficiais do Exército que requeiram licença para casar deverão provar que a futura consorte é portuguesa originária, nunca tendo perdido essa nacionalidade, filha de pais europeus, não divorciada, e que ambos possuam meios suficientes de subsistência em relação ao grau que ocuparem na hierarquia militar.

Dispensou-me, como é óbvio, de comentar, esclarecendo, porém, que a designação filhos de pais europeus só foi retirada da lei em 1952, depois de parecer da Câmara Corporativa.

3) Tendo, nessa viagem, aterrado em Acra, na Costa do Ouro, um engenheiro português que ali trabalhava levou-me a ver as obras de construção de uma linha férrea, que dirigia. Da meia-encosta onde instalara a sua barraca, com todas as comodidades modernas, dominava-se o aterro ao longo do qual desfiliavam centenas de mulheres, transportando terra em cestos sobre a cabeça — mulheres de todas as idades, desde adolescentes a velhas. O engenheiro voltou-se para mim e disse-me:

— Há muitos dias que você anda por fora de casa. Deve precisar. Escolha a que quiser.

(É escusado dizer que não escolhi.)

Esta era, meus senhores, prática corrente do branco português em África e daí que Gilberto Freyre, no seu "Mundo Que os Portugueses Criaram", quase circunscrevia a sua obra ao elogio da mestiçagem que deixámos pelo mundo. (Chamo a atenção de V. Exas. para a colónia dos descendentes portugueses de Malaca, de que alguns fazem título de orgulho. Eu também estive lá.)

4) Ainda na mesma viagem, descí acidentalmente, pela primeira vez, na Guiné. Nessa altura, perguntei porque não havia mais escolas, ao menos para ensinar o preto a falar português, resultando a pergunta de ter observado que, fora dos grandes centros urbanos, só muito raramente se encontrava um natural que falasse a nossa língua. Resposta: "O quê? Ensinar o preto a ler? Não, senhor, que ele, depois, quer ser tanto como nós."

5) Exploração do homem preto pelo homem branco, como base da estrutura económica, de que me abstenho de citar exemplos que levariam demasiado longe.

E vem a propósito perguntar: Porque razão províncias tão espantosamente ricas, como Angola e Moçambique, que despertam a insaciável cobiça internacional, sempre têm vivido em regime deficitário?

Resta referir ainda o meu conhecimento de que um oficial superior das Forças Armadas com responsabilidades de governação própria, se não fossem as suas convicções religiosas, o uso da pílula anticoncepcional para que os negros não procriassem...

E não me alongo mais, meus senhores, nas tais coordenadas em que pretendo basear o meu pensamento. Julguei, apenas, ser necessário definir uma situação a partir da qual nos encontrámos perante a realidade de 1961 e a revisão de toda a nossa política ultramarina a partir desse momento, culminando na recente revisão constitucional e no projecto na nova Lei Orgânica do Ultramar.

Creio que, independentemente da defesa do nosso património secular, do combate ao terrorismo, importa — e admito que é, afinal, isso que está na mente do Governo — praticar um acto de justiça, sem o qual tudo será inútil e a guerra se prolongará por tempo indefinido.

No nosso país, meus senhores, apela-se com muita frequência para o exemplo da História. Pois a História ensina-nos, à saciedade, que as armas nunca valeram coisa alguma contra a força do espírito. Nunca, em todos os tempos, a força das armas foi capaz de dominar a força das ideias — que estas triunfaram sempre.

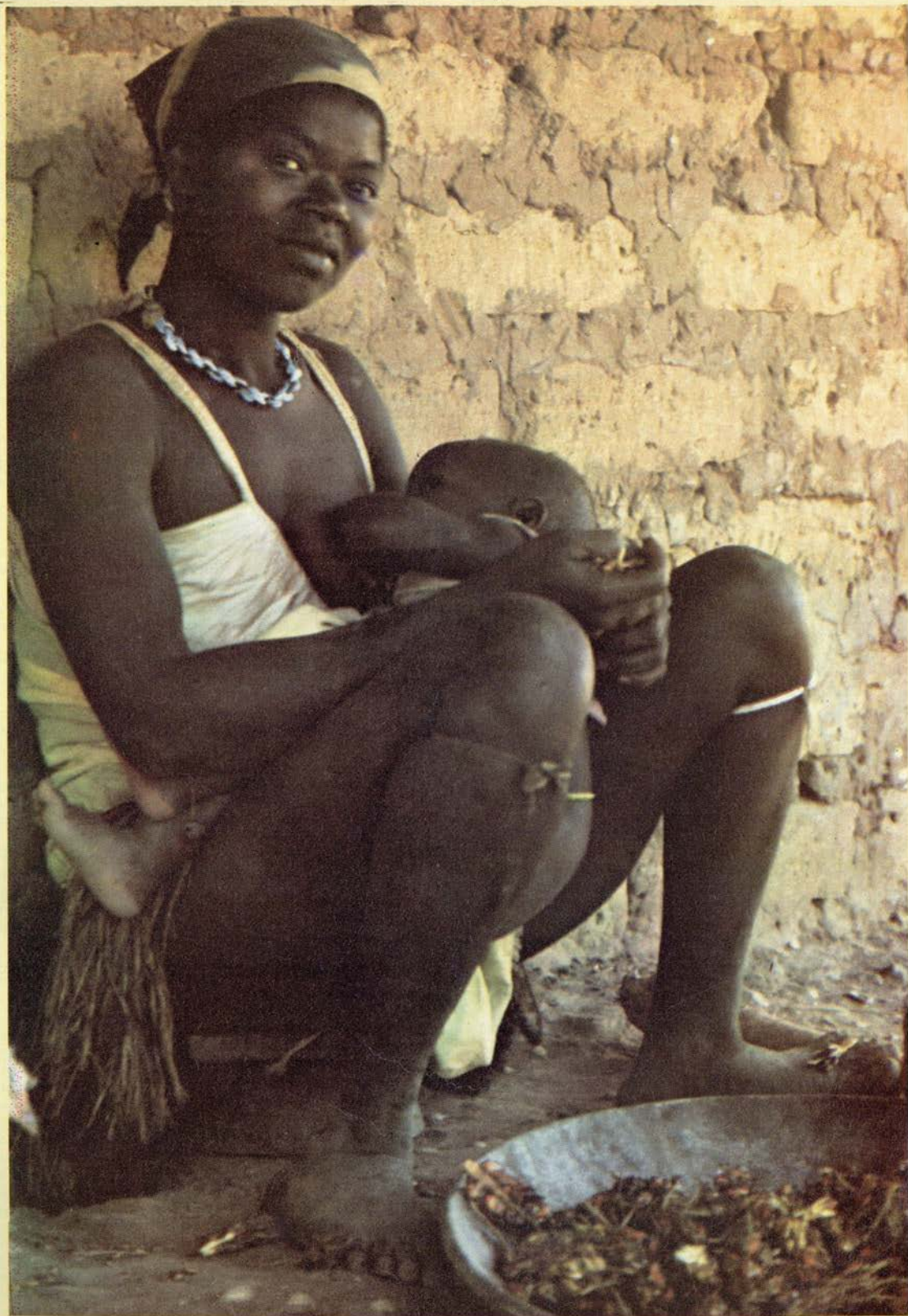


Foto Eduardo Gageiro (1972, Guiné)

Desafio quem quer que seja a demonstrar-me o contrário. E, se não combaterdes, amanhã, pela justiça, pela dignidade da pessoa humana, podereis ter a certeza de que sereis derrotados. Mas, cautela! Tereis de aprender em que consiste a justiça e a dignidade da pessoa humana para terdes a certeza de estardes do lado cuja defesa se impõe e na qual tereis de vos empenhar. É que tereis de vos apoiar noutra força invencível e indestrutível — a da cultura.

Com esta brevíssima síntese de uma situação de facto, quis apenas salientar que, perante o surto das independências africanas, as nossas províncias ultramarinas não podiam deixar de ser permeáveis a influências exteriores. Não é difícil, pois, concluir que são os erros do passado — mais do que as nossas virtudes, que também as tivemos, e muitas — que devem orientar a nossa acção presente e futura.

Estou pessoalmente convencido de que nunca teríamos perdido a nossa Índia se, ao contrário da defesa pelas armas, tivéssemos consentido num plebiscito em Goa, Damão e Diu. O resultado teria sido a nosso favor e haveria de pesar, profundamente, na opinião pública internacional.

Também estive na Índia — e até tive a cabeça a prêmio na União Indiana pelos artigos que, então, escrevi no *Seculo* — e as multidões que encontrei na Velha Goa, junto da Porta dos Vice-Reis e do túmulo de S. Francisco Xavier estavam connosco.

Isto vem a propósito para afirmar que, se hoje fizéssemos um plebiscito na Guiné, mostraríamos eloquentemente ao mundo que o povo guinéu quer ser português.

E eis-me chegado ao ponto sobre o qual me deram a honra de me convidar para vir aqui trazer o meu testemunho.

É a obra que está a ser empreendida na Guiné a que melhor conheço e é, pois, exclusivamente sobre ela que me permito ter opinião. Conhecendo, embora, todas as nossas províncias ultramarinas, de Cabo Verde a Macau e Timor, foi, depois de 1961, a Guiné aquela que mais suscitou o meu interesse. Acompanhando, por dever profissional e, imediatamente, por interesse pessoal de esclarecimento, todas as ideias expostas pelo general António de Spínola dos seus discursos, quis saber até que ponto essas ideias respondiam, na prática, às perguntas que, atrás, implicitamente formulei. E, na verdade, só no general António de Spínola encontrei expresso o que eu pensava — e penso — acerca do caminho que poderá conduzir à solução do nosso problema ultramarino, perante as nossas consciências e a opinião internacional.

Meus Senhores,

Não pretendo trazer aqui mais do que um testemunho — o testemunho de um homem rigorosamente independente, que esse deve ser o maior título de orgulho de um jornalista autêntico.

As minhas credenciais são apenas essas — a independência e a honestidade. Depois, a experiência de um homem que já correu o mundo todo, da Europa ao mar da China, da África às duas Américas. Ainda, uma cultura e uma formação pessoal, uma cultura que não é aquela que trazemos dos bancos da faculdade, mas a que procuramos pessoalmente, com a curiosidade de podermos compreender os problemas do nosso tempo, em todos os sectores da actividade humana. Ainda hoje, apesar de doze horas de trabalho diário esgotante de energias e, sobretudo, de nervos, não me dispensei, por disciplina mental, de ler, pelo menos, duas horas todas as madrugadas.

Devo esclarecer, honestamente, que nunca estive, do ponto de vista profissional, interessado em escrever sobre a guerra no Ultramar, apesar das frequentes solicitações que me foram dirigidas directamente. A reportagem, a grande reportagem da nossa guerra no Ultramar nunca foi escrita e julgo que jamais o será. Reportagens de superfície, epidérmicas, sem ir até ao fundo dos problemas nem penetrar na carne e nos nervos, no cérebro e no coração do homem que combate, não me interessam.

Um dia, o general António de Spínola veio a Lisboa e, com bastante surpresa minha, convidou-me para almoçar. Não sem algumas reservas íntimas, aceitei. No final do almoço, disse ao general:

— Senhor general, fazia uma concepção completamente errada de V. Exa. Tinha de si a ideia de um militar do mais odioso estilo nazi — e enganei-me completamente. Dou a minha mão à palmatória.

Desde esse dia, passei a debruçar-me atentamente sobre a obra do general na Guiné e fui, pessoalmente, com os meus próprios olhos, verificar até que ponto a realidade correspondia às ideias. Mais: até que ponto ele conseguia imprimir, nos seus colaboradores, a verdade das suas ideias, dinamizando-os e empenhando-os no sentido de as pôrem em prática.

Ao trazer aqui o meu testemunho, não seria honesto comigo próprio e com V. Exas. se me abstivesse das minhas opiniões — discutíveis, sem dúvida. Ora, quanto a mim, a política ultramarina do professor Salazar não foi suficientemente realista em dois pontos, daí resultando consequências que levaram à situação delicada, no mundo moderno, do orgulhosamente sós. Em primeiro lugar, como disse atrás, perante a alternativa, na crise da Índia, do plebiscito ou da resistência

pelas armas, ter optado por esta; em segundo, não ter admitido o direito de autodeterminação.

Certo sector da opinião portuguesa, por motivos que não seria difícil esclarecer, tem especulado politicamente com a palavra autodeterminação, interpretando-a como uma posição de abandono do Ultramar.

É evidente — e só pessoas de má-fé raciocinam dessa maneira — que autodeterminação quer apenas dizer que os povos das nossas províncias teriam direito de escolher o seu destino. E também é evidente que, se a prosperidade socioeconómica somos nós, portugueses — e só nós — quem pode oferecê-la, esses povos autodeterminar-se-iam como parte integrante da Nação portuguesa. Por isso, eu também afirmei, há pouco, que, no caso da Guiné, um plebiscito ser-nos-ia esmagadoramente favorável.

Creio não me enganar, dizendo que foi o general Spínola quem teve a coragem moral e política de falar, como responsável pelos destinos daquela província, pela primeira vez, em autodeterminação, sem medo das palavras nem das suas consequências. Aliás, o ministro Rui Patrício, quando da sua visita a Londres, no mês passado, declarou: "Ao contrário do que tem sido largamente propagado, Portugal não rejeita o princípio da autodeterminação." E não há dúvida de que assistimos a uma viragem.

Como pôde o general Spínola referir-se, claramente, a autodeterminação, na certeza de que ela só se processará na Guiné a nosso favor?

O general António de Spínola exerce, na Guiné, duas funções de características diferentes: a de governador, cuja acção se processa por meios político-sociais e administrativos; de comandante-chefe das Forças Armadas, cuja missão é combater o inimigo, que se infiltra através das fronteiras norte, oriental e sul.

É necessário salientar, desde já, penso, que coincidindo os dois transcendentes cargos na mesma pessoa, ela tem de ser excepcionalmente dotada para encontrar o caminho de interpenetração que conduza ao objectivo estabelecido.

Quando o general, um dia, à partida de Lisboa, depois de uma das suas visitas de trabalho à Metrópole, me disse que esta guerra em que estamos empenhados se ganha com ideias e não com armas, fazia uma síntese perfeita da sua estratégia, com a prevalência do homem político sobre o homem militar, pondo a acção deste totalmente ao serviço daquele.

Este, parece-me, pelo que me foi dado observar, o raciocínio do homem político, elementar na base: se o inimigo promete — e só pode prometer —, se promete ao povo da Guiné, eu ofereço — e posso, tenho que dar x — y. Tudo consiste, pois, em saber até onde se pode oferecer e o que se pode dar — e não há dúvida de que o general António de Spínola já foi, em realizações socioeconómicas, muito além das promessas do P.A.I.G.C.

Neste domínio, pois, o P.A.I.G.C. foi espectacularmente derrotado. Mas, tendo vencido, embora, a guerra das ideias — e por isso eu afirmei atrás a minha convicção de que se realizássemos um plebiscito na Guiné o ganharíamos em cheio — é a guerra das armas que o inimigo continua a impor-nos. Mas, mesmo neste caso, o governador e comandante-chefe age politicamente, dando ao povo da Guiné os meios para a sua autodefesa, com a constituição da chamada Força Africana, com praças e oficiais subalternos que usufruem exactamente as mesmas regalias das forças europeias.

Assim é, meus senhores, que as Forças Armadas estão, também, a ganhar a guerra das ideias, desde o oficial mais graduado ao mais jovem dos seus soldados, colaborando na grande batalha da promoção do povo da Guiné, no campo e na escola, nas estradas e nos hospitais — onde quer que a sua presença e o seu esforço sejam necessários.

Em editorial, "O Seculo" escrevia, ainda não há muito tempo:

"A Imprensa divulgou, há dias, um comunicado sobre a actividade das Forças Armadas na Guiné, durante o ano passado. Comunicado de guerra com jactâncias de heroísmo? Soma final de resultados para demonstração de genialidades estratégicas? Nada disso. O comunicado rescende mais a campanha de paz que a fumo de pólvora. Ao lê-lo, tem de concluir-se que a missão dos nossos marinheiros, aviadores e soldados é, em grande parte, preparar um futuro melhor para as populações nativas — e não matar ou arrasar. Mais de dois terços desse documento resumem actividades de natureza social, educativa, sanitária, habitacional, assistencial, económica, construtiva, exercidas por elementos das Forças Armadas.

"Concretizando essas actividades, o comunicado revela que, em conformidade com o programa para o desenvolvimento rural, abastecimento de água e habitação, se estenderam as redes da electricidade a numerosas povoações, se abriram e equiparam com bombas 84 poços e se construíram casas para 3044 famílias. Cento e cinquenta e quatro militares professores mantiveram em funcionamento 117 escolas com uma frequência de 8500 alunos. Edificaram-se 48 escolas. Prestou-se assistência a 116 000 elementos da população, através de 120 dispensários militares, cujo funcionamento esteve confiado a 30 médicos e 360 enfermeiros auxiliares. Esta assistência beneficiou, ainda, gratuitamente, com consultas e medicamentos, 40 534 habitantes dos países vizinhos, nossos inimigos. A maior parte veio do Senegal. Dezassete senegaleses e 3 gambianos pediram e

obtiveram tratamento cirúrgico. Construíram-se 17 edifícios para postos sanitários.

"A engenharia militar asfaltou 150 quilómetros de estradas e preparou, para igual operação de revestimento, mais de 80 quilómetros. Os meios militares de transporte colaboraram com os serviços civis na movimentação de mercadorias e pessoas.

"Ao mesmo tempo, as Forças Armadas participavam na campanha governativa destinada a preparar os guinéus para assumirem crescente responsabilidade nos diversos sectores da administração provincial.

"Um comunicado de guerra — porque enfrentamos na Guiné uma verdadeira guerra — como aquele para que chamamos a atenção tem de considerar-se extremamente raro e singularmente significativo."

Ora isto, creio, não podia fazer-se sem assentar solidamente sobre um bem estruturado e amadurecido pensamento político, cujo objectivo é, não tenhamos dúvidas, conquistar para o nosso lado, para uma autodeterminação lusa, livremente aceite, a unanimidade do povo da Guiné.

É que, meus senhores, enquanto, durante muitos anos, se acreditou apenas no argumento da força das armas, parece ter-se passado a optar pelo argumento da força das ideias, empenhando nele, a fundo, com determinação e inteligência, as Forças Armadas.

É, pois, muito importante o conhecimento do pensamento político do general António de Spínola, para se compreender o alcance da sua obra que, parece-me, veio trazer uma fisionomia inteiramente nova à nossa posição perante o Ultramar português. Para isso, temos de debruçar-nos, atentamente, sobre um dos mais importantes documentos políticos produzidos no nosso país, depois de 1961. Trata-se da exposição feita pelo general António de Spínola a um grupo de deputados da Assembleia Nacional, que em Julho de 1970 visitou a Guiné.

Diz esse documento que "a guerra transitou do campo das armas para o campo das ideias, para o campo da mobilização das massas ou, mais precisamente, para o campo das reivindicações sociais, passando a processar-se sob a forma de conflitos

internos, isto é, de guerras nacionais com finalidade internacional". Assim é que, com efeito, "o Ocidente não está defendido com a N.A.T.O., pelo simples motivo de que não é nesse campo que estamos a ser atacados". Mais: "só poderemos vencer a **revolução das massas** com a **revolução das massas** (...) Há, portanto, que evoluir de forma a opor à revolução uma eficaz contra-revolução, combatendo ideias com ideias".

O general António de Spínola pretende que, qualquer que tivesse sido a nossa actuação em África, o problema surgiria sempre, mas salienta, noutro passo, que "os nossos erros de administração facilitaram o despertar desse substrato, através de conflitos sucessórios e tribais mal resolvidos, paternalismo demasiado, burocracia e rotina que criaram vítimas que a subversão habilmente explorou (...). E temos de reconhecer — acrescenta — que se cometeram erros, os quais criaram o clima psicológico propício ao desenvolvimento do processo subversivo, o que não quer dizer que não estejamos ainda a tempo de eliminá-los (...). O que importa é reconhecê-los (os erros) abertamente e lutar pela sua rápida eliminação, numa acção inteligente e dinâmica com vista à construção do futuro. Para tanto, impõe-se, em primeiro lugar, anular a lassidão das estruturas e dos homens que as servem".

Explica o general António de Spínola que *lassidão* é um neologismo que traduz a incidência da rotina das estruturas de uma sociedade amorfa, face às prementes solicitações resultantes da necessidade de desencadear um processo de reajustamento dessa sociedade à evolução social de um mundo em permanente mutação.

Quando o governador da Guiné fala de um mundo em permanente mutação, pergunto a mim próprio se ele alguma vez terá lido as obras didácticas do grande dramaturgo e encenador alemão que foi Bertolt Brecht, na minha opinião o maior homem de teatro do nosso tempo. Na verdade, Brecht criou, no teatro, um fenómeno a que chamou efeito V ou efeito de distanciamento. Tratava-se de uma atitude crítica, não só do dramaturgo, mas, até, do próprio actor. Quer da parte do dramaturgo quer do próprio actor, pretendia-se criar um estado de alerta no



O general Spínola no mato da Guiné

espectador, perante os fenómenos humanos postos em cena, inseridos num mundo em permanente mutação. Citava Brecht que, no princípio deste século, um homem, com asas artificiais se atirou do cimo da torre Eiffel, convencido de que com elas conseguiria planar e chegar ao solo íleto. A verdade é que de nada lhe serviram as asas e esmagou-se no solo. Esse episódio foi filmado e hoje, ao ver esse filme, por distanciação no tempo, todos nós sabemos que não poderemos atirar-nos do cimo da torre Eiffel com umas asas iguais.

Ao escrever a "Ti Coragem", uma das suas obras mais notáveis, Brecht, que faz passar toda a acção durante a guerra dos Trinta Anos, quer apenas perguntar ao espectador porque se repetem hoje os mesmos factos degradantes.

Foto Eduardo Gageiro (1972, Guiné)



O mundo está em permanente mutação... mas é necessário que o homem queira operá-la, sem o que reincidirá nos mesmos erros do passado.

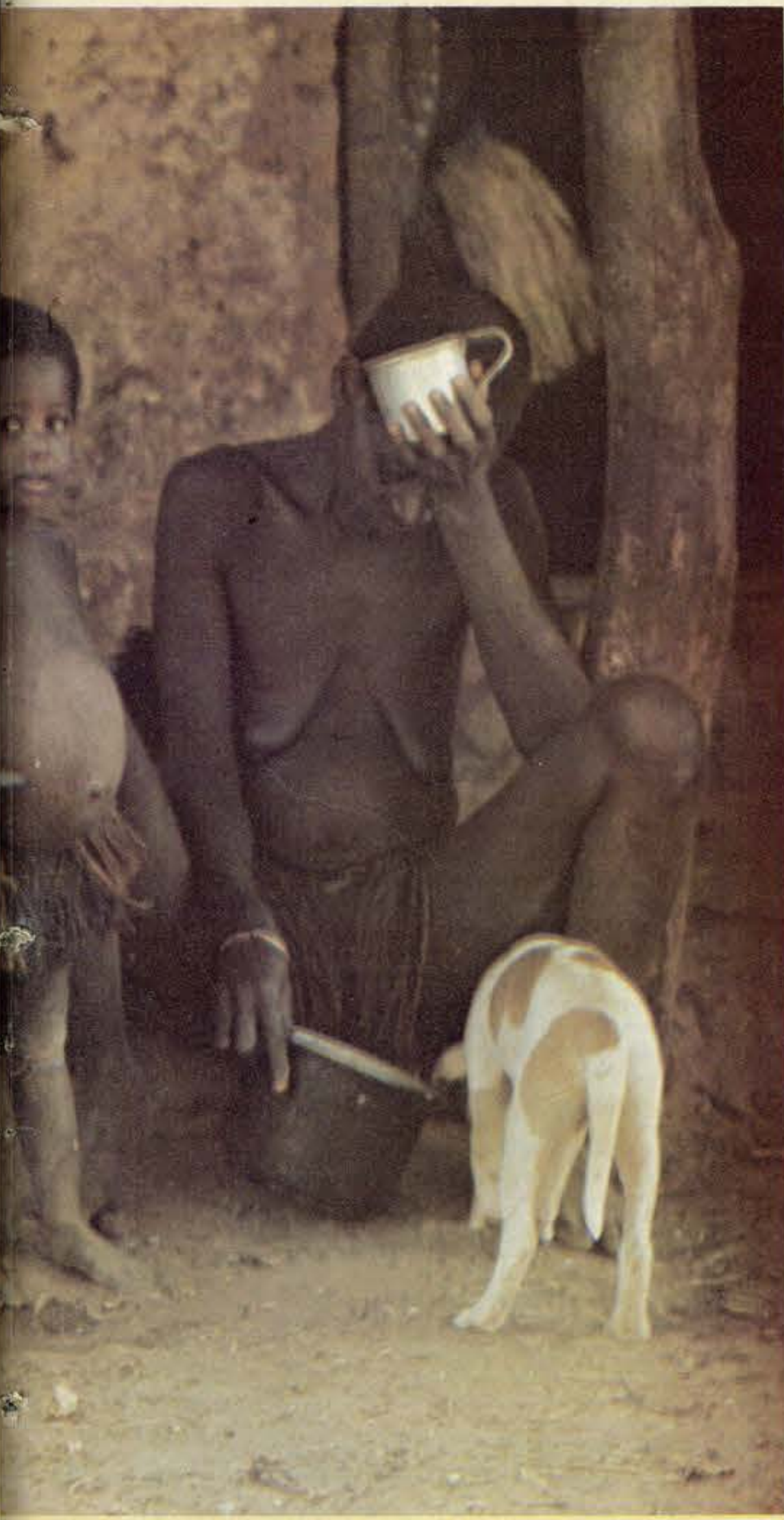
Isto mesmo, meus senhores, justifica plenamente que tivesse descrito, em breve apontamento impressivo, no começo deste trabalho, o estado de lassidão anterior a 1961. Não conheço documento que ponha tão claramente os dados do problema ultramarino como aquele de que estou a ocupar-me. Nem tão claramente nem tão corajosamente, dando uma feição inteiramente nova à guerra no Ultramar.

"A guerra política — esclarece ainda o general Spínola — apoia-se no substrato dinâmico constituído pela revolução social e pelos conflitos tribais, pelo que a sua repressão por via da força, ainda por muitos considerada como solução, agrava sempre o substrato dinâmico em que se apoia, substrato esse que, com o tempo,

tende para a politização, isto é, para a identificação do substrato com a essência do conflito, que assim passará a ter um sentido global."

Opor à revolução uma eficaz contra-revolução.

Nesta contra-revolução devemos entender a existência, portanto, de um outro substrato dinâmico de sinal contrário, a partir do qual esteja ao nosso alcance levar as populações a um estado consciente — inteligente — de opção. Não se concebe, pois, um Ocidente comodamente fechado — utilizando uma vez mais as palavras do general — comodamente fechado num conservantismo irresponsável, sem largueza de vistas e a flexibilidade suficientes para conceber a contra-revolução anti-reaccionária — única arma que pode defender eficazmente os valores da civilização ocidental.



Proclama, ainda, o general Spínola que um conflito do tipo subversivo se ganha quando há inversão na incidência do factor tempo, pois o tempo corre contra a subversão quando se dissocia a subversão política do substrato dinâmico de carácter social em que se apoia. Retirado esse substrato à revolução, ela passa ao serviço da contra-revolução.

É, pois, a contra-revolução social que está a operar-se na Guiné, interpretando e satisfazendo as legítimas aspirações dos governados; assegurando a justiça social e a igualdade dos cidadãos; promovendo, em ritmo acelerado, o progresso económico e social e procurando ultrapassar as sociedades dos países vizinhos.

Repare-se: ultrapassar as sociedades dos países vizinhos. É o que eu chamei, atrás, oferecer x mais y, com base nas soluções de fundo, que o general Spínola define pela conquista da adesão das massas à nossa política de justiça social, incutindo-lhes confiança na nossa capacidade para as governarmos e satisfazermos os seus legítimos anseios de promoção; pela realização dos programas socioeconómicos de base, que garantam a necessária credibilidade na nossa política; e, finalmente, pela conquista de condições mínimas de segurança que permitam o desenvolvimento económico-social da província.

Não era, pois, de ânimo leve que o general António de Spínola me dizia que esta guerra não se ganha com armas, mas com ideias. E foram as suas ideias que eu procurei coordenar numa síntese que definisse o seu pensamento político. Mas será isso suficiente? Não. Torna-se necessário saber de que maneira esse pensamento se concretiza e quais os meios — humanos, especialmente — de que o governador da Guiné dispõe para isso.

Quando, em Março do ano passado, fui à Guiné, levava comigo outro documento político, não menos importante, acerca do qual desejava obter esclarecimentos: "Política Governativa e Objectivos Sociais", directiva distribuída aos serviços públicos, autoridades administrativas, entidades privadas e demais actividades da Guiné. Entrevistei, nessa altura, o general Spínola, cujas declarações O Seculo publicou, independentemente de uma larga troca de impressões a que entendi não dever dar publicidade. Essa primeira tentativa de compreensão e interpretação da Guiné de hoje completou-se com a minha visita de Novembro passado, da qual também dei conta nos meus artigos de O Seculo.

"O que legitima os governos — explica o general — é a aceitação dos governados e, por isso, uma doutrina, para ser válida, carece de sólido apoio popular. Impõe-se, portanto, como tarefa prioritária, dinamizar os grupos sociais à luz de programas políticos que traduzam a capacidade governativa para prosseguir o bem comum."

Como se dinamizam, na Guiné, os grupos sociais?

Pelo permanente contacto com as populações, esclarecendo-as e auscultando os seus anseios. Para isso, estabeleceu-se um plano de congressos, cada um dos quais se realiza em duas fases: na primeira, efectuem-se reuniões parcelares por grupos étnicos, durante as quais são livremente debatidos, em diálogo com o Governo, os problemas postos pelos representantes tradicionais de cada grupo; na segunda, têm lugar plenários em que os representantes de todas as etnias debatem entre si e com o Governo os problemas de interesse provincial. Ora, sendo os régulos eleitos livremente pelo povo, a efectivação dos congressos corresponde a uma autêntica manifestação da vontade popular.

Daí que o governador Spínola possa afirmar que, "no mundo de hoje, cada vez é menos possível governar os povos senão em seu nome e por seu mandato". Assim, "valorizar-se-á e dignificar-se-á o africano, permitindo-lhe que se afirme e se realize como africano e que como africano sinta que participa da vida política e social de um conjunto pluricontinental de que auferir confiança e progresso e com o qual se sentirá solidário".

Disse e escrevi, a propósito da minha última estadia na Guiné, que, ao percorrer as estradas e caminhos da província, muitas vezes perguntei a mim próprio que consciência terá a maioria das gentes de ser ou não ser português, até, de ser ou não ser guineu. Tem, é evidente, a noção profunda do seu chão, que lhe dá o arroz. E pouco mais — ou mais coisa alguma.

Mas a escolaridade multiplica-se numa progressão geométrica vertiginosa e, portanto, sem receio de que queiram ser tanto como nós, creio que bastará uma geração para que a noção restrita do chão que se amanha se transfira para um espírito transcendente de nacionalidade, que tem de ser a daqueles que promoveram a espantosa revolução social — ou contra-revolução, se preferem — que está a processar-se.

Mas não só a escolaridade, meus senhores.

Há, na verdade, todo um processo de civilização a enfrentar e a desenvolver. Mas, também acerca de civilização, o general António de Spínola tem as suas ideias, proclamando a necessidade de rever o conceito de missão civilizadora. Pondo em evidência uma pressuposta superioridade cultural do civilizador, na tarefa de civilizar, quando, de facto, uma civilização é, apenas, uma forma de estar no mundo e cada povo tem o direito de estar no mundo à sua própria maneira, parece que haverá certo conflito entre a missão de civilizar e a pluricontinentalidade.

E o general explica: "Se se pretendem impor padrões de cultura considerados superiores, apenas se levantarão barreiras entre os civilizadores e os outros povos, barreiras que, com o decorrer do tempo, se vão tornando cada vez mais difíceis de transpor. Tornem-se acessíveis a todos os povos os benefícios do progresso, mas permita-se-lhes que deles - se socorram apenas na medida das suas reais necessidades, para que não se cave a sua infelicidade a coberto da bandeira da civilização nem se confunda a função civilizadora com uma simples tarefa econômica, visando, apenas, criar necessidades e conquistar mercados." O general, porém, esclarece-me, mais tarde e a propósito do documento que vimos analisando, não se pretender preservar senão os valores autênticos da cultura tradicional, esforçando-nos por fazer progredir as comunidades humanas.

"Porque entendemos - disse-me - que o progresso não deve ser imposto, optamos pela integração cultural, através de um processo de dinâmica interna caracterizada pela assimilação espontânea dos nossos valores."

E o governador citou-me, então, o exemplo do balanta que lava tradicionalmente os terrenos do arroz servindo-se de um arado manual de limitado rendimento e que, além disso, exige grande esforço braçal. Se lhe impuséssemos processos mais modernos, estaríamos a violar as suas tradições, desrespeitando a sua cultura e promovendo a sua evolução pela imposição de novos valores, em flagrante contradição com o nosso respeito pela maneira de viver de cada um. E, se em razão desse respeito tivéssemos a preocupação de impedir que o balanta lavasse a sua bolanha por outro processo que não o do arado manual, então estaríamos a defender a cultura tradicional, enterrando o progresso. Iremos, por isso, por outra solução. Apresentaremos aos agricultores determinadas áreas orizícolas lavadas por processos modernos que, necessariamente, conduzem a uma maior produtividade. É evidente que, em poucos anos, os balantas terão posto de parte o arado tradicional; e tê-lo-ão feito livre e espontaneamente, por assimilação, sem que as suas ancestrais tradições tenham sido violadas.

Eu próprio assisti a experiências deste género, a propósito daquilo a que chamei a batalha de convencer pela evidência. O guinéu tem de ver com os seus próprios olhos os resultados, para adoptar determinado processo de cultivo. O eng. Vinício Marques, director dos serviços respectivos, mostrou-me bolanhas cultivadas por processos tradicionais ao lado de outras em que eram aplicados fertilizantes químicos. A evidência que se nos depara não podia ser, com certeza, indiferente, o agricultor guinéu.

"Temos de concluir - esclarece o general - que é através da plena expressão política e social das instituições tradicionais que construiremos a unidade dentro da Guiné e consolidaremos a adesão da Guiné à causa nacional."

E voltamos, meus senhores, à pergunta que, atrás, deixei implícita: de que meios humanos dispõe o governador da Guiné para dar realidade aos seus conceitos, muito particularmente, no domínio da promoção socioeconómica?

Toda a gente sabe que não dispomos de infra-estruturas humanas, sequer para acudir às exigências metropolitanas. No que diz respeito ao Ultramar, o problema põe-se com uma acuidade dramática, sem que a solução possa ser encontrada nos anos mais próximos. Não há dúvida de que a reforma global do ensino, em todos os sectores e escalões, equacionada pelo ministro da Educação Nacional, virá, certamente, contribuir para a preparação do capital humano que é necessário - que é vital - investir, não só na Metrópole mas também no Ultramar. Qualquer que seja, porém, o ritmo em que as reformas se apliquem, temos de admitir que só a longo prazo (pondo de parte, como se impõe, o sistema vulgarizado das improvisações) estaremos preparados para as exigências cada vez maiores que se apresentam em todos os domínios da actividade nacional.

Ora, é evidente, a Guiné não poderia subtrair-se a esta carência - e daí que as Forças Armadas tenham sido mentalizadas para cumprir as espantosas tarefas que, em síntese, referimos ao citar a passagem tão cheia de implicações do editorial de "O Seculo".

Entretanto, o governo da Guiné procura, pelos seus próprios meios, preparar os quadros do futuro. É nesse sentido, como declarou o general Spínola, que os Serviços de Educação da Província e as Forças Armadas têm desenvolvido notável esforço conjunto, traduzido numa frequência escolar, em meados do ano passado, de 30 mil crianças de ambos os sexos, prossequindo em ritmo crescente a construção de escolas e a formação de professores.

Por outro lado, está a adaptar-se o ensino técnico às actividades dominantes na Guiné, ao mesmo tempo que se aumenta a concessão de bolsas de estudo, com vista a incrementar o acesso ao ensino superior.

Todo o peso da obra que o general António de Spínola está a empreender na Guiné, fiel aos princípios políticos que se impôs, assenta no esforço admirável das Forças Armadas, empenhando-se com igual determinação na guerra das armas e na guerra das ideias.

E, a propósito, penso que se, nos sucessivos 10 de Junho, no Terreiro do Paço, se recompensam os nossos militares por actos de bravura, não deveriam ser esquecidos aqueles que, com tanto entusiasmo, colaboram na obra, não menos transcendente - diria mesmo, não menos heróica - de promoção dos guinéus e no

progresso da província, quer seja nas escolas ou nos campos, nas estradas ou nos hospitais - onde quer que a sua acção contribua para ganhar a batalha da paz.

Que prova mais inequívoca de confiança nos princípios que defende e com base nos quais está a construir o futuro da Guiné do que a Força Africana, instituída pelo general Spínola?

Assisti, em 7 de Novembro, à empolgante parada em que desfilaram três batalhões de soldados africanos, num total de cerca de mil e quinhentos homens. Também esse acontecimento se integra na guerra das ideias. Disse, então, o comandante-chefe:

"As virtudes militares não são mais do que a exaltação das virtudes humanas, pois o amor da terra e do seu povo, a coragem, a abnegação, a lealdade e a disciplina constituem marcas de civismo, que jamais podem ser consideradas apátnia dos militares.

(...) Fiéis ao rumo que traçamos e coerentes com uma política de preparação progressiva dos guinéus para participarem na gestão dos interesses comuns, a Força Africana é um passo bem claro no caminho de uma Guiné governada pelos seus filhos, mas inserindo-se no quadro estrutural da Nação portuguesa pela adequação e activa participação dos que aqui nasceram na sua vida constitucional.

(...) Travamos aqui uma batalha pelo Povo e pela Paz na construção de uma nova ordem, que os africanos bem sentem que lhes compete defender, consolidar e tornar exemplo de harmonia e de fraternidade humana. E aos que duvidam dos ideais que a inspiram e da força da razão que lhe assiste, apontamos o testemunho inequívoco do estandarte nacional empunhado pela mão vigorosa de um oficial africano do Exército português e escoltado por militares igualmente africanos, que ostentam no peito os mais altos galardões com que a Nação honra os feitos heróicos dos seus filhos - as insígnias da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito."

Meus senhores,

Terão, porventura, estranhado V. Exas. que, vindo aqui falar, especialmente para cadetes da Academia Militar - futuros oficiais - não me tenha ocupado como, certamente, esperaríamos, da guerra na Guiné. Da guerra das armas. Pois também dela poderia ter falado, trazendo o testemunho dos meus contactos com as Forças Armadas, acima de tudo, o meu encontro com a companhia de Guilege, paredes meias com o terrorismo, de que guardo tão emocionante recordação.

Sempre me recusei, porém, repito, a escrever - ou falar - sobre a guerra. O fenómeno da guerra é demasiado sério, demasiado transcendente, para ser tratado de ânimo leve, como quem não quer a coisa, na rotina do trabalho de reportagem de um jornal, apenas para servir mentalizações ou enaltecer heroísmos.

Depois de ter lido tantos livros notáveis sobre a guerra, desde a primeira guerra mundial à segunda, à guerra da Coreia e à do Vietname, sei que nunca poderia escrever nada de semelhante.

Entre todas essas obras, porém, a que mais me impressionou foi, sem dúvida, "Soldados Desconhecidos", do finlandês Vaino Linna, que me pareceu ser, além de uma extraordinária reportagem da guerra russo-soviética uma autobiografia romaneada. É considerada o Livro Nacional da Finlândia. Permito-me ler, apenas, a última página:

"O Porco em Pé voltou-se de novo para a fogueira e disse, outra vez a soprar:

- A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ganhou, mas a nossa valente Finlândia sempre conseguiu conquistar um honroso segundo lugar.

A cinza esvoaçava.

Em breve, todos adormeceram. Aproximou-se uma carroça pela estrada e o ruído das rodas ecoava por entre os pinheiros. O carregamento vinha coberto por um pano de tenda. Saía cá para fora um punho fechado e hirtos. Os últimos mortos regressavam a casa.

Mais longe, sentado na floresta, estava o alferes Jalovaara. Dirigira-se para ali a passos lentos, sem saber para onde ir. Quando viu que se encontrava sozinho, sentou-se num monte de terra, com a cabeça entre as mãos. Permaneceu assim durante muito tempo a olhar para baixo imóvel. Ouvia, na estrada, o barulho distante da carroça.

Sentiu humedecerem-se-lhe as pálpebras. Jalovaara apertou, durante muito tempo, os maxilares, tentando acalmar-se. Mas não tardou que uma violenta crise de soluços violentos e amargos lhe sacudisse o corpo todo. Por entre lágrimas, repetia sempre, cerrando os dentes:

- Compreendemos... fomos obrigados a compreender... a Finlândia morreu... e a neve já lhe cobre a campa...

O sol do Outono, no seu zénite, aquecia a terra e os homens deitados. Os raminhos de arbustos cintilavam nos cabelos. O barulho da carroça afastou-se mais, acabando por se perder no silêncio da terra, coberta de pinheiros, que tudo devora. Os homens, fatigados, dormiam. O sol fitava-nos, complacente. Não estava, de forma alguma, ressentido com eles. Talvez, quem sabe?, lhes dispensasse uma espécie de simpatia.

Uns tipos valentes!"

Relatório de Amílcar Cabral

A DEGRADAÇÃO

Amílcar Cabral, um dos homens de maior prestígio na história do P. A. I. G. C. (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), afirmava em relatório difundido em Setembro de 1971:

“É com plena consciência, tanto da situação em que se encontra o inimigo do nosso povo como das circunstâncias internas e externas que tornam possível e condicionam a sua atitude criminosa, que devemos, em cada momento, analisar a situação da nossa luta e as perspectivas da sua evolução.”

É o resultado da sua análise que publicamos a seguir. Trata-se da primeira parte do relatório referido por Redondo Júnior.

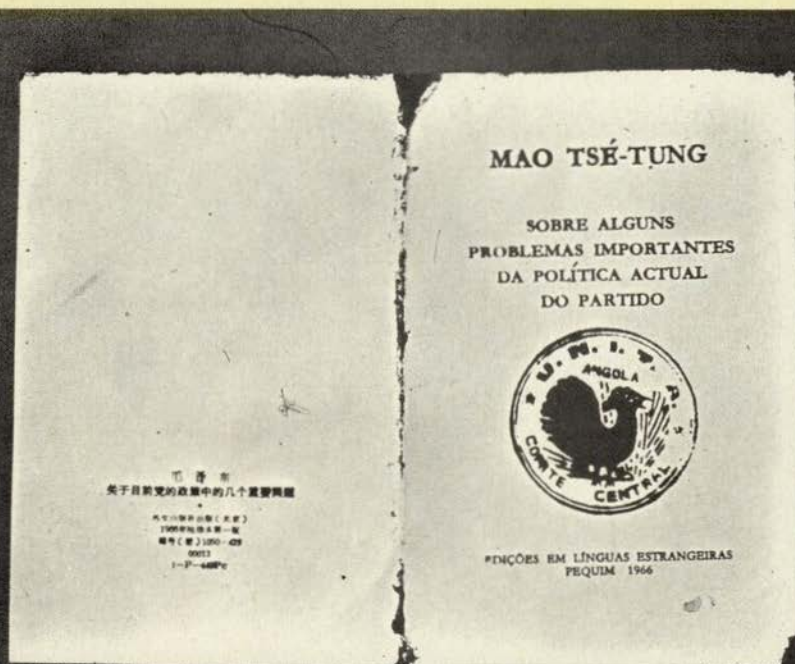
Apesar de algumas aparências e duma propaganda obsoleta, mas que continua a ter um eco favorável em certa imprensa ocidental, a degradação da situação político-económica de Portugal é um facto que já as próprias autoridades portuguesas, a todos os níveis, não podem ou não conseguem esconder. Este facto, cujos reflexos são evidentes nas atitudes das diversas categorias sociais portuguesas, é a principal consequência do crime de lesa-humanidade que o Governo português vem perpetuando desde há dez anos, desde o momento em que desencadeou a guerra colonial em Angola, a qual estendeu depois à Guiné e Moçambique. É o resultado, hoje dramático, mas amanhã seguramente trágico para Portugal, da política de absurdo, de irracionalismo e de mentiras, praticada pela classe dirigente portuguesa — que não só temia

em desprezar os direitos dos povos africanos e a legalidade internacional, mas age conscientemente contra os próprios interesses do povo português.

É esta realidade, mais evidenciada nos últimos dois anos e principalmente em 1971, que explica a falência da política demagógica de Marcelo Caetano, o divórcio cada dia maior entre a classe dirigente e as camadas populares (trabalhadoras das cidades e dos campos, estudantes e intelectuais antifascistas), as convulsões cada vez mais frequentes e intensas da sociedade portuguesa e, como expressão extrema de contestação, as acções revolucionárias armadas que tiveram lugar em Portugal nos últimos tempos. O carácter limitado e descontinuo dessas acções não deve iludir ninguém. Para que, apesar do nacionalismo arraigado que é característica comum a todos os portugueses, uma

fracção da sociedade portuguesa, mesmo muito minoritária, tenha decidido a recorrer a meios violentos como forma de contestação — sem qualquer reprovação da parte das massas populares — é porque o estado de espírito do português médio, perante a agravamento da situação socioeconómica, e política, está a atingir os limites do desespero.

Marcelo Caetano, ao prosseguir com a política salazarista de guerra colonial de genocídio contra os povos africanos, não só decepcionou aqueles que acreditavam na sua “inteligência política”, mas também perdeu ou está perdendo a única oportunidade que teve um português, desde o tempo das descobertas ou achamentos, de ter, com mérito, o seu nome gravado na História da Humanidade. Porque não pode compreender ou



Livro de Mao Tsé Tung, editado em Pequim, em português, utilizado por movimentos nacionalistas africanos

recusa-se a compreender o sentido da História e o dos próprios interesses do seu povo — o que não é surpresa para quem conhece o **processus** da sua formação ideológica — hoje, após três anos de governação, o actual Presidente do Conselho português não consegue disfarçar, nos seus discursos e tomadas públicas de posição, a sua perplexidade ou o seu desapontamento perante a realidade socioeconómica e política do complexo de diversidades, senão de divergências, a que teima em denominar “mundo português”.

As tímidas reformas, principalmente de carácter administrativo, que esboçou e ousou fazer incluir na nova Constituição portuguesa, não convenceram senão os convencidos, tendo mesmo desiludido a parte mais importante — porque a mais activa — dos seus adeptos “liberais” ou menos reaccionários. Daí o conflito surgido na chamada Assembleia Nacional portuguesa, aquando da discussão recente da revisão constitucional, conflito que, se o parlamentarismo não fosse apenas uma caricatura em Portugal, teria conduzido à queda do Governo.

A verdade incontestável da vida portuguesa actual é que, enquanto Portugal mantém e acentua cada dia mais o triste privilégio de ser o país mais atrasado da Europa, o Governo português faz deliberadamente três guerras coloniais de genocídio em África e teima em manter o povo português na

miséria e na ignorância, exilado da Europa e do mundo, alheio a todas as conquistas da ciência e da técnica, hoje ao alcance de todos os povos. Como sempre, o português continua desapaixado dos mais elementares direitos do homem. A verdade, da qual as massas populares portuguesas estão a tomar consciência cada dia mais, é a que a inflação galopante como a sangria populacional crescente causada pela emigração e pela guerra, o aumento do custo de vida como das dívidas públicas e internacionais, a falta de mão-de-obra como a fossilização da economia portuguesa — tudo isto é o resultado concreto da política colonial absurda, praticada pela classe dirigente de Portugal, a que Marcelo Caetano se habituou a servir. Prisioneiro da tão pesada quanto retrógrada herança salazarista, a qual é ferozmente defendida pelos **ultras** do regime; perdido nos seus próprios passos, embora bem poucos e muito tímidos — Marcelo Caetano tem razões bastantes para passar da perplexidade ao desespero. Tanto mais que a resistência dos povos africanos e do próprio povo português às guerras coloniais é cada dia mais vigorosa e mais eficaz.

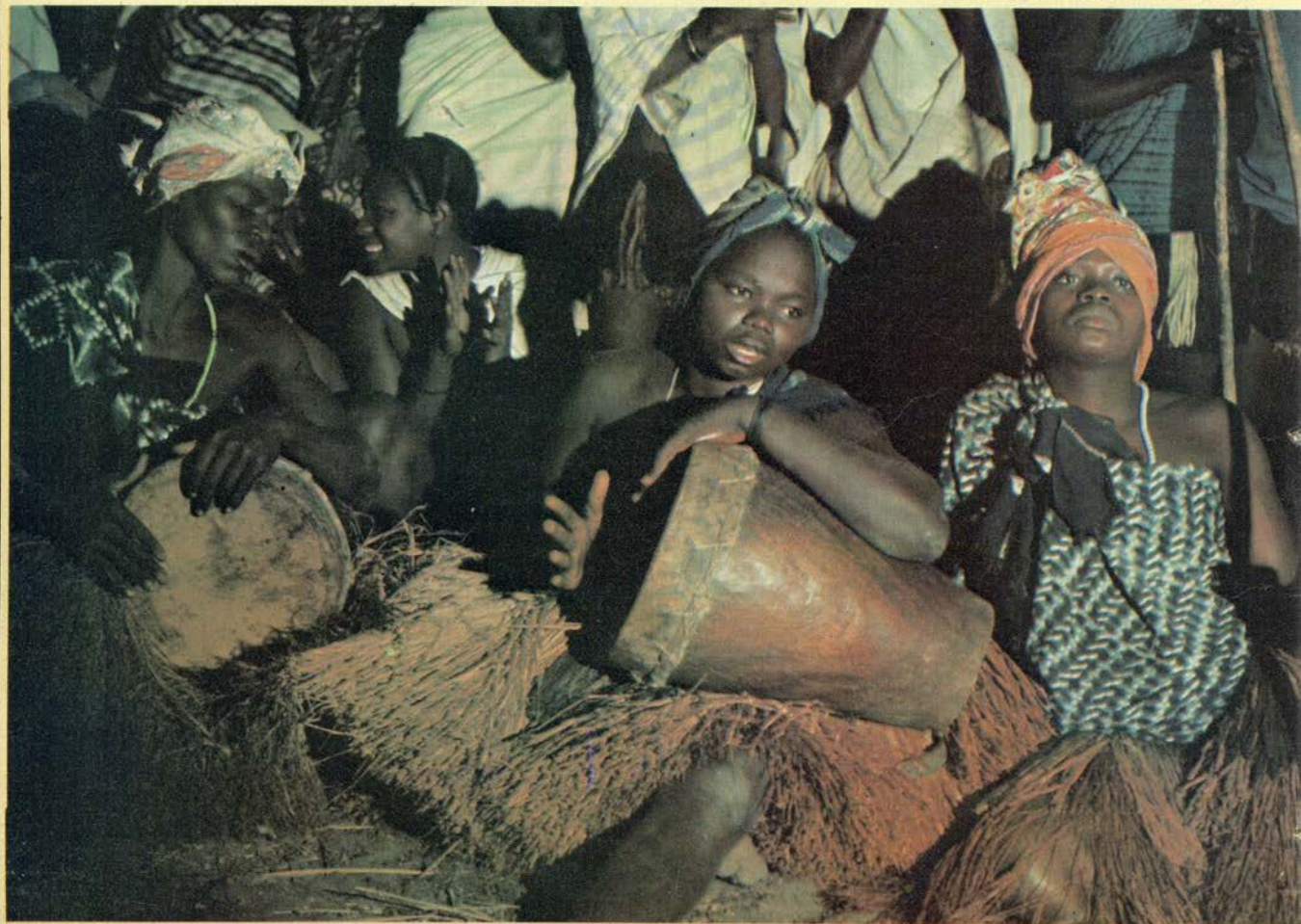
Compreende-se, assim, muito bem, a atitude de vítima que o Chefe do Governo português adopta agora. Assim, no discurso proferido a 23 de Julho deste ano, para explicar os incidentes ocorridos na

Assembleia Nacional portuguesa, depois de lamentar que “infelizmente” ele não está na situação das pessoas que podem “reclamar mais liberdade em nome dos imortais princípios”, afirma: “Sobre os meus ombros pesam as responsabilidades da defesa nacional, com operações militares em três províncias ultramarinas e uma retaguarda sensível. Não se passa um só dia sem que surja na cena internacional mais um golpe dos nossos adversários, obrigando a uma atenção constante e a um esforço permanente de luta diplomática e de esclarecimento da opinião envenenada dos países estrangeiros.”

Se, com esta afirmação, o Chefe do Governo português reconhece publicamente, pela primeira vez, a existência real das guerras coloniais — a que chama “operações militares” — não é menos certo que pretende ainda esclarecer a “opinião envenenada dos países estrangeiros”, quer dizer, continua a manifestar o seu desprezo pelo respeito da legalidade internacional.

No mesmo discurso, depois de reconhecer que “dentro do país (i. e. Portugal) o inimigo encontra apoios (...) e procura infiltrar-se cada vez mais nas escolas, nas Forças Armadas e na organização corporativa”, afirma: “E enquanto tem de se fazer face a tudo isto, há que manter em primeiro plano as necessidades reais do povo, desde a luta contra a

Foto Eduardo Gageiro (1972, Guiné)



inflação que, como um cancro, corrói hoje a economia de todos os países, destruindo a estabilidade dos preços e facilitando as reivindicações salariais, aos problemas de fomento económico de uma Nação que não pode nem deve estagnar nem deixar-se sangrar pelo êxodo dos seus filhos, e as exigências da promoção social formuladas por uma população justamente desejosa de mais largas perspectivas de educação e bem-estar. Para tudo isto é preciso dinheiro, e só Deus sabe os cuidados que dá encontrá-lo!" Com esta lamentação à maneira de Job, a qual dispensa comentários, Marcelo Caetano pretende justificar porque é que ele não vai "tão depressa" como pretendem os seus "jovens amigos". Mas, se é verdade que, como lembra no discurso, referindo-se à Revolução Francesa, quando um jacobino era feito ministro nem por isso ele passava a ser um ministro jacobino, a sua política e os seus argumentos provam à saciedade que, quando um salazarista é feito Presidente de Conselho, ele passa a ser um Presidente do Conselho salazarista.

Apesar das veleidades de originalidade e de liberalização, é precisamente o carácter profundamente salazarista da política de Marcelo Caetano — a teimosia em perpetuar o fascismo em Portugal e o colonialismo em África — que justifica a pobreza, senão a nulidade, dos resultados de três anos do seu governo, cujo balanço ele fez no discurso que proferiu a 27 de Setembro último. Nesse discurso, em que fez apelo aos "portugueses dignos desse nome" a unirem-se em redor dos "governantes por eles escolhidos" (sic), afirma: "Procuramos corajosamente enfrentar os problemas nacionais. Conseguimos sustentar a defesa das províncias ultramarinas contra a subversão crescentemente instigada por essa incrível organização chamada das nações unidas" (sic)... e se não esmorecemos na luta no Ultramar tão-pouco demos quartel aos que querem trazer o terrorismo à Metrópole." Os mesmos termos, a mesma teimosia.

Mas Marcelo Caetano não ignora que **enfrentar os problemas** não é resolvê-los e, por isso mesmo, depois de tentar alimentar no povo português tradicionalmente pobre a miragem dos "padrões de desenvolvimento da Europa tradicionalmente rica", lembra, para não permitir sonhos, que, em Portugal, "está-se a criar uma perigosa mentalidade de reivindicação e de facilidades absolutamente incompatível com as realidades e as possibilidades do País". E vem a já habitual lamentação:

"Faltaria à minha obrigação de falar verdade aos portugueses se não lhes lembrasse que estamos a atravessar horas muito críticas, horas em que a agudeza dos problemas nacionais é agravada por inquietantes condições da economia e da política internacionais. Não se julgue que nadamos na abundância de recursos humanos e materiais." Evidentemente, não é de certo o povo de Portugal, que vive na miséria e vê os seus filhos perante o dilema da emigração clandestina ou da morte sem glória nas guerras coloniais, que fará tal juízo.

Estas citações, talvez demasiado longas, têm contudo o objectivo de mostrar, com as próprias palavras do Chefe do Governo português, que, se é verdade que os mitos, as tácticas, as mentiras, os argumentos e os objectivos do regime colonial-fascista em nada mudaram com o desaparecimento de Salazar, a degradação socioeconómica e política da sociedade portuguesa, como resultado das guerras coloniais, é um facto que mesmo as lamentações do Marcelo Caetano não conseguem esconder. Ter consciência disso é



Foto Eduardo Gageiro (1972, Guiné)

de importância capital no quadro das perspectivas do desenvolvimento da nossa luta.

(...) Mas bem mais realista do que Marcelo Caetano é o **Relatório Confidencial do Estado-Maior Português**, elaborado em 1970 sob o título **Relatório da secção psicológica número 15**. Nesse documento, que analisa em pormenor a acção dos movimentos de libertação e dos meios portugueses contrários à guerra colonial, assim como os métodos, acção e resultados da guerra psicossocial, os autores revelam que: "A proliferação das organizações antigovernamentais e

a agitação que pretendem generalizar tendem a criar um clima de instabilidade psíquica que, afectando a actividade dos estudantes, afecta o País, que se mostra desorientado, não sabendo o que fazer para levar os seus filhos a bom caminho." Tendo-se referido longamente à situação cada dia mais difícil no seio das tropas coloniais, em que aumentam as deserções e as reivindicações, o relatório conclui:

"O inimigo (quer dizer: os movimentos de libertação e as forças contrárias à guerra colonial) aprofundou, aperfeiçoou e aumentou os seus

esforços em todas as frentes, tanto internas como externas.

"Na metrópole, dum modo geral, a população continua pouco interessada pela guerra do ultramar e desconhece o esforço que vêm realizando as forças armadas. As massas estudantis mostram-se fortemente permeáveis à propaganda pacifista. A massa obreira, desconhecadora dos grandes problemas nacionais, deixa-se arrastar facilmente pela propaganda orientada no sentido da reivindicação de melhores salários e melhores condições sociais. Os grupos mais desenvolvidos continuam sendo foco de subversão, e as organizações que vão surgindo revelam grande eficiência.

"No ultramar, de maneira geral, as populações indígenas continuam inclinando-se em favor da subversão, sobretudo quando esta demonstra que tem força ou quando as condições geográficas dificultam ou impossibilitam a acção das nossas tropas. As populações indígenas da periferia dos maiores centros urbanos, destribalizadas, continuam mostrando-se muito permeáveis à propaganda inimiga. A população europeia continua manifestando abertamente o seu alinhamento com a guerra, mas só coopera contra a subversão quando os seus interesses materiais são directamente ameaçados.

"A situação psicológica é precária, tanto na metrópole como no ultramar."

Perante tal situação, que se agrava cada dia mais em todos os planos, pode-se perguntar porque é que o Governo português, que tem consciência das dificuldades que enfrenta e terá de enfrentar, continua a teimar na sua política absurda e criminosa de querer perpetuar, com as guerras coloniais, a dominação dos povos africanos. Não é difícil reconhecer que as razões mestras da continuidade inalterada da política colonial portuguesa residem nos seguintes factos:

a) o subdesenvolvimento crónico e característico de Portugal que, não dispondo de infra-estruturas económicas válidas, não pode conceber um processo de descolonização "voluntária", em que os interesses da classe dirigente portuguesa seriam defendidos no quadro duma situação neocolonial de concorrência eficaz com as outras potências capitalistas.

b) os efeitos inibitivos de quase meio século de regime fascista sobre uma sociedade que, através de toda a história, nunca conheceu verdadeiramente (ou significativamente) o que são direitos do homem, o que são a liberdade e a prática da democracia.

c) a mentalidade imperial da classe dirigente portuguesa e a ignorância, os mitos, as crenças, os preconceitos e o nacionalismo estreito que caracterizam a cultura de largas camadas populacionais de Portugal, submetidas, durante séculos, à doutrina da superioridade do europeu e da inferioridade do africano, assim como ao mito da missão "civilizadora" do português em relação aos povos africanos, considerados como "selvagens". Esta doutrina, a que nos últimos tempos se juntou o espantinho da "subversão comunista", conduziu apesar das veleidades ou do mito de multirracismo tantas vezes invocado pela propaganda portuguesa, à cristalização dum racismo primitivo, muitas vezes destituído de fundamento económico.

O carácter racista da dominação portuguesa manifestou-se amplamente pelo desprezo dos valores do africano e pelos crimes mais abjectos cometidos pela administração e pelo colono



Amílcar Cabral

português durante a época de ouro do colonialismo. Manifesta-se hoje pelos actos de barbaridade que caracterizam a acção das tropas coloniais. Mas tende no presente, perante a resistência africana, a manifestar-se pelo paternalismo e pela falsa preocupação de realizar "a promoção social do africano no quadro da nação portuguesa". O racismo português, que é uma das causas subjectivas da continuidade das guerras coloniais, atinge o seu grau mais elevado nas altas esferas da classe dirigente. É assim que o general Kaúlza de Arriaga, uma das maiores personalidades da direcção colonial portuguesa, comandante-chefe das tropas coloniais em Moçambique e pretendente ao posto de Presidente da República, afirma, ao tratar do problema estratégico português (Volume XII das Lições de Estratégia do Curso de Altos Comandos - 1966/67), o seguinte: "A subversão é uma guerra sobretudo de inteligência. Tem de se ser inteligente, para se fazer subversão, não é qualquer pessoa que a faz. Ora, os povos negros não são altamente inteligentes, pelo contrário, são, de todos os povos do mundo, os menos inteligentes" (sic).

Nessas mesmas Lições, o autor, que considera que "a exportação de escravos africanos para o Brasil foi um bem" e que "o estado tribal das populações negras é favorável à estratégia portuguesa", revela, em toda a sua cruza, o objectivo principal da actual política colonial portuguesa: manter o domínio do branco sobre as populações negras.

Depois de notar que o perigo reside no crescimento de "negros evoluídos", Kaúlza de Arriaga afirma: "Só seremos capazes de manter o domínio branco, que é um objectivo nacional, se o povoamento branco for em ritmo que acompanhe e ultrapasse, mesmo ligeiramente, a produção de negros evoluídos (sic). Porque, se acontecer o contrário, se o povoamento branco for ultrapassado pela produção de negros evoluídos, então passar-se-ão fatalmente duas coisas: ou instalamos o "apartheid", que será terrível e no qual não nos aguentamos, ou teremos governos negros com todas as consequências que isso acarreta (desmembramento das províncias ultramarinas, etc.)." Esclarece, em seguida, a tática adequada para evitar uma tal situação: "... o povoamento branco não visa equilibrar o potencial demográfico negro, visa equilibrar os negros evoluídos... E como também não temos muitas possibilidades de evoluir todos os negros, graças a Deus, é bem possível, é quase certo, que possamos lá colocar em África gente em quantidade tal que lá equilibrando aqueles negros que vão sendo evoluídos."

Sobre esta base, e depois de esclarecer que "também não vamos ser demasiado eficientes na produção dos negros evoluídos, pois devemos promovê-los, sim, mas nada de exageros", o general pretendente ao posto de Presidente revela a linha mestra da actual estratégia portuguesa em África: "Primeiro, crescimento da população, depois, limitação da população negra." Perante as dificuldades do problema, e convencido do mito da alta fecundidade do africano, sugere, embora de maneira negativa, a prática da limitação científica da natalidade: "Claro, isto é um problema extraordinariamente difícil, porque não podemos distribuir a cada família negra uma pílula anticoncepcional... de maneira que o mais que podemos fazer é não impulsionar muito o crescimento negro."

Torna-se assim mais evidente um dos objectivos principais das guerras coloniais portuguesas em África: na impossibilidade imediata de limitar a natalidade para garantir a supremacia do povoamento branco, recorre-se à liquidação das populações negras pelo emprego cada dia mais intenso, dos bombardeamentos aéreos, do "napalm" e de outros meios de destruição maciça do homem africano, pela prática deliberada do genocídio.

Este objectivo, à realização do qual se tem oposto com eficácia a resistência armada dos povos africanos das colónias portuguesas, apoiada pela solidariedade africana e internacional, revela no entanto, em toda a sua grandeza, o carácter criminoso do apoio moral, político e material que Portugal recebe dos seus aliados, no quadro da N. A. T. O. ou no plano bilateral. Na verdade, hoje já não é segredo para ninguém que o Governo português não poderia, de forma alguma, fazer as guerras coloniais em África e continuar a reprimir as aspirações legítimas do povo de Portugal à paz e ao progresso, sem a ajuda dos seus aliados ocidentais e racistas.

É com plena consciência tanto da situação em que se encontra o inimigo do nosso povo, como das circunstâncias internas e externas que tornam possível e condicionam a sua atitude criminosa, que devemos, em cada momento, analisar a situação da nossa luta e as perspectivas da sua evolução.

AMÍLCAR CABRAL (1971)

TANDBERG

Detenha-se. Analise. (a Música passa por aqui)

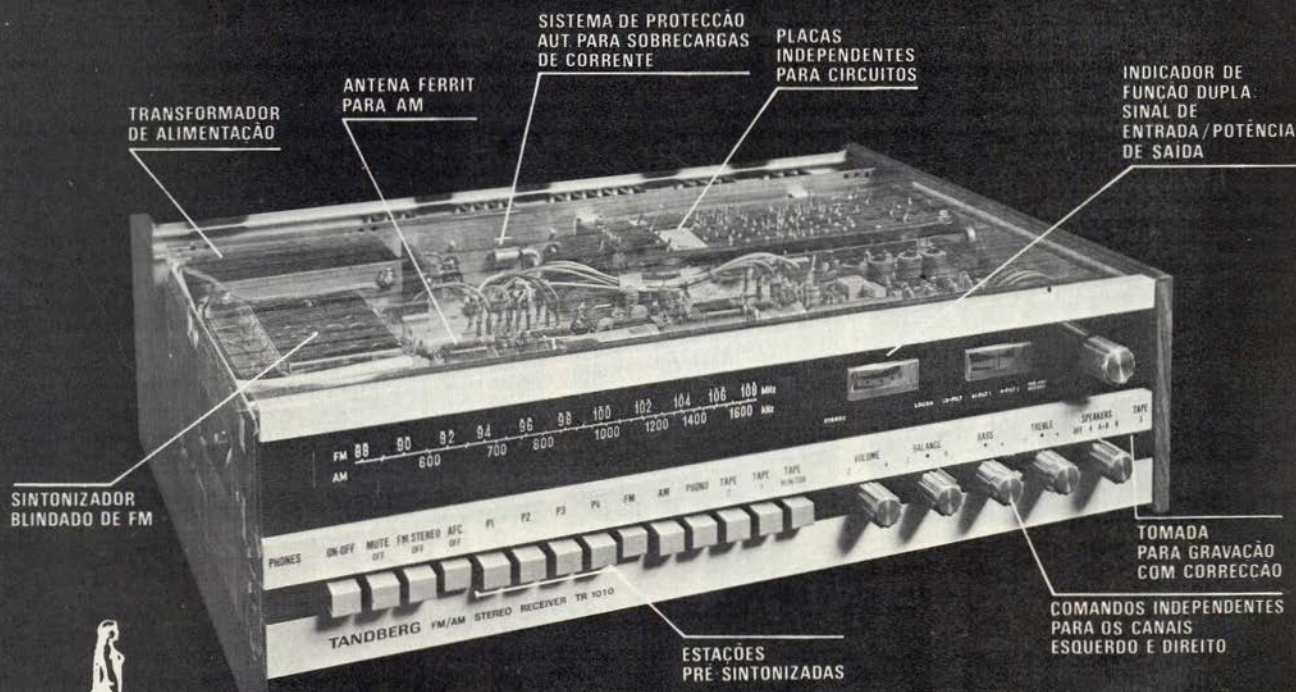


INSIGNIA TGD 01 74

TANDBERG atinge o mais elevado grau de perfeição nos seus aparelhos de alta fidelidade. O Sintonizador/Amplificador TR 1010 para AM e FM corresponde integralmente às maiores exigências em matéria de música. Dispõe de um perfeito sistema de controlo fisiológico do volume de som; de uma potência de 2x50 W eficazes; de uma resposta de frequência de 1 μ V. Tem capacidade de utilização para 3 gravadores e gira-discos com célula cerâmica ou magnética. Contém filtros para gira-discos. É utilizável em gravação com correcção de graves e agudos. TANDBERG apresenta ainda os seguintes modelos de amplificador: TR 200 (sintonizador/amplificador com FM);

TR 200 compacto (sintonizador/amplificador com gira-discos); Huldra 10 (sintonizador/amplificador para ondas longas, médias, curtas - 3 desdobramentos - e FM); TA 300 (só amplificador) e TA 300 M (só amplificador, com entrada de microfone). Todos os aparelhos TANDBERG beneficiam de uma assistência eficiente, prestada por técnicos especializados da Divisão "Som & Hi-Fi" da Termoelectrónica Génia, Lda., sua distribuidora exclusiva.

Para um esclarecimento mais completo, informe-se junto dos revendedores TANDBERG Lisboa: Sasseti, Pontinha: Beldisco; Braga: Fernandes & Vasconcelos, Lda; Porto: Discoteca; Sofisticada; Coimbra: Friague; Vila Franca de Xira: Acustical; Funchal: Menezes & Teixeira, Lda.



TANDBERG

Para a sua exigência, a Fidelidade Tandberg.



© GUNNAR LARSEN, A. D. S.



Folclore em tudo até na forma em garrafa da bolsa



O sistema do "poncho" peruano adaptado ao civilizado e... endinheirado cidadão

Moda e folclore

As reacções do mundo masculino da moda nunca esperam muito para poderem ver a luz do dia, sobretudo quando se tem em conta o que se passa "do lado de lá". Do lado delas, evidentemente...

Pierre Cardin, um arrojado ponta de lança do vestuário masculino, gosta, de vez em quando, de provocar clamores, apresentando modelos

"vanguardistas" que fujam àquele tom de equilíbrio que é a sua marca de qualidade.

Para os jovens de todas as idades Cardin apresenta uma profusão de cores, de desenhos, de contrastes, só acessíveis a bolsas muito recheadas. Quem puder chega lá. Nós preferimos ver... este folclore, que não vai certamente muito além disso.



Os espelhos recomendam Tokalon.

Naturalmente!

Pretty Quick e Dermofluid — Make-ups compacto e creme — produtos delicados cuidadosamente seleccionados em 8 tons modernos. Fabricados segundo fórmula exclusiva — constituindo uma fina emulsão que permite à sua pele respirar livremente. Tonalidades luminosas que se confundem e identificam com o tom natural da pele.



Para a maquilhagem perfeita dos seus olhos: sombras em «bâton» e «Creme-poudre», Eyeliner, Máscara líquida e Lápis para as sobrancelhas. Em todos os tons da moda. Adopte já a linha TOKALON. Verá como o espelho aprovará a sua escolha.

Tokalon

Nunca foi tão fácil ser bonita!

onde há Bac há Frescura



novo Bac Desodorizante e Anti-Transpirante

DRY (castanho)
com luxuosa fragrância

DISCREET (rosa)
discretamente perfumado de acção
agradável

NATURAL (verde)
proporciona uma frescura
completamente natural
SEM ÁLCOOL (azul)
especialmente suave na sua acção
em peles sensíveis

ANTI-TRANSPIRANTE (laranja)
regula eficazmente a transpiração

Bac-Frescura que Perdura

Durante a "Revolução cultural" em 1966

Porque não fomos expulsos de Macau

por MANUEL DE LIMA

Graves acontecimentos foram vividos em Macau nos dois últimos meses de 1966, época de ouro da «revolução cultural» de Mao Tsé Tung. Apenas o reconhecimento e a confissão de violências por parte do Governo terá evitado a expulsão e o massacre dos portugueses.



Os documentos fotográficos que apresentamos são reproduzidos de uma obra intitulada «Luta contra as Atrocidades Sanguinárias do Imperialismo Português em Macau», de Setembro de 1967, publicação do «Aomen Ribao» («Diário de Macau»). A reconstrução de uma escola pelos habitantes chineses da ilha de Taipa foi obstruída pelas autoridades portuguesas, que enviaram para o local uma força policial, resultando feridos e detidos

Nesta fase de total libertação do clima repressivo que acaba de ser aboído, muitas pessoas pertencentes a uma sociedade em que os seus componentes estavam divididos procuram finalmente encontrar-se e unir-se de acordo com os princípios elementares da expressão que possibilitam o diálogo franco e livre.

Desta vez damos a palavra ao dr. Danilo Barreiros, que apresentará um documento de interesse actual no contexto dos acontecimentos históricos que antecedem o resgate do povo português ao fim de um cativeiro de 48 anos. Advogado em Lisboa, especialista em assuntos orientais, proporcionou-nos documentos de interesse inefável e desconhecidos da esmagadora maioria dos portugueses, referentes a acontecimentos registados em Macau durante o período mais intenso da «revolução cultural» na vizinha República Popular da China.

O seu testemunho incidiu, em primeiro lugar, sobre a situação em que, no fim de 1966, se encontrava aquela possessão portuguesa:

Macau vivia quase exclusivamente dos rendimentos do ópio e do jogo que, mesmo na China nacionalista de Chang Kai Chek, eram objecto de graves punições. Os chineses de Macau, salvo uma pequena minoria de portugueses, eram tratados com muita brutalidade pelas autoridades oficiais.

Durante a ocupação dos japoneses, verificada durante a segunda guerra mundial, os chineses, na sua maioria, odiavam os nipónicos, dada a sua extrema crueldade que lhes valeu a hostilidade de todos os povos do oriente, que transitoriamente subjugaram. Todavia, a invasão japonesa, de início vitoriosa e incombustível, revelou aos

chineses e a todos os povos asiáticos que os dominadores europeus não passavam, na verdade, de «tigres de papel». Após a guerra e o colapso do Governo de Chang Kai Chek, a população chinesa de Macau começou a ter consciência da sua força. Pouco a pouco as organizações comunistas de Macau passaram a dominar em todos os sectores, verificando-se, dada a política do nosso Governo, uma inteira liberdade para ambas as facções, nacionalista (Formosa) e comunista (Pequim), em cujas actividades as nossas autoridades participavam igualmente de um lado e de outro. De ambos os lados, tanto se viam as bandeiras e os retratos de Chang Kai Chek como de Mao.

Logicamente, a força de Mao e da «revolução cultural», aniquilava a dos partidários de Chang Kai Chek, continuando ainda o Governo da província a manter, com maior diplomacia, um certo equilíbrio entre as duas facções.

No entanto, a madrugada que nascera para mais de 800 milhões de chineses, sob a égide de um poeta político que o povo passou a venerar, contaminava todos os núcleos chineses espalhados pela Ásia; mormente em Macau, que se encontra no coração da província de Kuantung, a poucas horas de Cantão. Era impossível reprimir o entusiasmo da juventude escolar de Macau que de «Livro Vermelho» em punho se manifestava constantemente a favor de Mao e das suas doutrinas.

— E os sangrentos acontecimentos de Novembro de 1966?

— Na ilha da Taipa pretendiam os chineses reconstruir a escola comunista que ali man-

tinham, para o que pediram a devida autorização que, todavia, por motivos de falta de visão de algumas autoridades, não lhes era concedida, isto em flagrante contradição com o que ali se passava em relação aos interesses do grupo de Chang Kai Chek. Daí, os lamentáveis acontecimentos que as fotos documentam e cujo relato, confissão e pedido de desculpas foi feito em documento que a seguir transcrevemos, assinado pelo governador de Macau e apresentado a uma comissão representativa dos diversos sectores sociais da população chinesa:

«REPARTIÇÃO DE GABINETE

RESPOSTA DO GOVERNO DE MACAU AO PROTESTO QUE LHE FOI APRESENTADO PELOS REPRESENTANTES DOS HABITANTES CHINESES DE MACAU

O Governo de Macau solenemente declara que decidiu assumir a inteira responsabilidade do incidente sangrento de «15 de Novembro», ocorrido na ilha da Taipa, e dos trágicos acontecimentos de «3 de Dezembro», ocorridos em Macau.

A fim de impedir que habitantes chineses da Taipa reconstruíssem a sede da sua Escola, o Governo de Macau, em 15 de Novembro de 1966, destacou polícias para reprimir aqueles habitantes de que resultaram feridos e detidos, o que provocou indignação nos habitantes chineses de Macau.

No dia 3 de Dezembro, quando professores e alunos chineses de Macau se dirigiram ao Pa-



REPARTIÇÃO DE GABINETE

RESPOSTA DO GOVERNO DE MACAU AO PROTESTO QUE LHE FOI APRESENTADO PELOS REPRESENTANTES DOS HABITANTES CHINESES DE MACAU

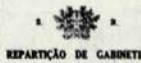
O Governo de Macau solenemente declara que decidiu assumir a inteira responsabilidade do incidente sangrento de «15 de Novembro», ocorrido na ilha da Taipa, e dos trágicos acontecimentos de «3 de Dezembro», ocorridos em Macau.

A fim de impedir que habitantes chineses da Taipa reconstruíssem a sede da sua Escola, o Governo de Macau, em 15 de Novembro de 1966, destacou polícias para reprimir aqueles habitantes de que resultaram feridos e detidos, o que provocou indignação nos habitantes chineses de Macau.

No dia 3 de Dezembro, quando professores e alunos chineses de Macau se dirigiram ao Palácio do Governo para apresentarem o seu protesto, o Governo de Macau novamente destacou polícias para os reprimir e, em seguida, impôs a lei marcial, reforçou tropas e polícias armadas e, em virtude destes terem recebido ordens para disparar tiros, resultaram mortos e feridos entre habitantes chineses.

Nestes incidentes, infelizmente, ao todo, foram mortas 8 pessoas, ficaram feridas 212 e detidas 62, admitindo o Governo de Macau representantes estes factos sérios crimes dos seus principais causadores.

Por isso, o Governo de Macau dirige-se agora, respectivamente às famílias dos mortos e aos feridos, aos que estiveram presos e a todos aqueles que porventura tiverem sofrido quaisquer prejuízos durante estes incidentes, bem como a todos os habitantes chineses de Macau, para admitir as culpas havidas, significar as respectivas desculpas e manifestar o seu profundo pesar.



REPARTIÇÃO DE GABINETE

Tendo decidido aceitar, na totalidade, os seis pedidos apresentados pelos representantes dos habitantes chineses de Macau e executá-los imediatamente, o Governo de Macau já exonerou sucessivamente das suas funções, por os admitir como causadores destes incidentes e para apuramento das suas responsabilidades, o Comandante Militar Mota Cerveira, o Comandante da Polícia Galvão de Figueiredo, o Segundo Comandante da Polícia Vaz Antunes e o Administrador Interino do Conselho das Ilhas Rui de Andrade, aos quais foi ordenada a sua imediata saída de Macau, para regressarem à Metrópole, para aguardar julgamento das instâncias competentes e correspondente punição.

Igualmente decidiu o Governo de Macau chamar a si a responsabilidade de todas as despesas do enterro e das cerimónias fúnebres, bem como das compensações às famílias dos mortos; pelo pagamento de todas as despesas de hospitalização e tratamento dos feridos e também dos prejuízos inerentes, responsabilizando-se, ainda, pelo pagamento de todos os prejuízos resultantes da invalidez dos feridos, pelo pagamento das indemnizações às demais vítimas, por todos os prejuízos derivados destes incidentes.

O Governo de Macau pagará em dinheiro todas as indemnizações acima referidas, cujo montante é de \$ 2.058.424,00 (patas) e solicita aos representantes de todos os sectores sociais dos habitantes chineses de Macau a indicação de um organismo para se encarregar da sua distribuição.

Aboliu-se já a lei marcial, foram postos em liberdade todos os indivíduos detidos durante estes incidentes e cancelados os processos que respeitam aos seus registos, devendo também considerar-se anulada, por infundada, a sentença proferida contra um dos habitantes chineses presos durante os incidentes da Taipa e cancelado o seu processo.



O momento em que o governador Nobre de Carvalho fazia entrega do documento à Comissão Representativa dos diversos sectores sociais da população chinesa de Macau.

O documento, datado de 29 de Janeiro de 1967, que terá evitado consequências dramáticas

O Governo de Macau já reconheceu a legitimidade da pretensão dos habitantes chineses da Taipa para reconstruir a sede da sua Escola, podendo esta obra ser efectuada imediatamente.

Acrescenta-se ainda que foi atendido o protesto do diário "OU MUN", referente ao caso da sua reportagem no incidente da Taipa, pelo que se assegura que, de futuro, não se repetirá semelhante ocorrência.

O Governo de Macau reitera o seu pesar a todos os habitantes chineses de Macau e dá efectivas garantias de segurança das suas vidas e dos seus haveres e de protecção dos seus justos direitos e interesses, para o que, além do mais, reafirma e assevera que, de futuro, não permitirá decididamente que os agentes secretos do Grupo de Chang Kai Chek pratiquem quaisquer actividades em Macau.

Macau, 29 de Janeiro de 1967.

O GOVERNADOR DE MACAU

João Manuel Nobre de Carvalho

lácio do Governo para apresentarem o seu protesto, o Governo de Macau novamente destacou polícias para os reprimir e, em seguida, impôs a lei marcial, reforçou tropas e polícias armados e, em virtude destes terem recebido ordens para disparar tiros, resultaram mortos e feridos entre habitantes chineses.

Nestes incidentes, infelizmente, ao todo, foram mortas 8 pessoas, ficaram feridas 212 e detidas 62, admitindo o Governo de Macau representarem estes factos sérios crimes dos seus principais causadores.

Por isso, o Governo de Macau dirige-se agora, respeitosamente, às famílias dos mortos e aos feridos, aos que estiveram presos e a todos aqueles que porventura tiverem sofrido quaisquer prejuízos durante estes incidentes, bem como a todos os habitantes chineses de Macau, para admitir as culpas havidas, significar as respectivas escusas e manifestar o seu profundo pesar.

Tendo decidido aceitar, na totalidade, os seis pedidos apresentados pelos representantes dos habitantes chineses de Macau e executá-los imediatamente, o Governo de Macau já exonerou sucessivamente das suas funções, por os admitir como causadores destes incidentes e para apuramento das suas responsabilidades, o comandante militar Mota Cerveira, o comandante da Polícia Galvão de Figueiredo, o segundo-comandante da Polícia Vaz Antunes e o administrador interino do Concelho das Ilhas, Rui de Andrade, aos quais foi ordenada a sua imediata saída de Macau, para regressarem à Metrópole, para aguardar julgamento das instâncias competentes e correspondente punição.

Igualmente decidiu o Governo de Macau chamar a si a responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas do enterro e das cerimónias fúnebres, bem como das compensações às famílias dos mortos; pelo pagamento de todas as despesas de hospitalização e tratamento dos feridos e também dos prejuízos inerentes, responsabilizando-se, ainda, pelo pagamento de todos os prejuízos resultantes da invalidez dos feridos, pelo pagamento das indemnizações às demais vítimas, por todos os prejuízos derivados destes incidentes.

O Governo de Macau pagará em dinheiro todas as indemnizações acima referidas, cujo montante é de \$2 058 424,00 (patacas) e solicita aos representantes de todos os sectores sociais dos habitantes chineses de Macau a indicação de um organismo para se encarregar da sua distribuição.

Aboliu-se já a lei marcial, foram postos em liberdade todos os indivíduos detidos durante estes incidentes e cancelados os processos que respeitam aos seus registos, devendo também considerar-se anulada, por infundada, a sentença proferida contra um dos habitantes chineses preso durante os incidentes da Taipa e cancelado o seu processo.

O Governo de Macau já reconheceu a legitimidade da pretensão dos habitantes chineses da Taipa para reconstruir a sede da sua Escola, podendo esta obra ser efectuada imediatamente.

Acrescenta-se ainda que foi atendido o protesto do diário "OU MUN", referente ao caso da sua reportagem no incidente da Taipa, pelo que se assegura que, de futuro, não se repetirá semelhante ocorrência.

O Governo de Macau reitera o seu pesar a todos os habitantes chineses de Macau e dá efectivas garantias de segurança das suas vidas e dos seus haveres e de protecção dos seus justos direitos e interesses, para o que, além do mais, reafirma e assevera que, de futuro, não permitirá decididamente que os agentes secretos do grupo de Chang Kai Chek pratiquem qualquer actividade em Macau.

Macau, 29 de Janeiro de 1967.

O GOVERNADOR DE MACAU

João Manuel Nobre de Carvalho

Terá sido, com efeito, a assinatura deste documento o facto que conseguiu acalmar os ânimos e evitar o massacre e expulsão dos portugueses, na sequência do clima de extrema exaltação que se vivia em Macau naquele período. O dr. Danilo Barreiros prossegue no seu testemunho:

— Devido aos acontecimentos relatados, o prestígio da autoridade dos portugueses, em Macau, saiu completamente destruído, pois que nos vimos forçados a declarar publicamente os nossos «crimes» e a entregar, aos comunistas, dirigentes das associações nacionalistas, chineses que em Macau se haviam albergado, e considerar nula uma sentença do juiz da comarca, e tudo o mais que se lê no documento que publicamos na íntegra.

Enquanto os meios de informação estrangeiros revelavam ao mundo o que se passava em Macau, a nossa informação conservava o maior mutismo a tal respeito, chegando o Ministério do Ultramar, com a maior desfaçatez, a informar os que ali acorriam na ânsia de saber o que se passava, por terem em Macau parentes e amigos, de que tudo estava normal, de que nada acontecera, quando na realidade os jovens das escolas, tendo como única arma a sua juventude, os seus ideais e o seu Livro Vermelho, tinham assaltado o palácio do Governo, invadido o Leal Senado e diversos serviços militares e policiais, tomando desde então para sempre o verdadeiro Governo da província de Macau.

Não é com satisfação que revelo ao público o que se passou em Macau. Mas entendo que o povo português tem o direito de conhecer a verdade e que não pode continuar a ser iludido com inexatas informações sobre o que se tem verificado naquele território. Veja-se, a título de exemplo, o que um dos dirigentes da Casa de Macau em Lisboa, o sr. Hagatong, ousou afirmar há pouco tempo, que a situação em Macau era de molde a encher de júbilo todos os portugueses.

Efectivamente, tudo o que ficou narrado só nos pode produzir tristeza, até porque, apesar de não ser verdade o que se lê nos compêndios escolares, que Macau foi oferecido aos portugueses, o certo é que nos foi prometido ali permanecer desde há cerca de quatro séculos e que conseguimos, vencendo muitas vicissitudes, ali viver em paz com o povo chinês, facto que, como é do conhecimento geral, levou o Governo de Mao a não permitir que a O. N. U. jamais interferisse em relação à nossa soberania naquela província, situação que os chineses têm sempre considerado absolutamente fora do conceito de colonialismo.

Nascido em 1910 na Mouraria, e tendo partido para o Brasil aos 14 anos, o dr. Danilo Barreiros viveu uma vida de intensa experiência em vários pontos do mundo. Lançou mão das mais diversas profissões como meio de sobrevivência, acabando por se decidir pela profissão de advogado.

Relata, a seguir, as circunstâncias que o conduziram àquele ponto do oriente português:

— Encontrava-me no Brasil, onde me dedicava ao ensino da língua francesa, quando se deu a revolução de Getúlio Vargas. A situação económica, na altura, era bastante difícil. Na luta

pela vida, ingressei como operário numa fábrica de lâmpadas eléctricas até que um dia resolvi partir para o Oriente. Embarquei num cargueiro japonês e ao chegar a Lourenço Marques, por sugestão de Amâncio Alpoim, pretendi lá ficar, do que desisti, devido às exigências que me foram feitas pelas autoridades locais quanto à permissão de me fixar em Moçambique. Isso levou-me a prosseguir viagem até Singapura, de onde passei à Indochina e, posteriormente, a Macau.

No dia seguinte ao da minha chegada, empreguei-me como operário na Companhia de Electricidade, passando, meses depois, a engenheiro assistente. (Danilo Barreiros havia frequentado um curso de Engenharia na Bélgica, interrompido por dificuldades materiais.)

Entretanto, enquanto aguardava um concurso para os serviços das Finanças, estive no rio das Pérolas (ou dos piratas), num barco chinês, que, por ter a bandeira portuguesa, era obrigado a manter um português com dez guardas russos «brancos», os quais, envergando o uniforme criado pelo cônsul de Portugal em Cantão, mantinham naquele barco a soberania portuguesa. Estávamos em 1931, no rescaldo Governo de Sun Yat Sen.



No Palácio do Governo, a detenção de manifestantes



«Carro de água» utilizado contra os manifestantes



Fora do Palácio do Governo professores e alunos manifestam-se contra a actuação da Polícia portuguesa

GANHE MAIS DINHEIRO E ASSEGURE SEU FUTURO!

Melhore seu emprego e aumente sua renda! Aprenda em seu lar — Nas horas livres



TELEVISÃO, RÁDIO E ELECTRONICA

Tome-se técnico em Rádio, TV, Electrónica Industrial, FM, Sítios, Sonoras de Alta Fidelidade, Registo de Som, Etc. Receberá 2000 R\$ em de salários e lucro de TRANSDUTORES, SOLICITADOR e 2000 PRODUÇÕES em de VÍDEO, vídeo de C&M, C&M.



MECÂNICA AUTOMOTRIZ E DIESEL

Prepara-se em Reparação, Conservação e Alinhamento de Motores, Transmissões Automáticas, Sistemas Eléctricos e de Injeção, Motores Industriais e Marítimos, Reabastecimento, INDIADOR DE PRESSÃO, LÂMPADA DE SINCRONIZAÇÃO, FERRAMENTAS E CHAVES.



INGLÊS PRÁTICO, com DISCOS

Aprenda a LER, ESCRIVER, ENTENDER e FALAR Inglês na forma mais rápida e conveniente com DISCOS e UNIDADES. Aprenda-se um inglês importante e bem remunerado. Receberá LICENÇA, EXERCÍCIOS, AUDIÇÕES FONÉTICAS, DICCIONÁRIO BILINGUE, ETC.

V. S. PODE PAGAR EM MOEDA DE SEU PAÍS

NATIONAL SCHOOLS 4001 South Figueroa Street Los Angeles, Calif., U.S.A. 90027

Prepara-se com o Sistema Rosenshine de APRENDER FAZENDO de National Schools, Escola dedicada ao Ensino Técnico-Prático por mais de 65 anos. Uma instituição capaz, respeitável e séria.

MANDE ESTE COUPON HOJE MESMO

NAME _____ ADDRESS _____ CITY _____ STATE _____ ZIP _____



Chineses de Macau manifestam-se, aclamando: «Viva o grande e invencível pensamento de Mao Tsé Tung»



Aspecto do desfile fúnebre que acompanhou os corpos das vítimas



Dr. Danilo Barreiros

Posteriormente, e dr. Danilo Barreiros esteve as funções de delegado da Fazenda nas ilhas da Taipa e Coloana, de professor primário, de chefe de secretaria de Serviços de Saúde e, simultaneamente, redactor de um jornal e uma revista, *Arquivos de Macau*. Foi também membro da direcção da Delegação de Guerra da Cruz Vermelha, director e professor de uma escola de ensino secundário, particular, chefe e tesoureiro da Rádio Clube de Macau.

A sua natureza adversa à rotina conduziu-o a felizes inesperadas de vida relacionada com as pontas cruciais da coexistência de portugueses e chineses. Porém, esta breve sequência biográfica não tem outro objectivo senão pôr o leitor em contacto com um homem que conheceu e viveu de perto e por dentro as contradições da coexistência chinês-portuguesa. Antes de chegar às terríveis incidências ocorridas por ocasião da Revolução Cultural, cujos sangrentos resultados em Macau permaneceram inteiramente ignorados pela totalidade dos portugueses da Metrópole, o dr. Danilo Barreiros afirmou, referindo-se ao passado recente da China republicana, de Sun Yat Sen:

— O Presidente da República chinesa de 1911, Sun Yat Sen, nasceu numa aldeia próxima de Macau e viveu em Macau, sendo curioso ter sido ele quem visitou os filhos de Venceslau de Morais. Foi levado para o Heiwei por uma família de missionários e, quando voltou à China, iniciou a luta pela emancipação do seu país, que considerava uma hipocólónia de estrangeiros, como era na realidade. Certo dia, na sua aldeia natal, assistindo num templo à adoração dos ídolos, subiu para um altar, derrubou um dos deuses e verbalizou o procedimento daqueles que estavam presentes, queimando pivetes às divindades em vez de lutar pela independência da China.

Perante o espanto geral do acto iconoclasta, ergueu-se um anão que exclamou: «Vejam bem, ele quebra-nos o deus, mas não nos dá outro!»

Na verdade, o povo chinês, arraigado às suas tradições milenárias, necessitava de deuses e foi justamente Sun Yat Sen que, após a proclamação da República chinesa, passou a ser deificado por todos os chineses, vendo-se a sua efígie em todos os lares, estabelecimentos e nas escolas, onde,

desde então, o seu livro denominado *Os Três Princípios do Povo*, foi considerado como uma bíblia, só agora substituído pelo «Livro Vermelho» de Mao Tsé Tung.

Desse modo, foram as gerações chinesas influenciadas pelas doutrinas do socialismo agrário, professadas por Sun Yat Sen, coloridas de vermelho pelo camarada Borodine em escritos provavelmente apócrifos, atribuídos a Sun Yat Sen no referido livro, que só foi publicado após a sua morte.

Em Macau foi esse o ambiente que se verificou na juventude chinesa até à ocupação, de facto, pelos japoneses, de que aquela parcela de território português foi objecto durante a segunda guerra mundial, ocupação cujas características nunca foram conhecidas pelo povo da Metrópole.

Reveladores do ambiente vivido em Macau, e também esta «Declaração de Solene Pedido de Desenvolpes de CHEANG JU SÂN», cidadão chinês, publicada no jornal «Notícias de Macau»:

«Eu, Cheang Ju SÂN, aliás Carmelo Cheang, na manhã de 24 do corrente, estando dentro do recinto do Leal Senado, proferi palavras impensadas, insultando o Presidente Mao, o glorioso Dirigente do povo. Cometi um grave erro que naquela altura causou extraordinária indignação aos empregados chineses do Leal Senado e aos moradores do bairro, os quais se juntaram para me acusar.

Reconheci o meu erro e fiquei arrependido depois deste acontecimento, pelo que desejo de verdade acatar as críticas e os ensinamentos que os meus colegas e os moradores do bairro me dispensaram, dando garantias de que não se repetirão de futuro semelhantes incidências.

Além de reconhecer pessoalmente o meu erro perante os meus colegas e apresentá-lhes o meu pedido de desculpas, publico a presente declaração para reconhecer o meu erro perante os meus colegas e os moradores do bairro e apresentá-lhes as minhas desculpas.

26 de Maio de 1967.
Declaração publicada por Cheang Ju SÂN, aliás Carmelo Cheang.»

É CÔMICO



"Ora, não são assim tão caros. Basta uma letra à vista e as outras a perder de vista..."



"Aviso-te, Carlinhos, que, se não te portas bem, não ficas comigo depois da aula..."

Muitos sonham uma situação melhor



...mas poucos fazem por isso.

Faça você por si. Tire um curso de Contabilidade.

Uma contabilidade eficiente e moderna é a base indispensável de toda a actividade comercial na empresa.

Na empresa organizada, bem entendido.

Por isso o contabilista ocupa os mais elevados e mais bem remunerados cargos ao nível administrativo. Os modernos mercados exigem cada vez mais melhores técnicos de contabilidade.

O CIT tem à sua disposição um moderno e eficiente curso de Contabilidade pelo método de «Instrução Programada», o mais avançado no ensino à distância. Sem teorizar. Com apoio em exemplos práticos.

Em termos claros e concisos são desenvolvidos assuntos básicos como: planificação, planos de custos, utilização de rácios, sistemas manuais e mecânicos, obtenção e análise de situação económica e financeira, etc. Isto além de uma constante e real assistência pedagógica. E você? Continua apenas sonhando numa situação melhor? Envie já o cupão. Queremos informá-lo em pormenor.

GRÁTIS E SEM COMPROMISSO

Enviei-me completa informação sobre o curso que indico

CURSO _____

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

CENTRO DE INSTRUÇÃO TÉCNICA

R.D. Estefânia, 32 Lisboa 1

ST 40



"Marcou um golo e ninguém o abraçou!"



"Sempre quero ver qual é a desculpa de hoje, por virem atrasados..."

OUTROS CURSOS
FRANCÊS
INGLÊS
DESENHO TÉCNICO
ELECTRÓNICA, RÁDIO E TV
TELEVISÃO
TRANSISTORES
CORTE E CONFECCÃO



Madame Rochas :
na gama
dum grande perfume
8 produtos
para o banho

Satin-crème - Bain moussant
Déodorant - Talc - Sels de bain
Huile de bain - Savons
Dusting-powder

PARFUMS ROCHAS



Uma máquina de lavar louça MIELE não precisa de fazer barulho para mostrar que trabalha.

E, para além de todas as qualidades já conhecidas, as máquinas de lavar louça MIELE agora oferecem mais esta: a discrição.

Um novo material sintético, colocado entre a cuba de aço inoxidável e o exterior de aço



MARCA adapt M 2/74

esmaltado, abafa todos os ruídos. A máquina de lavar louça MIELE pode assim, executar o seu trabalho silenciosamente. Quase em segredo. Entregue a sua louça a uma máquina MIELE. «Ouça» o seu silêncio. Confie numa técnica que é a mais avançada.

E descanse.

Não era isto que você esperava?

Toda uma linha completa de electrodomésticos

Miele®

Máquina de lavar roupa, de lavar louça, secador de roupa, máquina de passar a ferro, aspiradores

Um passado de civismo

Entrevista com Rui Luís Gomes

Por MARIA ANTÓNIA PALLA

Matemático ilustre, pedagogo de reconhecidas qualidades, antifascista intransigente, personalidade cívica e moral de excepção, o prof. Rui Luís Gomes regressou a Portugal após 17 anos de exílio. Chegou num avião que aterrou em Lisboa às primeiras horas de manhã do dia 2 de Maio, vindo do Recife, onde é professor na Universidade daquela cidade do Nordeste brasileiro. Na capital, abraçou amigos, entrevistou-se com o general António de Spínola, falou aos jornalistas. Mas não se demorou: no sábado, dia 4, ao fim da manhã, seguiu para o Porto, a cidade natal, que o recebeu em festa. Milhares de pessoas na rua para saudar aquele que, afastado em virtude das suas opiniões da Universidade, em 1947, foi obrigado, em 1957, após dez anos consecutivos de luta, em que sofreu vexames e prisões, a procurar trabalho em terra alheia. Como muitos milhares de trabalhadores: para sobreviver. E também, no seu caso, para demonstrar que não há fronteiras nem muros, nem cadeias que se consigam opor ao pensamento e à acção daqueles que, com o seu intelecto, trabalham para dar à Humanidade um amanhã melhor.

O exilado de ontem, o português impedido de entrar no seu próprio país em 1972, a quem não foi consentido sequer que voltasse à terra para visitar os seus, regressa na posse dos seus plenos direitos. Ele é já, neste momento, o reitor designado da Universidade do Porto.





Passado o fim-de-semana festivo do regresso, o prof. Rui Luís Gomes recebe-nos na sua casa, na Rua da Restauração, uma típica casa burguesa portuense, de dois pisos, com jardim e muitas flores no interior. Ali viveu seu pai, António Luís Gomes, ministro do Governo Provisório da República.

Conversa interrompida muitas vezes com telefonemas: os contactos em torno do professor multiplicam-se. Todos lhe querem falar. Os projectos são muitos. Gostariamos de ter aprofundado alguns pontos, mas pensamos que, na euforia do momento, essa longa conversa terá de ser deixada para outra altura em que, mais serenamente, seja possível traçar um quadro mais objectivo dos muitos problemas que se desenham e aos quais o prof. Rui Luís Gomes, com o seu saber e a sua experiência humana, pode vir a dar uma importantíssima contribuição.

Logo à chegada a Lisboa, o prof. Rui Luís Gomes declarou: "não era preciso ser um génio para compreender que o regime se encontrava numa posição cada vez mais difícil e que a sua

derrocada estava próxima." Agora, no Porto, ele explica-nos melhor o seu pensamento:

ALGO IRIA PASSAR-SE

— Ao longo destes anos, a crise do regime, em todos os seus aspectos, ligada ao problema colonial — que era e é ainda o problema fundamental da vida portuguesa — agudizava-se. O isolamento crescente, no plano interno e externo, apontava para um desfecho. A partir do golpe falhado das Caldas, sentia-se que havia uma crise grave dentro do Exército, até aqui suporte do sistema. Algo iria, forçosamente, passar-se.

Em Lisboa, no aeroporto, nas breves palavras que trocámos antes do seu embarque para o Porto, o prof. Rui Luís Gomes, que regressava do Palácio de Belém, onde se avistara com o general Spínola, afirmou-nos: "Uma vez mais, a vida sobrepõe-se a todas as teorias. É isso que me parece maravilhoso, neste movimento." Apreciação emotiva que se aproxima daquela outra, feita por um comentador da "Newsweek": "Os portugueses sempre tiveram a sua maneira peculiar de fazer as coisas." Quem

poderia prever que o pronunciamento militar de 25 de Abril se passaria assim?

— O que me surpreende — afirma o prof. Rui Luís Gomes — é que tudo se passasse daquela forma, com aquela organização, tão rapidamente, tão naturalmente! Isto, no que diz respeito à acção do Exército. Porque no que respeita à adesão popular, aí, não tenho surpresa. Desde o fim da segunda guerra mundial que o povo, sempre que tinha possibilidade, manifestava-se. Não estive aqui no Primeiro de Maio, com grande pena minha, porque não me foi possível chegar mais cedo. Mas, pelo que vi pela televisão e pelo que ouvia meu pai contar — lembre-se que eu conheci ainda o António José de Almeida... — penso que se repetiu agora o mesmo aquando da implantação da República, tendo em conta a separação dos acontecimentos no tempo. Mas já nas candidaturas dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado ficou provada a necessidade popular de dar largas aos seus sentimentos.

Aliás, esta capacidade de comunicação, de convivência, que o nosso povo tem é extraordinária. Era uma das coisas que amargurava, no antigo regime, vermos que essa capacidade de se manifestar era total e brutalmente impedida, quer no plano interno, quer no plano internacional.

Durante anos, teceram-se várias teorias acerca da queda do fascismo. Uns, defendiam o levantamento pacífico do povo, sobretudo dos camponeses e operários. Outros defendiam os conluíus com os militares, na esperança de uma sublevação armada, se possível com o apoio das potências amigas estrangeiras. Outros, mais recentemente, defendiam ainda a organização de grupos de acção directa, capazes de desencadear uma guerrilha urbana. O que ninguém previu foi que o fascismo caísse por um movimento que partisse inteiramente das Forças Armadas, de um grupo de capitães que, a certa altura, decidiu tomar nas mãos o destino nacional e devolver à nação a sua soberania autêntica.

— É evidente — afirma o prof. Rui Luís Gomes — que todos os movimentos anteriores contribuíram para o que se passou, sobretudo junto da oficialidade jovem. Foi um processo lento de consciencialização, aliado aos problemas prementes postos pela questão colonial.

É verdade que, a certa altura, a gente sentia que os "papéis" não serviam para nada. Agora acho que serviram: eles foram permitindo a consciencialização, ainda que não totalmente consciente, desses quadros, que viviam, por seu lado, a experiência colonial, que deve ter sido muito rica para eles. É por isso que este problema continua a ser o primordial.

Perguntamos, neste ponto da conversa, ao prof. Rui Luís Gomes, se entendeu alguma vez o que poderia significar "o povo tomar o Poder com as suas mãos" e quem era, aliás, para ele o "povo".

O POVO SOMOS TODOS NÓS

— O povo somos todos nós, trabalhadores, desde o operário ao intelectual, que participamos na obra colectiva de integração na comunidade internacional. Confesso que sempre tive dúvidas em que o processo final da luta contra o fascismo pudesse ser um "levantamento popular". Mas o que se passou, em 25 de Abril, não foi um "golpe militar". É o início de uma revolução e é por isso que se insere em movimentos anteriores. A colaboração entre esses movimentos e as Forças Armadas mostra como eles foram decisivos. O programa da Junta de Salvação Nacional é, aliás, a satisfação de reivindicações feitas desde 1945.

Após a vitória do pronunciamento militar de 25 de Abril, fizemos a muitos oficiais esta pergunta: se foi tudo tão fácil, porque foram precisos 48 anos para o realizar? Colhemos diversas respostas. Neste instante a do professor Rui Luís Gomes é:

— O Exército foi, até certa altura, com a censura e a polícia política, o suporte do regime. O que agora parecer fácil demorou 48 anos: o tempo do próprio Exército se ver face a problemas prementes. Teoricamente, isto deveria passar-se primeiro em Espanha, dada a sua tradição revolucionária. Passou-se o contrário: agora é a Espanha que virá a beneficiar da nossa situação. Se for possível uma Península democrática, dentro do clima que estamos vivendo, será um acontecimento histórico, à escala europeia. Porque a Península tem uma importância muito grande na Europa. Uma vez mais a vida se sobrepôs às teorias... o que é extraordinário!

O prof. Rui Luís Gomes, com a engenheira Virgínia Moura e o arquiteto Lobão Vital, foram as primeiras personalidades portuguesas a manifestarem publicamente uma opinião discordante à do antigo regime, no que respeita ao problema do Ultramar. Isso valeu-lhes um processo e dois anos de prisão. Ao sair em liberdade, o prof. Rui Luís Gomes sentiu que em Portugal não poderia continuar a sua carreira de professor e investigador. Seguiu-se a emigração para a Argentina e Brasil, transformada em exílio quando, em 1972, lhe foi negada autorização para entrar no país.

— Na altura em que intervimos junto do Governo a respeito do problema colonial, estávamos integrados no "Movimento Nacional Democrático", formado a seguir à candidatura do general Norton de Matos. Pusemo-lo, então, em termos de autodeterminação. Hoje, evidentemente, a questão só se pode pôr em termos de independência. Evidentemente, se o Governo, àquele tempo, tivesse considerado as nossas posições, outro seria, certamente, o presente. É preciso recordar que já no tempo da monarquia, o que foram com Salazar colónias eram Estados, embora nem todos tivessem o mesmo regime, o mesmo desenvolvimento. O Brasil teve um lugar muito especial para os portugueses. Curiosamente, na altura em que estava para dar-se a sua independência dizia-se "que o Brasil não estava preparado para ela". Mas é possível preparar-se alguém para a independência? Não há escolas para isso. A independência não se dá; reconhece-se. Evidentemente, com um Governo democrático algumas coisas se teriam feito, antecipadamente a esse sentimento de independência.

É, no entanto, crença de muitas pessoas, que sem as colónias haverá em Portugal um desastre económico. Entretanto, em muitos países não coloniais e tão pequenos como o nosso, como a Suíça e a Dinamarca, o nível de vida é um dos mais elevados do mundo.

— Mais interessante ainda é o paralelo com países pequenos que tinham colónias ricas e desenvolvidas, como a Holanda. O seu nível de vida é hoje muito superior ao que tinha quando mantinha o "Império colonial holandês", que foi um dos mais poderosos do mundo. Aliás, o que se passa entre nós é que é o povo quem tem os ónus em mortos e estropiados e são os interesses nacionais e internacionais que retiram daí, friamente, os lucros. O Exército estava a garantir que esses interesses retirassem os lucros e a Nação não recebia, antes retirava para um esforço improdutivo verbas que são necessárias nesta fase de reconstrução. Os grandes serviços públicos,

como a saúde, o ensino e a investigação vão necessitar de grandes verbas.

Como pedagogo de grande experiência e cientista de mérito é para o Universidade e para o ensino em geral que incidem as preocupações do prof. Rui Gomes, que se apressa, contudo, a afirmar: "É no plano político que as grandes decisões têm de ser tomadas. Os problemas da saúde, do ensino, da investigação, são primeiramente políticos e só depois científicos e técnicos: os professores e estudantes devem ter uma actividade paralela, profissional e cívica."

Na opinião do prof. Rui Luís Gomes "fazer um centro de pesquisa nada tem de extraordinário: é reunir valores e possibilidades aos jovens de trabalhar e conviver intelectualmente".

— Acho importantes algumas decisões tomadas por certas pessoas com autoridade científica e moral; mas o elemento humano é fundamental. Nada de discriminações no plano político ou religioso: quanto a mim, seria incapaz de perseguir no campo científico uma pessoa, em virtude das suas ideias. O elemento fundamental é o valor científico das pessoas e a sua capacidade para se integrarem numa via democrática autêntica.

Respondendo ao problema que lhe pusemos, a saber: se poderão existir na Universidade novas pessoas intimamente ligadas ao Governo antidemocrático dos últimos 48 anos, o prof. Rui Luís Gomes respondeu:

— A direcção dos órgãos de ensino tem de estar integrada num plano democrático. Mas tenho o maior respeito pelas pessoas sérias e bons investigadores. Disse-o publicamente no Porto, no

dia da minha chegada à cidade: vingança nunca será a minha solidariedade; justiça, sim.

A Universidade, em sua opinião, deve estar voltada para os grandes problemas do país e estes são, no momento, extraordinariamente difíceis. O essencial, no imediato, é encontrar-se uma fórmula que assegure a convivência entre professores e estudantes, de modo a cada um poder exprimir o seu ponto de vista. A este respeito, o prof. Rui Luís Gomes lembrou que, muito antes dos acontecimentos de 68, em França, já em inúmeras universidades da América Latina, nos conselhos escolares tinham assento representantes eleitos dos estudantes, das maiorias e das minorias.

A REPRESSÃO NÃO DEIXA DEMOCRATIZAR O ENSINO

Por outro lado, a burocracia nessas universidades está tão reduzida, que não existe, por exemplo, qualquer discriminação quanto ao facto do professor ser estrangeiro ou de ter uma carreira universitária. O que conta, sim, é o "currículo" científico.

Como reitor da Universidade do Porto, o prof. Rui Luís Gomes preconiza a integração imediata naquela universidade não só dos professores que foram afastados da vida docente por razões políticas, mas também de muitos que nunca estiveram nas universidades, embora sejam pessoas de grande nível científico. Entre os cientistas que o prof. Rui Luís Gomes gostaria de ver integrados na Universidade, contam-se os nomes dos drs. António Bernardino Machado, "excelente biólogo"; o lógico-matemático Hugo Baptista Ribeiro; o dermatologista J. Ferreira Marques, actualmente no Texas; e, sobretudo, o prof. Aniceto Monteiro, o prof. Aniceto Monteiro, o prof. Sebastião Silva, há pouco falecido, editando a primeira revista portuguesa de matemática com projecção internacional, A "Portugaliae Mathematica". A ele deveria ser confiada, na opinião do prof. Rui Luís Gomes, a coordenação da investigação científica do País.

No que respeita às reformas do ensino, postas em prática pelo ministério do prof. Veiga Simão, o prof. Rui Luís Gomes foi peremptório ao afirmar:

— Como conciliar uma "reforma" do ensino com a repressão que caía sobre os estudantes e professores? Havia uma grande demagogia em torno da expressão "democratização do ensino". É impossível democratizar o ensino e, ao mesmo tempo, perseguir os estudantes, espancando-os, matando-os, com a P.I.D.E. a dar opinião sobre a idoneidade dos professores. É certo que ultimamente alguns professores demitidos regressaram aos seus lugares ou ao País. Mas foram casos individuais. O próprio prof. Veiga Simão disse que gostaria que eu regressasse a Portugal. Mas quando a P.I.D.E. se opôs à minha entrada em Portugal, em 1972, nem Marcelo Caetano respondeu ao telegrama de protesto que lhe mandei de Paris nem o ministro da Educação tomou qualquer atitude em relação a mim. Mais: no processo que então movi contra a violência de que fui vítima, o primeiro despacho do procurador é vergonhoso! Em vez de aceitar as razões da queixa, passou à ofensiva, disposto a transformar o acusado em acusado, acusando-me a mim e ao meu advogado por falta de respeito ao ex-Presidente do Conselho.

Aliás, acerca da falta de isenção do poder judicial dou ainda outro exemplo: testemunho: uma vez, testemunhado num julgamento político, referi a frase de Salazar, segundo a qual o regime





português era "antidemocrático, antiliberal e intervencionista". O tribunal, considerando indecorosa essa citação, determinou mandar prender-me. Passei três dias no "limoeiro" entre ladrões e traficantes.

O prof. Rui Luís Gomes admite, no entanto, que nas últimas reformas de ensino, nas quais trabalharam alguns dos melhores pedagogos do País, haja contribuições válidas que devem ser aproveitadas: o essencial, segundo ele, é definir o objectivo do ensino. "Em relação aos problemas de ensino e investigação, não há esquemas pré-montados. São as pessoas e as decisões que elas tomam em momentos oportunos que é decisivo".

AS DIFICULDADES SÃO GRANDES MAS VENCEREMOS!

Actualmente, conforme fez notar o prof. Rui Luís Gomes, o problema que se põe em todo o mundo é o da necessidade permanente de reciclagem por parte de toda a gente, nomeadamente os professores e investigadores. Em Portugal, o problema agrava-se pela inexistência de escolas de formação de pessoal docente — dificuldade que demonstrava a cada passo a falência das reformas do prof. Veiga Simão. E professores aptos não se criam em dois dias.

— Os problemas são urgentes, a afluência das massas às escolas é muito grande; não houve quaisquer previsões, embora estas fossem fáceis de estabelecer. É preciso ir ao encontro das pessoas

que buscam as universidades e preparar os que podem atendê-las. Mas estou confiante de que serenamente seremos capazes de vencer. Não sei calcular em tempo... Mas podemos tomar medidas e recuperar pessoas. A certa altura, trabalhará o multiplicador, como se diz em economia: tenho fé em que os estudantes e os professores, unidos, serão capazes de vencer as dificuldades, não obstante a complexidade do problema.

A experiência que o prof. Rui Luís Gomes colheu, a nível humano e pedagógico, nos países da América Latina, e em particular no Brasil, vai ajudá-lo muito na sua tarefa. Ele próprio se afirmou, ao desembarcar em Lisboa, "português por nascimento, nordestino por coração"...

— Olhe, não sei bem o que isso quer dizer, mas sei que aprendi muito no Brasil. Eu sou um homem simples e o brasileiro é, naturalmente, a simplicidade em pessoa. Acho que faria bem aos portugueses passarem pela América, especialmente pelo Brasil. As coisas ali viram geralmente "bagunça". A nossa solenidade pedante foi cultivada pelo Regime e era muito importante: fazia parte do esquema, da formação. Estava ligada à opressão, servia para contrariar a convivência. No Brasil, há uma espontaneidade natural. Não há Vossa Excelência, nem Excelentíssimo. "Você" chega para tudo. De resto, é normal, nas escolas, os estudantes tratarem o professor pelo nome próprio, sem que ninguém ache isso estranho.

Referindo-se à chamada Comunidade Luso-Brasileira, tão contestada pelo sector mais progressivo da intelectualidade brasileira e tão pouco entendida no nosso país, o prof. Rui Luís

Gomes afirmou: "Uma autêntica Comunidade Luso-Brasileira é impossível num regime antidemocrático. Não havendo convívio entre os portugueses, como poderia haver entre estes e os brasileiros? Tudo isso tinha apenas um objectivo: perante o isolamento tremendo ante outros povos, procurava-se trazer o Brasil, com o seu prestígio de grande potência, em apoio da política portuguesa. Isso, no entanto, fracassou. Ultimamente, o Brasil vinha abstendo-se de tomar atitudes ou tomava-as mesmo contra a política colonial de Marcelo Caetano. Como é que o Brasil, onde há tantos negros, alguns ainda muito vinculados à terra-mãe, Angola, onde a influência cultural africana é enorme, podia apoiar abertamente uma política antiafricana?"

As relações com o Brasil são desejáveis, pensa o prof. Rui Luís Gomes, como com todos os territórios africanos que venham a ficar independentes da soberania portuguesa.

O SOCIALISMO: QUESTÃO NÃO PRIORITÁRIA

Ainda hoje, acho isso possível: isso não só viria facilitar a vida a muitos portugueses como ajudaria a preservar o património artístico e cultural português nessas paragens, a começar pela língua, como aconteceu no Brasil.

O prof. Rui Luís Gomes acha que o povo, de um modo geral, operários, camponeses, trabalhadores intelectuais, poderão ter um papel muito importante na reconstrução nacional. À pergunta que lhe fizemos, a saber, se encarava toda esta renovação numa perspectiva socialista, afirmou:

— Sim. Mas o problema que agora se põe não é o do socialismo. Acho decisiva a unidade de todas as forças partidárias, do Partido Comunista, do Partido Socialista, a intervenção dos católicos e de todas as correntes democráticas, com as Forças Armadas. É a maneira de se caminhar para a resolução de outros problemas, que se porão, sobretudo, depois das eleições. Até lá, considero prematuras outras atitudes. É a hora dos partidos, é certo, mas estes deverão estar integrados na unidade. Quanto a mim, na conversa que tive com o general Spínola, acompanhado do meu amigo José Morgado, ofereci à Junta a minha ajuda sem restrições para a solução dos problemas comuns.

Rui Luís Gomes, conforme referiu outro exilado político, o matemático José Morgado, regressado no mesmo avião a Portugal, "é um professor coerente, um combatente antifascista, uma grande figura moral, além de um cientista de excepcional mérito".

Coerência que o acompanha desde os bancos da escola, desde a cátedra de professor, mantida através de uma actividade cívica sem mancha. Tudo isso não impediu que, em 1949, o Conselho de Estado tivesse rejeitado o seu nome para candidato pela Oposição democrática à Presidência da República. Hoje, Rui Luís Gomes voltou para junto dos seus. Ultimadas as tarefas pendentes no Recife, regressará definitivamente à sua terra para assumir as funções que sempre foram, afinal, as suas: a de um professor, um investigador que sabe que só em liberdade é possível ensinar, investigar, pensar, viver.

— Eu era apenas um professor. Foi em contacto com os jovens e com os problemas da universidade que me lancei apaixonadamente na vida cívica, como me havia lançado apaixonadamente na vida docente. A festa que hoje me fazem a que o devo? No fundo, tudo o que tenho é um passado de atitudes cívicas.

Terylene
a moda mundo



SOC. FABRICANTES

TERYLENE 45% LÃ
ESTAMBRE

Insista para que lhe mostrem a etiqueta
ela é a sua defesa!

Calças - homem em Terylene Ia
confeccionadas por:

SOCIEDADE DE FABRICANTES

O automóvel como vaca (espremida até sangrar)

Que é o automóvel? Um símbolo de vaidades? Uma necessidade, uma ferramenta? Há quem pense uma coisa, há quem pense outra. Há quem pense que o mundo seria mais feliz e mais livre se todos pudéssemos andar a pé. Exactamente: se todos pudéssemos... E o pior é que não podemos. Não vivemos numa sociedade que permita dispensar o automóvel. Até porque ele é, para muitos, não um símbolo de vaidade, mas sim um símbolo de liberdade. De uma liberdade que não pode ser alcançada nos comboios, nos autocarros, nos eléctricos, cheios como se fossem transporte de gado, partindo quando calha, chegando quando chegam. Mas sempre com bilhetes caros, escandalosamente caros. Tão caros que, por norma, compensam a compra e o uso do automóvel. Talvez não de um automóvel novo. Mas, pelo menos, de um em décima mão, a letras... com 10 por cento de juro.

Acontece que o automóvel, em Portugal, não tem sido uma expressão de melhoria do nível de vida. Longe disso, o aumento do seu número tem constituído uma reacção contra a falta de planeamento, a ambição do lucro, o apego a soluções ultrapassadas e — principalmente — os monopólios. E importa notar que, enquanto o automóvel foi braço de ricas, as leis ignoraram-no ou protegeram-no. Só quando se democratizou começaram a ser inventados os decretos que o espremeram (ou melhor: espremeram os automobilistas, e não só eles).

O primeiro decreto antiautomóvel — ainda que não o parecesse — foi o 17 813 de 30-XII-1929, que, entre várias disposições, pôs fim ao pagamento dos impostos que os automobilistas pagavam então às câmaras municipais, substituindo-os por uma taxa cobrada sobre os penus, os óleos e a gasolina. Para se assegurar a distribuição equitativa da importância cobrada, procedia-se obrigatoriamente à entrega de uma declaração (por cada automóvel) na câmara do concelho onde o proprietário residia. As câmaras recebiam consequentemente uma verba proporcional ao número de automóveis declarados e, por

obrigação bem lógica, deviam aplicar essa verba na abertura ou conservação dos caminhos e estradas municipais. O que, parecendo estar muito bem, não estava. Primeiro, porque as cidades (Lisboa, acima de todas) recebiam as mais grossas fatias do bolo — e eram as que menos precisavam, porque as suas receitas gerais eram as mais elevadas, enquanto os concelhos de Trás-os-Montes e do Alto Minho pouco ou nada recebiam. Era a perpetuação do atraso, mas esse era o objectivo dessa época, em que se procurava que o dia de amanhã fosse igual ao de hoje, como este fora igual ao de ontem.

Em 1963, o regime mudou um pouco — para pior. Os automobilistas foram dispensados de entregar as burocráticas declarações nas câmaras municipais. Mas estas, durante os dez anos seguintes, receberam as mesmas verbas que anteriormente. Foi como se nem mais um automóvel houvesse sido matriculado em Portugal! Consequentemente, e como o dinheiro se tornou pouco — ridiculamente pouco — as câmaras esqueceram-no. Ou antes: esqueceram-se de lhe dar o destino devido. No que, aliás, se limitavam a seguir o exemplo daquilo a que se chamava "o Estado" e que se sobrepunha a todos os direitos (e deveres), apresentado, como era, como símbolo de um poder sem rosto, mas absoluto. "O Estado" desviava para os caminhos-de-ferro — antiquados e ineficientes — e para mil e um usos confusos, cerca de três quartas partes do rendimento dos impostos que pesavam sobre tudo quanto tinha um motor (e até sobre o que não o tinha, como as bicicletas e carroças) e circulava pelas ruas e estradas. Se o uso dos automóveis particulares era desencorajado por esses e outros expedientes, o dos transportes rodoviários — principalmente os de carga — era cercado por todos os meios: limitações, obrigações, taxas, impostos, prepotências. E, acima de tudo, por uma repressão policial da mais duvidosa isenção. Todos sabem que a Polícia de Viação e Trânsito foi, em certo momento, abruptamente dissolvida. Muitos

sabem porquê. Ainda que não houvesse qualquer explicação pública dessa medida sem precedentes.

Aliás, o processo continua — pelo menos quanto à repressão. A Brigada de Trânsito — que a Censura não permitia censurar — seguiu (e parece seguir) o sistema de concentrar as suas atenções sobre a camionagem, de aluguer ou particular. Ninguém fazia (nem parece fazer) contas ao tempo (e dinheiro) perdido durante os longos exames de documentos, de viaturas, de cargas, e de tudo o mais, incluindo o que não lembrava ao diabo. Claro que a economia nacional sofria (e sofre). Mas os transportes rodoviários eram desencorajados. Em favor dos caminhos-de-ferro, bem entendido, ainda que estes levassem uma semana ou duas a transportar o que um camião podia levar de uma ponta a outra do país num dia ou dois.

Recorde-se apenas que os nossos limites de velocidades para veículos pesados eram (e, ainda que houvessem sido aumentados, continuam a ser) tão baixos que raros eram os veículos que podiam mantê-los em "prise". Donde resultava um aumento de consumo (e despesa) que, mais uma vez, desencorajava os camionistas. Recorde-se por fim que, neste mesmo momento, estão a aguardar descarga, em Lisboa, largas dezenas de camiões de transporte internacional (TIR), os quais pagam cerca de 5000\$00 diários. Porque não há infra-estruturas, porque o transporte por estrada era considerado como indesejável. Em Portugal — enquanto pelo mundo inteiro até se constroem "truck roads": estradas próprias para os grandes camiões.

Quanto aos transportes de passageiros, deverá dizer-se que eles, em grande parte, sofreram (e sofrem) os mesmos males que têm afligido os transportes rodoviários de carga. Restrições tolas, conflitos de competências, burocracia em excesso, têm dificultado a concessão de carreiras, assim como o estabelecimento de horários. Por outro lado — em parte devido às dificuldades em questão — as empresas têm tendido a concentrar-se, tornando-se monopolísticas. E os monólitos não têm sensibilidade. Para muitas empresas, os passageiros eram apenas "qualquer coisa" a transportar. Gado que pagava o seu bilhete. Gado que podia ser transportado em carros velhos, com vários desastres (mortais) no activo. Gado que se tinha de sujeitar aos horários, aos incómodos,

à má educação dos empregados. À insensibilidade dos monólitos — a transformarem-se em monopólios com o beneplácito do onipotente "Estado".

Recorde-se, a tal respeito, o que estava a acontecer em Lisboa, com a Carris, a querer gastar centenas de milhares de contos em autocarros capazes de transportar uma centena de pessoas — em pé, a maior parte delas, como animais nos vagões J. Enquanto nas outras capitais se optava pelos "minibús", em Lisboa seguiam-se os caminhos do gigantismo. Das carreiras de hora a hora, dos monstros a atravancarem o trânsito. Curioso que o concurso para o fornecimento desses autocarros gigantes fosse feito de maneira a excluir o único produtor nacional — que aliás é um dos melhores do mundo, ou mesmo o melhor, na opinião das empresas de transportes britânicas.

Mas mudemos de assunto. Voltemos ao automobilista particular. Recordemos que, ao contrário do que muita gente pensa, raros são os que compram um automóvel apenas para se afirmarem socialmente. O problema é a falta absoluta de coordenação, de planeamento e de eficiência dos transportes colectivos. De resto, temos em Portugal um automóvel por cerca de 120 pessoas. É pouco, muito pouco — é um dos números mais baixos da Europa e é necessário ter em conta que se trata de um número artificial —; a maior parte dos carros considerados como fazendo parte do "parque automóvel nacional" ou estão nos sucateiros ou a caminho deles. Um terço dos automóveis existentes em Portugal tem mais de 10 anos!

Sendo assim, havendo relativamente poucos carros entre nós, como se compreende que os parques de estacionamento, os passeios, os locais de estacionamento proibido — até os de paragem proibida — estejam atravancados de carros, não apenas em Lisboa e Porto mas até pelas cidades e vilas da província? A resposta é simples. As disposições legais referentes à urbanização estabelecem que por um certo número de fogos deve haver um certo número de lugares para estacionamento de carros, assim como os prédios de certas características devem possuir garagens próprias. Aconteceu todavia — até há muito pouco tempo — que as garagens eram transformadas em armazéns por simples requerimento que as câmaras municipais (a de Lisboa, em particular) deferiam quase

automaticamente. Aconteceu também que sempre se confundiu "estacionamento" — o espaço reservado aos carros das visitas, dos empregados e de toda a "população flutuante" — com a "recolha", ou seja com o espaço reservado aos carros dos residentes. Mais: iludindo a lei, havia (e há) planos de urbanização em que os parques de estacionamento são integrados nos baixos dos edifícios a construir e, por isso, se tornam de utilização paga, em vez de constituírem propriedade pública, uma vez que substituíram espaço que foi (ou devia ser) público.

Que têm feito as câmaras municipais, que fez o "Estado" para resolver os problemas do trânsito urbano? O último presidente do município de Lisboa teve, a esse respeito, duas ideias peregrinas. A primeira foi a de obrigar todos quantos deixavam o seu carro estacionado nas ruas de Lisboa — porque as garagens eram armazéns — a pagar o espaço ocupado: espaço que, afinal, era dos municípios. A segunda foi a de "racionar a gasolina para resolver o problema do estacionamento, como se decidira em Los Angeles". O que, para começar, era falso: em Los Angeles não havia racionamento de gasolina, nessa altura, nem havia (nem há) problemas de estacionamento — a cidade é demasiado grande para os ter e, de resto, não tem meios válidos de transporte, excepto o automóvel particular e as grandes "freeways". Mas o mais curioso é que o ex-presidente parece não ter dado conta de que o racionamento apenas aumentaria o número de carros estacionados — como depois, por razões bem diferentes, veio a acontecer. Mas fiquemos por aqui: no fim, é bem possível que se pretendesse apenas arranjar ainda mais passageiros para a Carris, nas vésperas da sua quase municipalização. Hipótese tanto mais crível quanto é certo que a demora havida na construção dos acessos à ponte sobre o Tejo se deveu exactamente "à política de desencorajamento do acesso de automóveis particulares a Lisboa".

Talvez a construção do mirabolante "nó viário" da Praça de Espanha — que custou nada menos de 190 mil contos — tenha obedecido a essa mesma política. Se o não foi, bem parece. Mas o mal não está apenas em Lisboa. Note-se que, segundo o Código Administrativo em vigor (muito curioso até sob outros aspectos...), a presidência das comissões municipais cabe necessariamente aos vereadores. Claro

está que esse é também o caso das comissões de trânsito. Só que, por vezes, o presidente nem sequer tem carta de condução! E então quem se ocupa a pôr placas e tirar placas é o encarregado das obras municipais!

Se assim acontece nos aglomerados urbanos, nas estradas — por norma — é bem pior. A Junta Autónoma de Estradas tem os seus quadros depauperados e muito envelhecidos. Mas isso não explica tudo quanto acontece nos seus domínios. Há estradas largas e bem recortadas onde o trânsito é do tipo de "lá vem um". Há estradas cheias de curvas e contracurvas bem estreitas e decoradas com árvores bem sólidas por onde o trânsito é imenso. Ali, há desvios para autocarros; aqui, não os há. Ali há sinalização inteligente e coerente. Aqui, não a há. Em cada distrito, há um critério. O dinheiro não é muito, mas gasta-se em obras de ostentação, em vez de obras úteis. Em Coina construiu-se um entroncamento dispendiosíssimo — que nada resolveu nem podia resolver, por mal concebido. Mas a Junta Autónoma de Estradas, em toda a rede nacional, apenas possui um cruzamento com sinalização por semáforos — o do Carregado. E será melhor nem falar nele.

Acrescente-se — apenas para se fazer uma ideia da mentalidade da Junta — que o respectivo presidente considerou em público, não há muito, desnecessária a construção de uma auto-estrada para o Algarve, "porque o tráfego não a justificava". E observe-se que, enquanto a comissão organizadora do Circuito de Vila do Conde arranjou dinheiro para instalar quilómetros de "rails" de protecção, a Junta Autónoma ainda não conseguiu dispor de verba para os montar nos poucos quilómetros de auto-estradas do País.

Claro que, apesar da mão que cerrava a garganta, os protestos dos automobilistas se foram fazendo sentir. E por isso se decidiu, em 1973, "instituir um pequeno imposto sobre os automóveis, destinado a permitir às câmaras municipais cuidar das vias a seu cargo", como foi dito numa "conversa em família". Imposto ilegal, por ser um duplicado do que já existia por força do citado Decreto 17 813. Mas o que se disse na "conversa em família" acabou por se complicar, tornou-se num "imposto sobre veículos", sem mais, e ficou equiparado aos outros impostos. Uma parte substancial — cerca de 100 000 contos — foi destinada à electrificação rural, objectivo muito interessante, mas que

nada tinha com "as vias municipais". E o resto foi distribuído pelos municípios (ao que parece), mas em substituição das verbas antes recebidas ao abrigo do Decreto 17 813, assim como de vários impostos que desapareceram (como o do pescado), e com o destino bem definido de prover aos encargos resultantes dos aumentos de vencimentos dos funcionários. Para os automóveis e para os automobilistas... nada!

Perdão! Fez-se, de facto, algo em favor dos automóveis e dos automobilistas. Estabeleceram-se períodos mais amplos de limitação de velocidade. Chegou-se ao ponto, na histeria da limitação, de a impor em datas que, em ano anterior, tinham coincido com uma "ponte", mas que tinham deixado de ter qualquer significado. Mais: a certa altura, o secretário de Estado das Comunicações conseguiu alterar todas as normas legislativas, fazendo entrar em vigor uma portaria (de limitação) cerca de 24 horas antes da sua publicação no Diário do Governo!

Acrescente-se que os limites estabelecidos entre nós foram o dos países nórdicos (!) e que nunca se considerou (nem se está a considerar) a existência de vias que não são estradas simples nem auto-estradas — isto é: de vias rápidas. Mas acentue-se que as limitações nunca conduziram a qualquer resultado prático — antes pelo contrário, infelizmente — e por boa razão: constituíam apenas uma maneira de desviar as atenções das verdadeiras causas da mortalidade rodoviária, a péssima qualidade das estradas, a péssima preparação dos condutores, o péssimo estado dos veículos e a péssima orientação dos serviços da Brigada de Trânsito, ocupada em verificar os excessos de velocidade principalmente nas grandes rectas, mas não em fiscalizar o cumprimento do Código da Estrada, nas curvas, no alto das lombas e em todos os lugares perigosos. Acrescente-se a assistência hospitalar — apenas 10 a 15 por cento das vítimas morrem no momento do acidente — e ter-se-á um quadro completo. Bem triste.

Resta a gasolina. Recordemos que no dia seguinte à afirmação oficial de que "não havia lugar para receios, uma vez que estávamos perfeitamente abastecidos de combustíveis líquidos" (o que aliás era verdade, uma vez que uma companhia até requereu autorização para exportar gasolina), foram impostas normas restritivas que provocaram um verdadeiro pânico, ao mesmo tempo

que se determinava um aumento de preço que teve, de imediato, as piores consequências na economia nacional, sendo directamente responsável pelo surto de inflação e de açambarcamento então iniciados. Se o mal foi grande, pior foi o que resultou do segundo aumento de preço, que tornou a gasolina portuguesa na segunda mais cara da Europa, sem que fossem eliminadas quaisquer das restrições em vigor. E certo é que essas restrições — desnecessárias porque, no fim, as bombas não recebem mais gasolina do que aquela que podem vender, desnecessárias também, porque as limitações de velocidade em vigor bastam para conseguir a redução de consumo que se disse ser desejada — asfixiaram e continuam a asfixiar a economia nacional. Principalmente a dos pequenos centros, que dependia essencialmente do turismo interno.

Acrescente-se a hipocrisia da proibição das provas de desportos motorizados — um assunto que, só por si, é pano para muitas mangas. Mas registre-se também o prejuízo que essa proibição trouxe à economia e até ao prestígio da Nação. E acrescente-se finalmente quanto o automóvel e o automobilista português sofreram com a inconsciência e incompetência dos legisladores que quiseram regulamentar a indústria de montagem. Inconsciência e incompetência que culminaram, não há muito, no voltar das costas aos projectos de Salvador Caetano e da Metalúrgica Casal para a construção de automóveis no nosso país, e no apoio oficial à construção de uma fábrica da Alfa Romeo em Sines — fábrica essa em que, afinal, os italianos (entenda-se o Governo italiano, proprietário da Alfa) pouco dinheiro aplicaram, e em que se espera que "os industriais de montagem, bem como os de componentes", apliquem grossos capitais. Como se esses industriais pudessem realizar investimentos numa fábrica que, afinal, é uma concorrente sua, e que, de resto, se destina a produzir um único modelo — o Alfardus — que tem tido uma carreira decepcionante. Um modelo para o qual não se vislumbra mercado no nosso país e cuja falta de aceitação produziu já graves problemas políticos na própria Itália — onde foi recusada a construção da fábrica que, segundo tudo indica, se resolveu agora instalar em Portugal!

Mas sossegemos, que a Alfa de Sines já tem presidente. Será que o automóvel e os automobilistas deixarão agora de ser a vaca espremida até sangrar?

Como mataram Delgado

(Continuado da pág. 29)

apesar de indirectamente, a morte do general Delgado.

Disse já que a "guarda civil" fora avisada para manter os olhos abertos. Bem, os agentes da região de Badajoz tomaram nota dos números de matrícula dos carros suspeitos, que circulavam na zona. Tomaram nota, entre outros, da matrícula de um BMW cinzento-metalizado. Informações do serviço secreto espanhol apuraram em seguida que esse carro português estava entregue ao tal Eduardo da Silva, isto é, ao chefe da Polícia Secreta portuguesa. Eduardo da Silva estava lá, naquele dia 13 de Fevereiro, com o seu automóvel.

— E os outros, quem eram?

— Tavares foi descoberto do mesmo modo, através da matrícula do automóvel: encontrava-se numa viagem de prazer, disse, e deu os nomes dos seus amigos. Falsos, claro. Eram todos agentes da P. I. D. E. Um deles tinha um passaporte paquistanês, da Commonwealth, passado em nome de Kundamal Milpuri. O passaporte era verdadeiro. Esse Milpuri encontrava-se em Lisboa e pretendia prolongar a sua autorização de estadia, pelo que entregou o passaporte nos devidos serviços, que lhe entregaram, como é da praxe, uma placa de metal e lhe disseram para lá voltar três dias depois, para o levantar. Quando lá voltou, aceitaram-lhe a placa mas não lhe entregaram o passaporte, que fora utilizado pela P. I. D. E. para a operação Delgado. Milpuri dirigiu-se então à embaixada britânica, através da qual tivemos conhecimento de tudo o que se relacionava com o passaporte. Tínhamos, nessa altura, já na mão, diversas provas para apresentar à P. I. D. E. e exigir que Portugal libertasse a Espanha de toda a responsabilidade pela morte de Delgado.

— Morte à qual, na sua narração, ainda não chegámos...

— Depois do encontro falhado, Delgado voltou para o hotel. Eduardo da Silva vai ter com ele e, juntos, dirigem-se para uma hospedaria na periferia de Badajoz, onde chegam a pé, como que em passeio. Na zona encontravam-se outros agentes da P. I. D. E., pois viamos a saber mais tarde que tinham sido utilizados, nessa operação, doze pessoas. O assunto discutido na altura deve ter sido o da ausência de Mário de Carvalho, mas, evidentemente, decidiram que o mesmo deveria ter sido bloqueado por qualquer contratempo, talvez na fronteira espanhola: o programa, no entanto, deveria ser continuado, pois os "rebeldes" portugueses esperavam, junto da fronteira. Depois dessa reunião, o grupo, Delgado, a secretária, Eduardo da Silva e os outros, dirigiram-se para os automóveis.

Delgado embarca no automóvel de Eduardo da Silva, que parte em direcção da Villanueva del Fresno, vê o radiotelefone e percebe que foi enganado, pois só um polícia pode ter um radiotelefone no automóvel. Encontra-se ainda no território espanhol, tenta tudo por tudo, extrai a sua pequena 6,35 e fere um dos sicários; o outro, pela nossa reconstrução do caso, deve ter sido aquele que trazia o passaporte paquistanês, mas não estamos certos disso, bate-lhe violentamente na nuca com a coronha da sua própria pistola. O golpe produz a fractura de uma vértebra cervical e Delgado morre. Os peritos da polícia espanhola provariam, mais tarde, que o golpe fora desferido

com a coronha de uma pistola Astra, fabricada em Espanha, e em dotação à polícia portuguesa. A mecânica dos factos prova, mais uma vez, que o plano não era o de matar Delgado, mas sim o de o levar para Portugal. Porém, o general Humberto Delgado terminou a sua carreira no exílio, pouco fora de Badajoz, a caminho de Villanueva del Fresno. Um pouco mais adiante, do outro lado dos montes, estava o seu Portugal.

— E a secretária? E a descoberta de três corpos?

— Vivo, Delgado nunca mais viu Portugal. Mas morto, sim.

— Como?!

— Os agentes da P. I. D. E. viram-se de súbito com Delgado, morto, e com a secretária, testemunha viva. Decidem prosseguir o plano inicial. Na manhã de 14 de Fevereiro, os dois carros voltam a passar a fronteira. Como o previsto, nem os espanhóis nem os portugueses lhes impedem a passagem. Arajarir Campos, a secretária de Delgado, foi interrogada na casa de João Gião: pelo menos por três dias, sobrevive ao seu chefe. O relatório das autoridades fala em três a sete dias. Foi torturada, além do mais. O seu corpo e o de Delgado foram depois transportados novamente para Espanha e sepultados a três quilómetros da fronteira, numa zona de montanha, terra desolada, onde não vive ninguém. Foi um cão de caça de um rapazinho que farejou, mais de dois meses depois, os restos já delapidados pelos cães. A polícia encontraria um anel com as iniciais H. D., e o mundo saberia, em 24 de Abril, do fim de Humberto Delgado.

— Mas descobriram-se mais de três corpos. Três, foi o que se disse. Oficialmente, o terceiro era o de um contrabandista morto num ajuste de contas, mas foram poucos os que acreditaram nessa versão.

Os corpos descobertos foram quatro e não três. Um a poucos metros do de Delgado e da secretária, e um quarto mais lá para baixo, no vale, no leito do rio Guadiana. Este último, talvez, poderia ser o de um contrabandista ou de um clandestino que passara a fronteira e fora abatido pela polícia. Nessa zona, as passagens clandestinas são frequentes, e o quarto corpo nunca chegou a ser identificado. Mas o terceiro, sim: o seu nome foi o último elemento de prova com que nos apresentámos à polícia portuguesa. Esse terceiro homem "misterioso", cujo nome até hoje nunca foi revelado, era um cidadão holandês de nome Tuinman, ex-mercenário no Congo e noutros países africanos, que naquela época se encontrava a soldo dos serviços secretos do exército português. Os elementos foram fornecidos pela Interpol, a que tínhamos recorrido. Possivelmente, foi o homem atingido pela pistola de Delgado, morto em consequência do ferimento. A autópsia concluiu que deve ter morrido um dia ou dois depois do general. As coisas condiziam umas com as outras.

— E os portugueses concordaram com esses factos?

— Fomos três, os que nos dirigimos a Lisboa. O chefe da segurança espanhola, coronel B., o seu vice, R. C., hoje chefe do "serviço de coordenação e organização" e eu próprio, que executara e coordenara os inquéritos em Paris, Roma, Argélia e Casablanca. Fomos recebidos pelo ministro do Interior português, e pelo chefe dos serviços

secretos da P. I. D. E., que outro não era que Eduardo da Silva. Apresentámos as provas, a viagem de Silva-Castro e Sousa a Paris, o trabalho de Mário de Carvalho, as matrículas dos automóveis que tinham passado a fronteira, o passaporte de Milpuri, a identificação, feita pela Interpol, de Tuinman, e tudo o resto. Eduardo da Silva tentou, de início, atirar as responsabilidades para os "centuriões", o serviço secreto do exército de que dependia o holandês Tuinman, mas depois foi obrigado a concordar, em grande parte, com a nossa versão. Em particular, reconheceu ter sido ele o falso advogado, Castro e Sousa. De qualquer modo, afirmou, Delgado não devia ter sido morto, não estava no programa. Portugal faria tudo o necessário para ilibar a Espanha.

— Gonzales-Mata, a história terminou. Mas uma coisa não é suficientemente clara: sobre Mário de Carvalho podem recair sérios indícios, foi quem organizou a viagem a Badajoz e a manter determinados contactos, mas não poderia, como declarou há cerca de um mês, ao "Europeo", ter sentido medo no último momento e não saber que a armadilha fora montada para Badajoz?

— Não, não podia. Mesmo se prescindirmos das suas contínuas declarações contraditórias ou falsas (a última, prestada precisamente ao "Europeo": explique-me como é que uma pessoa que declara ter um passaporte limitado para entre Lisboa-Roma pode deslocar-se a Paris ou à Argélia, onde eu o vi?), é preciso lembrarmo-nos que, logo após a morte de Delgado, Mário de Carvalho foi oficialmente reconhecido como correspondente do jornal português, "República". Não pelo director, mas pela embaixada portuguesa, em Roma. Aqui tem. Nessa época, segui pessoalmente os passos dados por Mário de Carvalho, e fui a Roma, onde descobri as ligações que ele mantinha com Portugal, por intermédio de gente que vive na vossa capital. São duas pessoas que vivem ainda em Itália.

— Senhor Gonzales-Mata, isto é assunto para o juiz Occorsio, não sei se já reparou...

— Perfeitamente. É precisamente isso o que pretendo, estou pronto a testemunhar. Veja, depois do caso Delgado, o serviço secreto espanhol "convidou-me" a seguir o caso Khider, o ex-secretário-tesoureiro da Frente de Libertação Argelina, morto numa rua de Madrid, em 3 de Janeiro de 1967; em Maio de 1968, infiltrei-me entre os estudantes franceses da Sorbonne, trabalhava como médico, por conta de Franco. A seguir, investiguei os antifranquistas em França e na Alemanha. Não podia mais. Exactamente há um ano, decidi escrever ao primeiro ministro espanhol, Luís Carrero Blanco, e ao presidente dominicano Joaquín Balaguer, para expor a minha situação, para pedir as provas do meu já velho, de nove anos, pedido de extradição. Mostro-lhe as cópias das cartas e os recibos de expedição. As cartas seguiram, mas ninguém fez nada. Quero voltar a São Domingos, Balaguer era vice-presidente, com Trujillo, conheço-o. Agora, tento com a Imprensa, por isso, e por agora, falo no caso Delgado...

(c) L'EUROPEO/"S. I."

Nota da Redacção:

(1) Há aqui equívoco do autor. O general Humberto Delgado foi, sim, representante de Portugal na I. C. A. O. (Organização Internacional da Aeronáutica Civil).

(2) É-nos impossível, por razões óbvias, verificar este testemunho. No entanto, recordamos ao leitor que o nome completo do director da extinta D. G. S. é Fernando Eduardo da Silva Pais



Gessy sabonete de limão!

Sinta uma cascata
de frescura viva... saltitante!
Tome um banho de frescura!
Tome um banho
de sabonete Gessy—limão!
Sinta Gessy!
No banho...



Gessy é frescura de limão!

conheça a Europa em auto pullman

Usando mais este
nosso serviço TEM:
— Transporte em moderno
e confortável autocarro
AUTOPULLMAN de turismo
— Visitas e excursões acompanhadas
de guia
— Refeições em viagem, incluídas
— Estadia em bons hotéis em quarto
de duas camas com banho ou ducho
— Serviço de um acompanhador
português em toda a viagem
e ...
— o apoio Wagons — Lits // Cook

UMA ORGANIZAÇÃO

politur

INFORMAÇÕES E RESERVAS

Wagons-Lits/Cook

3

**PRODUTOS DE ALTA
QUALIDADE**

**Amendoim ISRAEL
Arroz TREVO
Especiarias TREVO**

COM
TAKY
NÃO HÁ PROBLEMAS
PARA A MULHER
MODERNA
TAKY
O DEPILOTÓRIO FRANCÊS
QUE ELIMINA OS PÊLOS
EM POUCOS MINUTOS
SEM DÔR
SEM IRRITAÇÃO

**SENSACIONAL
mais
Madeira!**
viagens
semanais
em aviões a jacto
especialmente
fretados

SAÍDAS:

JUNHO - 21
JULHO - 1-8-15-22-29
AGOSTO - 5-12-19-26
SETEMBRO - 2-9-16-23-30
OUTUBRO - 7-14-21

Preços
desde

UMA SEMANA
DUAS SEMANAS

2.500\$00
2.990\$00

INCLUINDO

- Viagem de ida e volta
- Dormida e pequeno almoço
- Transporte aeroporto/hotel/aeroporto
no Funchal
- Assistência especializada
durante toda a viagem

uma promoção

FACILIDADES DE CRÉDITO

faça JÁ a sua inscrição
NORTUR/PM TURISMO
PORTO - Rua José Felício, 87 - Tel. 276712268/22440 - 280763-280854
LISBOA - R. Barata Salgueiro, 9 - Tel. 367221670/36721683/36721685

NUNCA A MADEIRA ESTEVE TÃO PERTO DE SI!

**Leia
«VIDA
MUNDIAL»**

RELOJOEIRO
CURSO POR CORRESPONDÊNCIA

ESTUDE NAS HORAS VAGAS ESTA RENDOSA E
FASCINANTE PROFISSÃO! GARANTA SEU FUTURO!
Curso simples e perfeito! Mentalidades suaves!

UM DIPLOMA QUE SERÁ SEU ORGULHO.
PODE SER OBTIDO EM APENAS 6 MESES.

GRÁTIS

ótimo jogo de ferramentas
com as quais Você
fará muitos consertos e
ganhará bom dinheiro.



Estou formado e apto a trabalhar
com qualquer relógio. Meus dois
colegas estão ansiosos por possuí-
rem o mesmo Diploma que eu!

Antonio Aguiar Amorim
Porto - Portugal



Estou consertando todos os mar-
cas de relógios sem qualquer di-
ficuldade, graças ao I.B.R.

Antonio Guilherme P. Silva
Bisau - Guiné Portuguesa

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELOJOARIA
RUA EMÍDIO NAVARRO - LUSO (PORTUGAL)

Solicito enviar-me, Grátis, Folheto Ilustrado

NOME _____

MORADA _____

LOCALIDADE _____

HORÓSCOPOS

CARNEIRO

VIDA SENTIMENTAL — Aborrecimentos na vida do lar. É possível que tenha de contactar com pessoas doentes ou frequentar ambientes tristes. Não se deixe perturbar.
VIDA MATERIAL — Terá de acautelar-se com certas inimizades. Discussões no trabalho. Saiba evitar a impulsividade e a impaciência. Desequilíbrio nas despesas.

TOURO

VIDA SENTIMENTAL — Pequenas contrariedades no ambiente das suas relações de amizade. Evite desacordos no domínio dos sentimentos e vida do lar.
VIDA MATERIAL — Siga os conselhos de pessoas mais experientes. Os desentendimentos poderão surgir como consequência de alterações com os seus superiores.

GÊMEOS

VIDA SENTIMENTAL — Aconselha-se-lhe ponderação. Podem surgir desentendimentos com os seus amigos ou familiares e, especialmente, no domínio do amor.
VIDA MATERIAL — Está sujeito à instabilidade, e a sua mente estará bastante excitada. Nem tudo correrá como desejaria. Deixe passar a crise...

CARANGUEJO

VIDA SENTIMENTAL — Poderá mostrar-se de um comportamento estranho, decepcionante, ciumento, que o pode prejudicar. São de ponderar, maduramente, todos os actos e palavras...
VIDA MATERIAL — Seja activo e minucioso. Os compromissos e as despesas não controladas podem desequilibrar o seu orçamento.

LEÃO

VIDA SENTIMENTAL — Possíveis desentendimentos no campo das suas ligações sentimentais ou na vida do lar. Evite as confidências. O momento não é propício a novas ligações.
VIDA MATERIAL — Terá de enfrentar situações delicadas. Mostre-se diplomata e tenha prudência nos seus gastos e não tome novos compromissos.

VIRGEM

VIDA SENTIMENTAL — Use de simplicidade e seja cauteloso nos actos que o liguem a outrem. Procure não se imiscuir em assuntos confidenciais.

VIDA MATERIAL — Boas possibilidades nas suas actividades e bom momento para melhorar na generalidade as suas condições de vida. Mostre-se activo.

BALANÇA

VIDA SENTIMENTAL — O clima é propício a pequenas brigas e cenas de ciúme. Conserve a cabeça firme... Convém evitar as companhias muito jovens.

VIDA MATERIAL — Está sujeito a erros e a dar ouvidos a promessas. Tenha muito cuidado. Seja prudente nas compras. Dê prioridade aos seus afazeres.

ESCORPIÃO

VIDA SENTIMENTAL — Não deixe que discussões inoportunas possam contribuir para gerar conflitos com os seus. Não se deixe enervar.
VIDA MATERIAL — O momento é bastante bom para cuidar dos seus interesses materiais. Procure levar a efeito os seus projectos, sem negligências. Cuide das suas responsabilidades.

SAGITÁRIO

VIDA SENTIMENTAL — Influências negativas a temer. Aconselha-se-lhe que evite todas as discussões ou conflitos. Procure, antes, o apoio dos seus amigos.
VIDA MATERIAL — Nada de negligências dos seus deveres. Evite a impaciência, as ideias retrógradas e as actividades improficuas. Tome consciência das suas responsabilidades.

CAPRICÓRNI

VIDA SENTIMENTAL — Bom clima para solucionar eventuais questões ou resolver problemas familiares. Não desanime.
VIDA MATERIAL — Cautela com o bom equilíbrio da sua economia doméstica. Entretanto, pode estabelecer um programa tendente a equilibrar a sua economia monetária e procurar concretizar as suas ambições. Mostre-se organizado.

AQUÁRIO

VIDA SENTIMENTAL — Saiba ser amigo da concórdia... Portanto, evite todas as questões com terceiros e muito especialmente no ambiente familiar.
VIDA MATERIAL — Poderá melhorar no aspecto financeiro, desde que saiba aproveitar as suas iniciativas. A falta de organização e a negligência é que podem ser muito prejudiciais.

PEIXES

VIDA SENTIMENTAL — Dispõe de um bom clima astral, mas a agressividade e as complicações são de desaconselhar. Seja sociável e tenha calma.
VIDA MATERIAL — Procure estudar a forma de dirigir convenientemente as suas actividades.

Por favor fechem todas as portas!

A bailarina avançou para o proscénio, ergueu lentamente o braço e repetidamente pediu: "Por favor, fechem todas as portas!"

As portas não se fecharam logo. Alguns retardatários ainda se escapavam para o escuro da sala do Instituto Alemão, onde o Grupo de Accion Instrumental, de Buenos Aires, começava a representação de "La Femme 100 Têtes", after Max Ernst, numa sucessão de estruturas musicais, exercícios de acção, dança, projecções de colagens e luzes moduladas. A propósito desta série de colagens e de outras, onde emerge o "fantasma dos pássaros", Max Ernst escrevera, referindo-se a si próprio:

"... No seu espírito enraizara-se uma perigosa confusão entre pássaros e seres humanos. Isto viria, mais tarde, a exprimir-se através dos seus desenhos e quadros... De resto, Max deveria um dia identificar-se a "Loplop, l'oiseau suprême". Esse fantasma conservou-se inseparável de outro, chamado *Perturbation, ma soeur, la femme 100 têtes*"

Por esta breve citação se poderá

avaliar do carácter angustiado e angustiante desta obra de Max, o que aliás caracterizaria em geral toda a sua produção, quer no período DADA quer durante a época surrealista até cerca de 1942. Só por esta altura, já com cerca de 50 anos, Max venceria as suas obsessões e, como diz um dos seus comentadores, "passaria da angústia ao encantamento". Mas as obsessões de Max Ernst não o impediram de tecer uma das obras mais originais e poéticas do seu tempo, realizada através de minuciosas e originais investigações plásticas e descobertas técnicas. O trabalho do Grupo de Accion Instrumental baseado numa partitura de George Antheil, é brilhante e irregular. Porventura demasiado brilhante..., por vezes parecendo ignorar que o humor surrealista (e sobretudo neste caso particular) é um humor negro. As angústias de Max Ernst desvanecem-se numa graça, em todo o caso, controlada e por vezes acutilante. Apesar das reservas que se possam fazer a esta actuação, ela tem o grande mérito de relembrar uma

obra ímpar e altamente importante para as preocupações estéticas e outras do nosso tempo — barroco e neodada.

E é a importância deste renascimento que nos moveu a outro tipo de preocupações. A quem pode interessar este género de acções culturais? Naturalmente, em primeiro lugar, aos artistas plásticos, aos poetas, aos músicos... E a todos, enfim, para quem a cultura não seja mero passatempo ou objecto de consumo reificado e empobrecedor. Ora, quanto aos primeiros, pintores, poetas, não estava lá nenhum na repleta sala do Instituto Alemão. Desinteresse, desconhecimento. Repete-se o que já acontecera o ano passado — e noutro lugar assinala-se —, quando, por iniciativa também do Instituto Alemão e das Juventudes Musicais, veio até nós pela segunda vez o Collegium Vocale de Colónia, e entre outras coisas executou o célebre poema simultâneo DADA "L'Admiral Cherche Une Maison à Louer", de Richard Huelsenbeck, Marcel Janco e Tristan Tzara. Este poema fora executado em 1916

numa das célebres sessões do Cabaret Voltaire, assinalando assim o nascimento em Zurique do movimento DADA, que tanta importância viria a ter e volta a estar hoje nas preocupações modernas, nomeadamente no que respeita às artes plásticas.

Por favor, fechem todas as portas! Fechem todas as portas... sobretudo aos vendilhões do templo, aos artistas plásticos apenas preocupados com as cotações das respectivas obras, aos críticos ansiosos de promoção, aos especialistas estreitamente fechados nas suas herméticas profissões... e que apenas repetem para sossego das respectivas inconsciências: não se passa nada, não se passa nada... Fechem-lhes todas as portas! A juventude que na sua maioria enchia a sala do Instituto Alemão não tem nada a esperar de tais intelectuais, nada a aprender com eles... e se não quiser sossobrar também nesta apatia geral, fechadas todas as portas, terá de cuidar dos seus próprios valores. É fechar todas as portas e partir do zero.



Dois aspectos da actuação do Grupo de Accion Instrumental, Buenos Aires

rei e senhor...

Marcou!

Marcoooooou...

Pudera! Ele traz no bolso
o 10x1 de ENERGIA!

ENERGIA é bestial!
Fácil de levar,
pronto a toda a hora,
e em qualquer lugar...

Chocolates imperial é poder!



fábrica de chocolates imperial s.a. - vila do conde

OPINIAO

LIVROS

«FONTEBELA», ROMANCE
DE FERNANDA DE CASTRO

Ainda se abrem asas, ainda se sonha, ainda se fala de fadas, neste tempo de máquinas, motores e tristes, senão desesperados, utilitarismos. Felizmente.

Deve-se este saboroso (re)encontro, com algo de milagre, a Fernanda de Castro. Escritora consagrada, com obra ampla de romancista e, na poesia, autora de volumes de alto mérito, que lhe granjearam merecida celebridade entre os poetas maiores da geração a que pertence.

Deu-nos, há pouco, um novo romance, com o seguinte terno, bonito e sugestivo título: «Fontebela». O valor de obras deste género pode bem aquilatar-se, de princípio, pelo aliciante encanto da leitura, que se leva de princípio ao fim sem intervalo nem dar atenção ao que se passa ao lado. Assim sucedeu com «Fontebela». Da primeira página à última linha, encanto, sempre encanto, no desenvolvimento do entrecho, em gestos, falas, acções das personagens. Dirá algum vesgo por política que se trata de figuras arrumadas ou, até, que já nem existem. Enganar-se-á quem assim pensar, realmente. Habitadas e mesmo movimentadas por sentimentos e ideias, cuja alta dignidade jamais as deixará envelhecer, representam as respectivas figuras, na maneira como se comportam, autênticas lições, pois sabido é (e não só pela hagiografia) que o exemplo constitui sempre a melhor das lições.

Pois, nas páginas encantadoras, e não raro enternecedoras de «Fontebela», a realidade dos problemas, de pensamento ou sentimento, vai ligada constantemente ao sonho e à poesia, o que concorre, como sempre concorrerá, para transfigurar horas e existências. São muitas as personagens, em cenários que atraem pela paisagem, pela paz, um desses pequenos édenes que vão desaparecendo pelo nivelamento paisagístico e arquitectónico, corrente maneira de



monotonizar este pobre mundo, e tão próximo de nós elas se colocam, o que quer dizer tanto nos prendem e convencem que jamais se esquecem. Existiram, existem? Ai de nós se não existissem, a não ser em literatura. A Humanidade estaria bem pobre, falhada no coração e na própria alma, sem testemunhos que ficassem.

Neste romance, o coração fala mais alto! Pequenas ou grandes questões com o coração se resolvem, e se o raciocínio, em discernimentos claros, não falta, em actos de perfeita justiça, a grandeza da abundante falta de sentimentos é constante, em todas as personagens. A par disto, saliente-se o estilo aberto, delicioso, de Fernanda de Castro, de certeza mais trabalhado e conseguido do que nunca, em prosa-realidade e prosa-poesia, e sempre inconfundível, tudo sugerindo ou mostrando na medida humana e nos horizontes da fantasia ou da sobrenaturalidade, na inolvidável companhia da beleza, «Fontebela» (capa do ilustre artista Manuel Lapa) é, de resto, na sua totalidade, romance verdadeiramente inolvidável, pelo qual, com elevada admiração e todo o apreço, beijamos a mão da sua autora.

GUEDES DE AMORIM



Dá resultado... ...e vê-se na sua cara!

Não há por certo, nada que mais envelheça do que a pele seca. A verdade é que, por volta dos 25 anos, a sua pele começa a perder cada vez mais a humidade necessária para a manter jovem e bela.

É por isso que você precisa da ajuda que só o 2.º Début lhe pode dar.

A fórmula única 2.º Début

2.º Début contém uma fórmula muito importante conhecida pelos nossos técnicos por CEF - Cellular Expansion Factor (Factor de Expansão Celular). Ao aplicar 2.º Début sobre o rosto, este ao contrário dos vulgares produtos hidratantes, penetra directamente para além da superfície da pele e vai rejuvenescer as células interiores.

Alimentando-as, o 2.º Début dá-lhe a capacidade natural de conservarem a humidade.

Um tratamento em poucos minutos

Dois minutos de manhã e à noite. Sem perda de tempo, você verá como o 2.º Début consegue parar os anos. E é tão mais agradável de aplicar do que os cremes oleosos e loções que provavelmente já usou... E muito, muito mais eficiente.

Mantenha a juventude da sua pele com o 2.º Début

O 2.º Début é apresentado em duas fórmulas: marfim CEF 600, para as mulheres mais jovens e rosa CEF 1200, com acção dupla, para as rugas mais pronunciadas e resultados mais rápidos. Qualquer delas conservá-la-á jovem apesar da idade.



CORRESPONDÊNCIA AMIGÁVEL

Com jovens senhoras e senhores em todo o mundo. Informações e 150 fotografias grátis.

Hermes, Berlin 11, Box 17/6, Alemanha

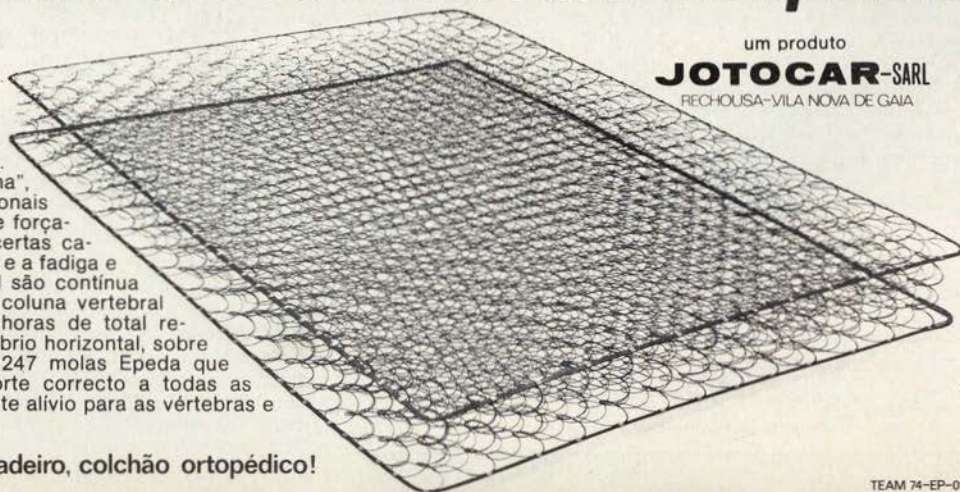


colchão ortopédico **EPEDA**

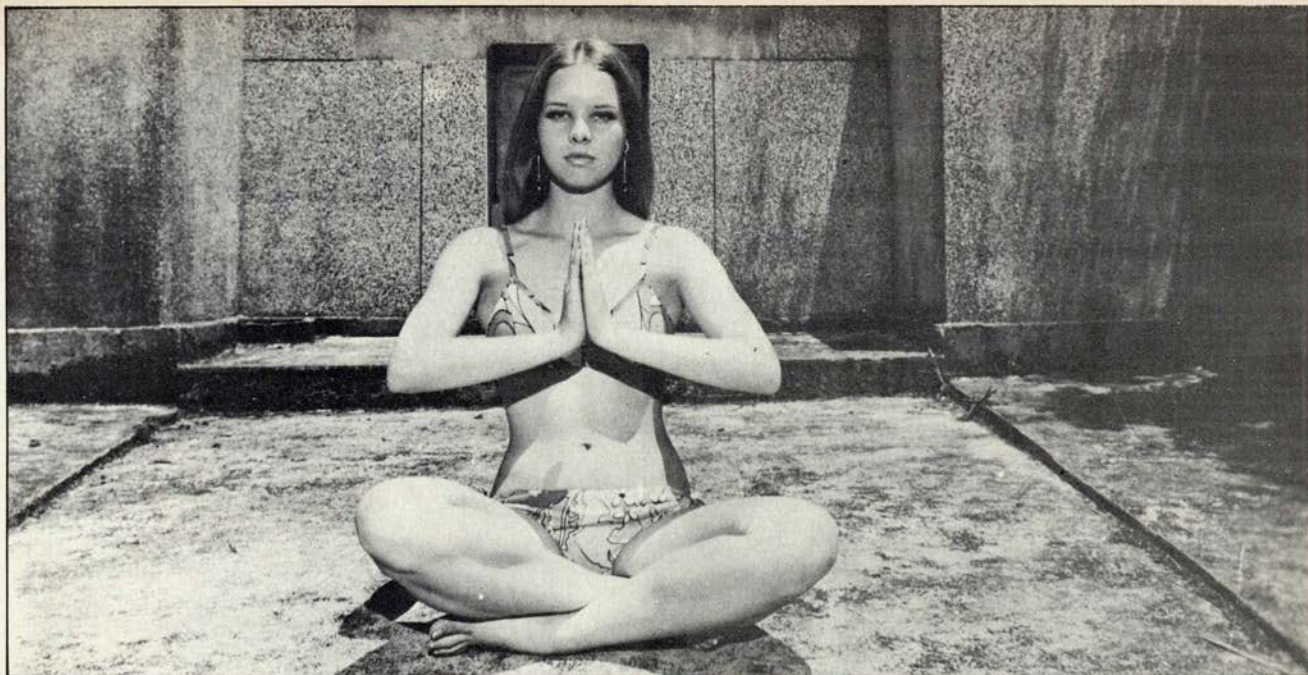
o único onde a sua coluna vertebral repousa

Garanta o bem-estar presente, e futuro, da sua coluna vertebral; escolha o colchão ortopédico Epeda. Você não "sofre da espinha", mas longas horas profissionais em posições defeituosas e forçadas, a moleza suave de certas cadeiras, as horas ao volante e a fadiga e nervosismo da vida actual são contínua agressão à sua saúde. A coluna vertebral não pode resistir sem 8 horas de total repouso – em perfeito equilíbrio horizontal, sobre a rijeza controlada das 1.247 molas Epeda que acompanham e dão suporte correcto a todas as curvas do corpo, repousante alívio para as vértebras e músculos.

EPEDA – o único, verdadeiro, colchão ortopédico!



um produto
JOTOCAR-SARL
RECHOU-SA-VILA NOVA DE GAIA



Cheryl Mikkelsen, filha de americano e japonesa

© ORION PRESS, J. A.



"Rainha" da Universidade de Kubasaki



A vida não é mais bela noutra sítio

A "rapariga" de Okinawa

De um azul-cinza (claro), cor do mar que afaga Okinawa, são os olhos de Cheryl; de um loiro, cor das espigas do trigo que nas pampas de Ryukyu cresce, são os cabelos de Cheryl; de uma transparência de alabastro do Sol-Nascente é a pele, são as mãos, são os lábios, é o rosto e tudo o que de Cheryl nos chega.

Vive Cheryl em Okinawa, com 15 anos e uma vontade imensa de não

sair de lá, porque não acredita que a vida seja mais bela em qualquer outro sítio. Eleita rainha de beleza da Universidade de Kubasaki, isso em nada transtornou a sua vida, uma vez que tudo o que pretende é continuar a ser modelo e, sobretudo, não deixar de ser a "rapariga" de Okinawa

AS TRIPLES

Por HOMERO

ENTRETANTO, O QUE HAVIA ACONTECIDO A TWILEEN E A PRIMA P DEIXAM-O-LAS NO DESERTO, COM ZHUL AHMED FAZENDO DE "ESPOSAS" DO COMERCIANTE. MAS UMA PATRULHA DO EXÉRCITO TINHA-AS AVISTADO.



ALTO! CONFISCAMOS A CARAVANA... O TRANSPORTE POR AQUI É PROIBIDO!



POR ALÁ!... TENHO AUTORIZAÇÃO E O MEU COMÉRCIO É LEGAL.

CALA A BOCA!



CONFISCAMOS OS DOIS OUTROS CAMELOS. AFASTA-TE TRÊS LÉGUAS E ESPERA... QUANDO ACABARMOS A INSPEÇÃO, SER-TE-ÃO RESTITUIDOS.



MAS... SÃO AS MULHERES...

VAI-TE EMBORA, AHMED, OU METO-TE CHUMBO NO CORPO!



É O ÚLTIMO AVISO! VAI-TE OU ARREFECE-TE!

AHMED, É MAIS PRUDENTE FAZER O QUE ELE DIZ...



VALE MAIS QUE NOS ENTENDAMOS COM OS SOLDADOS... UM MARIDO VELHO APENAS PODERÁ COMPLICAR AS COISAS.

AINDA BEM QUE TWILEEN FALA ARABE... NÃO ENTENDO NADA DO QUE ELA DIZ...



SUPONHO QUE ESTA MULHER SABERÁ ATÉ ONDE HÁ-DE IR E PARAR A TEMPO ESTA BRINCADEIRA.



QUE ALÁ TE GUARDE, VELHO ESPOSO. SABEREMOS DESENVENCILHAR-NOS!

É ASSIM MESMO... ADEUS, AHMED!

QUE OS ESCORPIÕES VOS ENVENENEM, MULHERES RENE-GADAS!



NÃO COMPREENDO NADA, MAS VOU FAZER COMO A TWILEEN...

VENHAM, PÉROLAS PRECIOSAS... VAMOS DIVERTIR-NOS! AH! COMO SÃO BELAS!

ALÁ SABE QUE NÃO FALO VERDADE.

OOH! TINHA UMA VONTADE DE ME DESEMBARACAR DESSE VESTUÁRIO PESADO.

DIZES BEM, ABDUL... SÃO DIVINAS...

O pai consegue tudo



"As férias são bestiais! Temos um quarto que dá para o mar. Uma piscina grande, grande... e outra mais pequenina. Temos bóias e colchões. E muitas coisas. O pai ensina-nos a nadar, compra-nos livros de quadradinhos e tira-nos muitas fotografias. Não temos de nos vestir para ir

para a mesa e comemos imensas coisas boas: "pregos", gelados e laranjadas....

O pai é que sabe o que é bom e arranja sempre o que é preciso. Isto é que são férias!

E paga tudo, tudo com o cartão Sottomayor."



Sempre consigo

todos os dias café puro



Aos casais modernos,
com vida activa,
cada qual independente
e realizado,
liga-os o amor e a amizade.
Mas é preciso todos os dias
o comum das pequenas coisas.
Café Puro.
O convívio
da cuidadosa preparação
de um para ambos.

- 1 Use só CAFÉ PURO EM GRÃO, moído na altura e na quantidade de que precisar.
- 2 Por cada chávena, deite uma colher de sobremesa, bem cheia (10 a 12 gramas), de CAFÉ PURO moído.
- 3 Não ferva a água durante muito tempo, nem mais de uma vez.
- 4 Sirva o CAFÉ PURO, em chávenas escaudadas, imediatamente depois de o fazer.
- 5 Nunca torne a aquecer o CAFÉ PURO. Prepare-o, de novo, cada vez que o desejar.

5 normas para um bom café



1



2



3



4



5

só do grão do café se pode fazer café puro

A vida é a cores Fotografe a cores

Agora com o filme Kodacolor II



Tire todo o partido das cores que há na vida. O filme Kodacolor II é uma criação da Kodak e vem melhorar a fotografia a cores. Vem dar-lhe maior nitidez. E tem menos grão; este facto ajuda a definir melhor a imagem e dá mais qualidade às ampliações.

O filme Kodacolor II está já à venda nos formatos 110, 126 e 135.

Procure-o num Revendedor da Kodak.

Quando quiser completar um "rolo feliz" exija as suas fotografias em papel Kodak.

Kodacolor II
Fotografia a cores tão simples como a preto e branco.



"O Seculo Ilustrado" não saiu Explicação

De 10 a 14 de Maio, "O Seculo" não esteve presente, como tem sido seu hábito, pontualmente, e pela manhã, nas mãos dos seus milhares de leitores. Também "O Seculo Ilustrado" não saiu, como habitualmente, no passado sábado. Efectivamente, a Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária daquele jornal da manhã, bem como de "O Seculo Ilustrado", "Vida Mundial", "Modas e Bordados" e "Cinéfilo", teve os seus serviços paralisados enquanto se repetiam os contactos entre os representantes dos trabalhadores e a Administração e prosseguiram ininterruptamente as assembleias gerais dos empregados da empresa. As conversações terminaram já na madrugada do dia 14. Resolveu-se aliás que as conversações entre as duas partes não terminaram, pois se entendeu ser necessário, no momento histórico da designação do novo Presidente da República e da nomeação de um Governo Provisório, ser preponderante o papel da Informação e, que a paralisação dos serviços da S. N. T. servia apenas as forças da reacção.

Num espírito de cordial simpatia, foi acordado, entre ambas as partes, o seguinte:

1) A Administração da S. N. T. reconhece a Comissão dos Trabalhadores da empresa, assim como o direito de reunião da referida Comissão nas respectivas instalações e dentro do horário de trabalho sempre que necessário.

2) O Comunicado referente à Reunião Geral dos Trabalhadores da S. N. T. de 9 de Maio de 1974 é publicado sob a responsabilidade da Comissão, na próxima edição de "O Seculo".

3) São as seguintes as reivindicações apresentadas e aprovadas em Assembleias Gerais dos Trabalhadores, e a que o Conselho de Administração dá o seu acordo:

a) Participação crítica nas definições do conteúdo das publicações da empresa por parte dos trabalhadores através de uma comissão para esse fim eleita (esta comissão funcionará em moldes a definir a curto prazo pelo Conselho de Administração e pelos Trabalhadores).

b) Apesar de a S. N. T. estar a produzir em condições de grande prejuízo e de a sua actividade normal ser assegurada com o apoio dos accionistas; apesar de não haver a possibilidade de, a curto prazo, prever com segurança uma efectiva melhoria dessas condições, estabelece-se para os trabalhadores da empresa, maiores de 18 anos, a partir do dia em que seja retomada uma laboração normal, uma remuneração mensal não inferior a 5000\$00.

Em consequência, todos os outros ordenados serão revistos para se manter a diferenciação que tem de existir num quadro organizado, em função da competência e da responsabilidade.

O Conselho de Administração aceita como meta, a atingir o mais rapidamente possível, um salário mínimo de 6000\$00. A resolução deste problema será obtida tendo em consideração as condições económicas das empresas jornalísticas, cuja apreciação vai ser pedida ao Governo Provisório.

Uma posição concreta sobre este problema, que demanda estudo e diligências, será tomada dentro de 30 dias.

Que a reestruturação dos ordenados em função do estabelecimento do mínimo mensal, nunca inferior a 5000\$00, com vista a manter certa diferenciação em consideração de responsabilidade e especialização seja efectuada em negociação entre a Administração e a Comissão dos Trabalhadores, consequente a um rápido trabalho desta, sobre as reivindicações salariais das secções (sem prejuízo do caderno de reivindicações) — com carácter consultivo.

c) Relativamente à semana de 40 horas, o Conselho de Administração pronunciar-se-á dentro de quinze dias, prazo que reputa indispensável para se determinarem as implicações económicas desta medida e para se recolher a orientação do Governo Provisório.

d) Prestação de horas extraordinárias apenas em casos excepcionais e nunca contra a vontade dos trabalhadores.

e) O Conselho de Administração prestará toda a colaboração às entidades oficiais competentes no sentido de serem afastados dos quadros da empresa os elementos que, de harmonia com os critérios a definir pelo Governo Provisório, forem, por quem de direito, considerados responsáveis por uma actuação ligada ao fascismo que tenha sido abusiva e vexatória dos trabalhadores.

f) Aceitação por parte da Administração da capacidade desta Comissão para apresentar futuramente quaisquer reivindicações dos trabalhadores e para as discutir com a mesma Administração.

Nota da Redacção — No ponto número 2, a frase próxima edição referia-se, obviamente, à que sairia no final das negociações, isto é, a do passado dia 15.

A PROPOSTA APROVADA PELA ASSEMBLEIA DOS TRABALHADORES

É do seguinte teor a proposta aprovada na última sessão de 14 de Maio da Assembleia Geral dos Trabalhadores:

1. Considerando a actual situação política, em que é da maior importância uma ligação estreita com o Movimento das Forças Armadas e a consolidação das liberdades conquistadas com o Movimento de 25 de Abril;

2. Considerando que estamos em vésperas de nomeação de um Governo Provisório, em que é da maior importância que lhe seja dado um amplo apoio, em que a Informação tem um papel preponderante;

3. Considerando que o Movimento dos Trabalhadores da S. N. T. foi vitorioso na grande maioria das suas reivindicações;

4. Considerando que a Administração está interessada na continuação da situação que provocou;

5. Considerando que essa situação só serve as forças da reacção;

Propomos:

1. Fim imediato da actual situação, com regresso à normalidade;

2. Manutenção da reivindicação do saneamento da empresa, em condições a definir;

3. Só após a tomada de posse do Governo Provisório poderemos, se quisermos levar a vitória até ao fim, em vez de fortalecer a reacção, discutir com o mesmo Governo, numa nova situação histórica que nos será favorável, essa questão para nós capital, a do saneamento.

"O SECULO ILUSTRADO"

Em virtude de se encontrarem já impressos alguns cadernos de "O Seculo Ilustrado" aquando da paralisação de trabalho verificada na passada semana, na Sociedade Nacional de Tipografia, sai o número 1897 do "S.I." com a data do passado sábado, na primeira página da revista. Do facto pedimos desculpa aos nossos leitores.

Os nossos camaradas Duarte Figueiredo e Rogério Petinga, respectivamente chefe e subchefe da Redacção de "O Seculo Ilustrado", entenderam ser seu dever colocarem os seus cargos à disposição dos redactores do "S.I.", interpretando assim o desejo expresso em assembleia geral de trabalhadores e a exemplo do que aconteceu já com Mário Zambujal, chefe da Redacção de "O Seculo", Pedro Rafael e Ferreira Marques, respectivamente chefe e subchefe da Redacção da "Vida Mundial".

Foi por unanimidade que os redactores da nossa revista se pronunciaram pela continuação de Duarte Figueiredo e Rogério Petinga na chefia de "O Seculo Ilustrado", manifestando, deste modo, inteira confiança nos seus camaradas de trabalho.

ELEITO O CONSELHO DE REDACÇÃO

Por sufrágio secreto foram eleitos na passada quarta-feira para o Conselho de Redacção de "O Seculo Ilustrado" os nossos camaradas Rogério Petinga, Carlos Plantier e José Amaro. Ao conselho competirá assegurar uma Informação livre, isenta, objectiva e verdadeira, de acordo com o esforço de democratização do País.

A nova República Portuguesa

"Ao ser investido nas funções de Presidente da República por decisão da Junta de Salvação Nacional, sinto-me no dever de me vincular ao ideário do Movimento das Forças Armadas, à luz do qual se cumprirá a tarefa de construção do futuro e por cuja execução assumo, perante o País, o mais solene compromisso."

Foi assim que o general António Spínola iniciou o seu discurso após ter assumido, na quarta-feira, a Presidência da República Portuguesa.



General António de Spínola, Presidente da República. Começou uma vida nova para todos os portugueses

Uma hora antes de se iniciar a cerimónia, marcada para as 16 horas no Palácio de Queluz, já o largo circundante se encontrava apinhado de povo ansioso por ver e saudar o homem que a Junta de Salvação Nacional tinha escolhido para orientar e fortalecer o País na conquista e vivência de uma verdadeira democracia. Cânticos espontâneos e vivas entusiastas irrompiam frequentemente do meio da multidão, que reavivou a alegria e o entusiasmo que o dia 25 de Abril trouxe aos portugueses. A multidão compacta e eufórica, vivendo mais a grandeza e significado do momento do que a solenidade e esplendor que a Sala de Espelhos do interior do palácio reflectia, remexia-se constantemente, indiferente ao calor e insensível aos espaços reservados e às vozes de elementos fardados com missões pacíficas e convenientes naquela hora dominada pela espontaneidade. Cartazes empunhados por jovens e por operários destacavam a verdade da sua presença não sugerida reflectindo, sem receios, ânsias que os tempos recalcam. Soldados, polícias, praças da G. N. R. confundiam-se com a multidão, empenhando-se fraternalmente na defesa e na honra do homem esperado no Palácio de Queluz. O protocolo não foi adulterado, ainda que tenha sido inesperadamente transformado no largo fronteiro ao Palácio onde crianças, jovens e adultos disputavam com respeito lugares e missões que tradicionalmente competiam à P. M. e à P. S. P. Vivia-se mais um momento de confraternização e aplaudia-se o novo presidente que ia assumir um

cargo e funções que diziam respeito a todo o povo português. A cerimónia estava marcada para as 16 horas. Uma hora antes tinham já começado a entrar no Palácio Nacional de Queluz as individualidades convidadas e que eram recebidas pelo embaixador Mendonça e Cunha, do Protocolo do Estado. Dez minutos antes da hora marcada para o início do acto da posse do Chefe do Estado, já todas as individualidades tinham ocupado os seus lugares. No lado direito, concentravam-se os membros do corpo diplomático, entre os quais se incluía a única senhora actualmente com tais funções no nosso país — a encarregada de negócios do Uruguai.

No lado esquerdo, viam-se os representantes do Movimento das Forças Armadas, seguindo-se as individualidades civis. Os primeiros eram os seguintes: coronel Vasco Gonçalves (Exército), comandantes Crespo e Contreiras (Armada), majores Vítor Alves e Melo Antunes (Exército), capitães Costa Martins e Pereira Pinto (Força Aérea), capitães Vasco Lourenço e Oliveira Patrício (Exército), tenente Marques Júnior (Exército) e major Carvalho (Exército).

Depois encontravam-se o Cardeal-Patriarca de Lisboa, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o procurador-geral da República, o prof. Adelino da Palma Carlos, os delegados da Junta de Salvação Nacional nos Ministérios da Educação Nacional, das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Justiça e o secretário-geral da Presidência da República.

Às 16 horas deu entrada na Sala do Trono o cortejo presidencial, que se formara desde a Sala

dos Espelhos. Primeiro vinham os elementos da Junta de Salvação Nacional, a seguir o general António de Spínola e, por fim, os componentes da Casa Militar do Presidente da República — o tenente-coronel Almeida Bruno, chefe da Casa Militar; capitão António Ramos (Força Aérea), oficial às ordens; major Manuel Monge (Exército), o capitão-tenente Duarte Costa e o capitão piloto aviador Zuquete da Fonseca, ajudantes de campo para o Exército, Marinha e Força Aérea, respectivamente.

O general Spínola ficou ladeado, à direita, pelo general Costa Gomes, almirante Pinheiro de Azevedo e general Diogo Neto; e, à esquerda, pelo general Galvão de Melo, almirante Rosa Coutinho e general Jaime Silvério Marques.

MOMENTO ESPERADO

O general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e membro da Junta de Salvação Nacional faz a seguinte proclamação:

De harmonia com a decisão da Junta de Salvação Nacional que assumiu a direcção dos destinos da Nação, a partir do dia 25 de Abril último, tenho a honra de proclamar Presidente da República o general António de Spínola, que exercerá as suas funções com os poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição até às eleições gerais a realizar dentro de um ano.

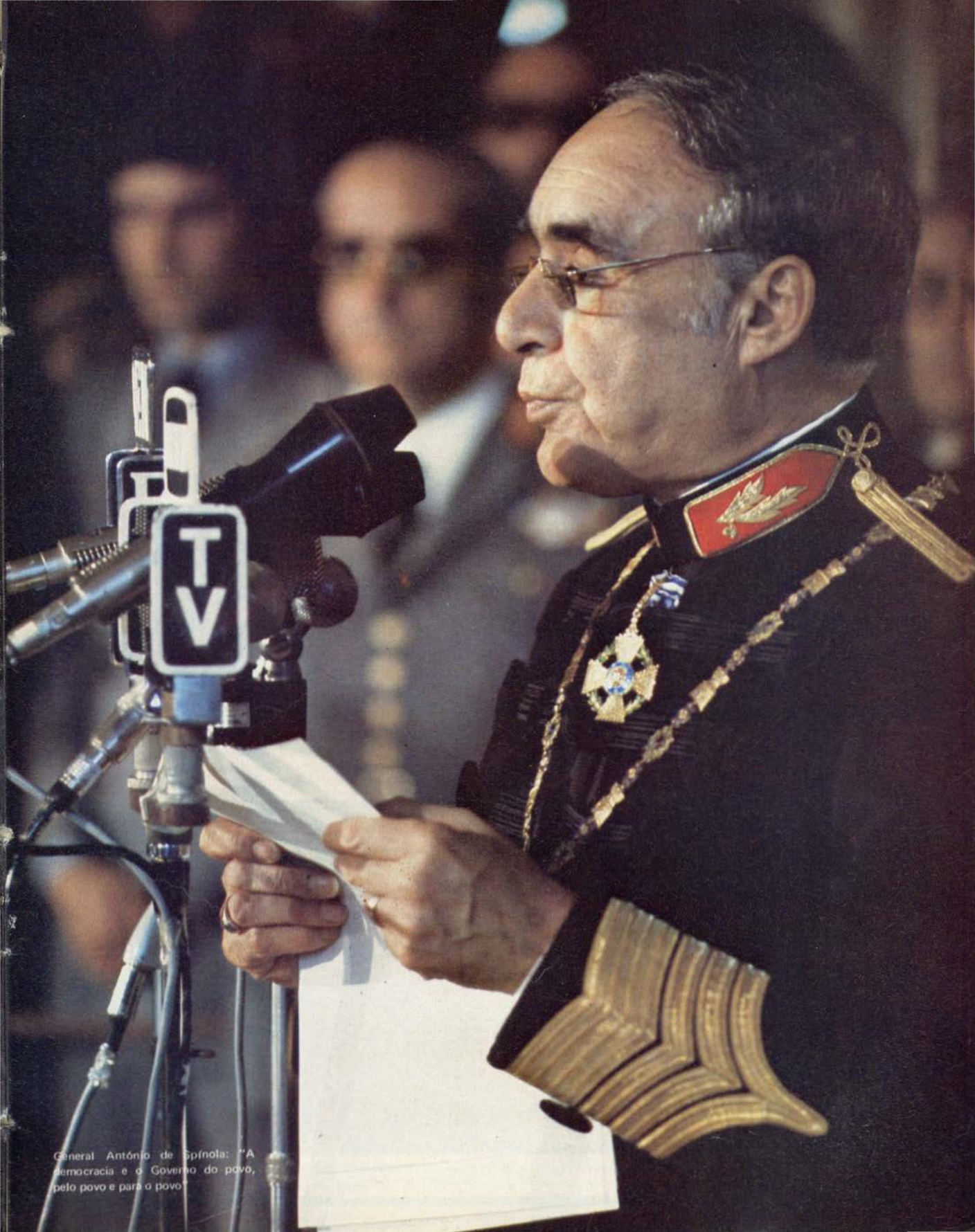
Após esta proclamação o general Costa Gomes dirigiu-se ao Presidente da República nestes termos:

Senhor Presidente da República:

Os jovens do Movimento das Forças Armadas



Representantes do Movimento das Forças Armadas saúdam o Presidente da Nova República Portuguesa



General António de Spínola: "A
democracia e o Governo do povo,
pelo povo e para o povo"



Momento histórico na vida portuguesa: aquele em que o general Costa Gomes, chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, lia a seguinte proclamação:
 "De harmonia com a decisão da Junta de Salvação Nacional que assumiu a direcção dos destinos da Nação, a partir do dia 25 de Abril último, tenho a honra de proclamar Presidente da República o General António de Spínola, que exercerá as suas funções com os poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição até às eleições gerais a realizar dentro de um ano."

extensão do incommensurável serviço prestado à Pátria e ao povo português pelo Movimento das Forças Armadas.

Vividas as primeiras semanas de natural explosão emotiva, pontuada todavia por alguns excessos lesivos ao clima de tranquilidade cívica cuja firme salvaguarda se impõe, o País vai entrar numa fase de reflectida ponderação, iluminada pelo reconhecimento de que democracia não significa anarquia, e de que a confusão dispersiva de actuações desordenadas não ajuda, de modo algum, a construção do futuro que o povo português anseia.

O desrespeito pela ordem social decorrente de uma sólida fundamentação democrática e do perfeito funcionamento de instituições representativas foi sempre, em todos os tempos e latitudes, a porta por onde entraram os ditadores. Bem gostaríamos de a ter encerrado definitivamente; mas só o conseguiremos quando cada português impuser a si próprio, em livre expressão da sua capacidade para o exercício da cidadania, o mais alto padrão de disciplina cívica, sem o qual jamais poderá edificar-se uma autêntica democracia.

Impõe-se-nos, antes de mais, fazer um profundo exame de consciência, para concluir se será, de facto, democrático o processo esboçado de decidir e aplicar decisões fraccionárias antes de o povo definir, em consenso, o tipo de sociedade em que deseja viver. É que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, não podendo entender-se senão na mais inteira liberdade de expressão, associação, reunião, debate e votação das decisões colectivas pela via de instituições legítimas, logo seguida da mais estrita observância das decisões assim tomadas. Creio firmemente ser essa a única forma de vida política onde cabe a dignidade humana; de resto, foi em nome desse ideal cívico que as Forças Armadas libertaram o País.

A democracia não se conquista; talvez mesmo se não construa; a democracia vive-se. E, assim, o nosso propósito não pode ser outro senão o lançamento de bases sólidas para essa vivência; propósito aliás claramente expresso no programa do Movimento das Forças Armadas que vale a pena evocar nos seus traços essenciais.

Reitero por isso o programa traçado, tendente a promover a estruturação partidária e associativa em clima da mais completa abertura, devendo o poder instituído assegurar que as liberdades de uns não sejam ameaçadas por excessos de outros. Empenhar-nos-emos em evitar, por todos os meios, que o processo de politização dos cidadãos possa ser entravado ou comprometido, constituindo ponto firme do nosso programa o desmantelamento do aparelho repressivo do antigo regime. Mas os caminhos que o País haverá de trilhar terão de ser definidos por instituições democráticas verdadeiramente representativas e solidamente implantadas, através das quais todos os cidadãos possam exprimir-se, onde todas as correntes de opinião se façam ouvir e em cujo topo se encontre, em lídima expressão final da soberania, uma câmara legislativa constituída por mandatários incontestáveis do povo português. Serão as decisões dessa câmara, depois de referendadas, que definirão o nosso estatuto político, económico e social. E só então nascerá, de facto, o Portugal renovado que ambicionamos.

Entretanto, os nossos esforços centrar-se-ão no restabelecimento da paz no Ultramar; mas o destino do Ultramar português terá de ser



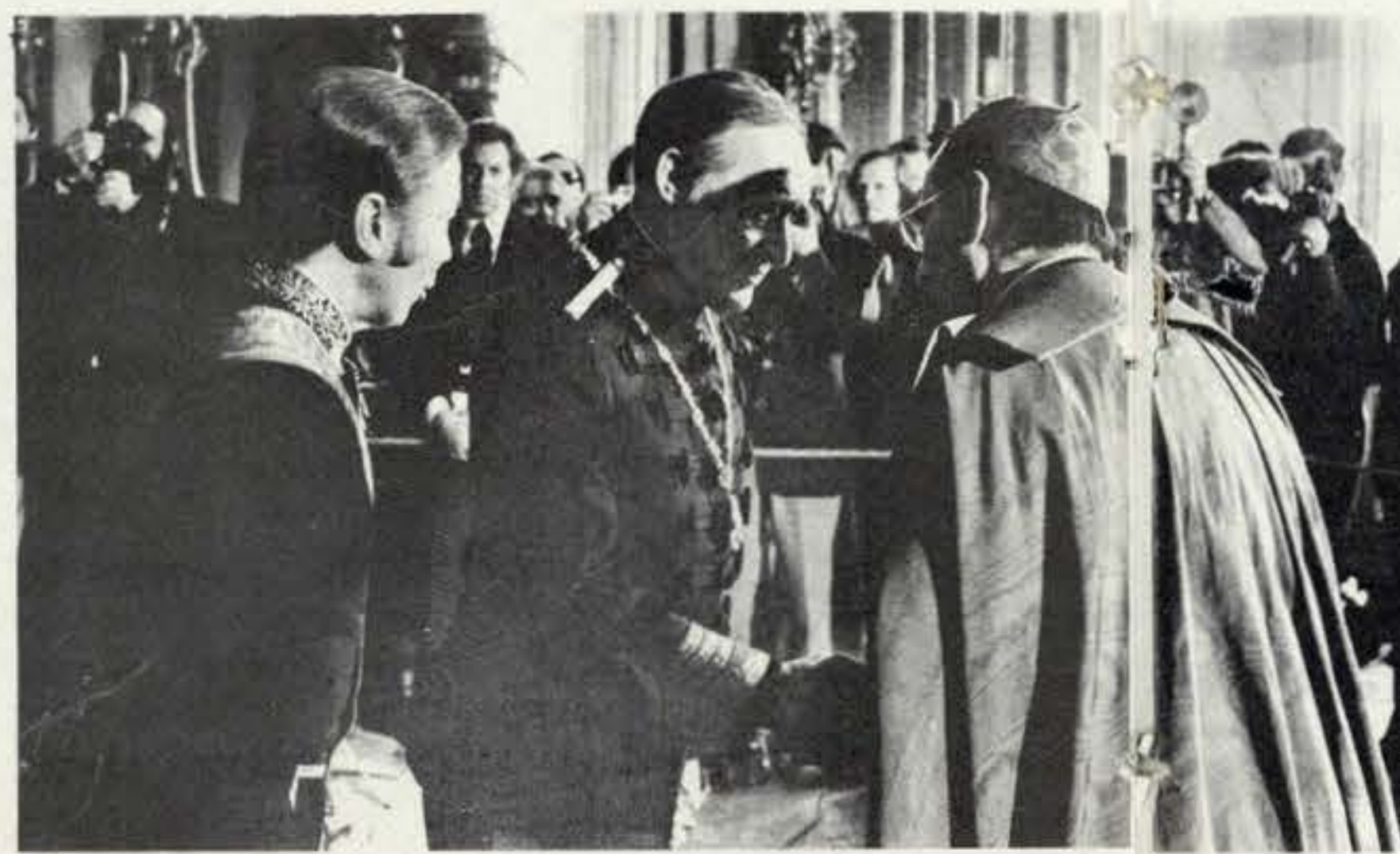
O general António de Spínola ostentava o grande colar da Ordem da Torre e Espada



O decano do corpo diplomático, o núncio apostólico, cumprimenta o Presidente da República



A cerimónia de posse, realizada na Sala dos Espelhos do Palácio de Queluz, revestiu-se da maior solenidade. Estiveram presentes os membros da Junta de Salvação Nacional, representantes do Movimento das Forças Armadas, o Corpo Diplomático, o novo Primeiro-Ministro e outras individualidades



Momento em que o prof. Adelino da Palma Carlos apresentava cumprimentos ao Chefe do Estado

realizaram em 25 de Abril a mais digna revolução da História Contemporânea.

A Junta de Salvação Nacional, que escolheram em acto de inspiração e justiça, elegeu V. Exa. para representante maior do povo de Portugal.

As minhas palavras não adicionarão um átomo à sua estatura profissional de soldado ou ao seu perfil de político e homem de letras.

Recordamo-lo como capitão empreendedor que restabeleceu a "Revista de Cavalaria" e a dirigiu durante tantos anos.

Vemo-lo consagrado no Norte de Angola como chefe militar, tão ousado e valoroso que o adversário o considerava invulnerável às balas.

Reconhecemo-lo no Sul, em tarefas de promoção social, apóstolo da paz nas relações com cuanhamas e cuamatós.

Encontramo-lo na Guiné tão sereno frente ao perigo como humano na acção governativa; do irmão Spínola falam os guinéus que o veneram.

A culminar uma longa bibliografia polifacetada, surge na plenitude do seu talento político-literário o livro da esperança nacional que foi o ideário da "revolução das flores".

Que Deus o proteja para bem do povo e glória de Portugal.

"JURO, POR MINHA HONRA"

Depois das palavras do general Costa Gomes o Presidente da República prestou o seu compromisso:

Juro, por minha honra, garantir o exercício de todos os direitos e liberdades dos cidadãos, observar e fazer cumprir as leis, promover o bem geral da Nação e defender a independência da Pátria Portuguesa.

O general António de Spínola dirigiu, imediatamente após ter assumido as suas funções de Presidente da República, a seguinte mensagem: Portugueses:

Ao ser investido nas funções de Presidente da República por decisão da Junta de Salvação Nacional, sinto-me no dever de me vincular ao ideário do Movimento das Forças Armadas, à luz do qual se cumprirá a tarefa de construção do futuro e por cuja execução assumo, perante o País, o mais solene compromisso.

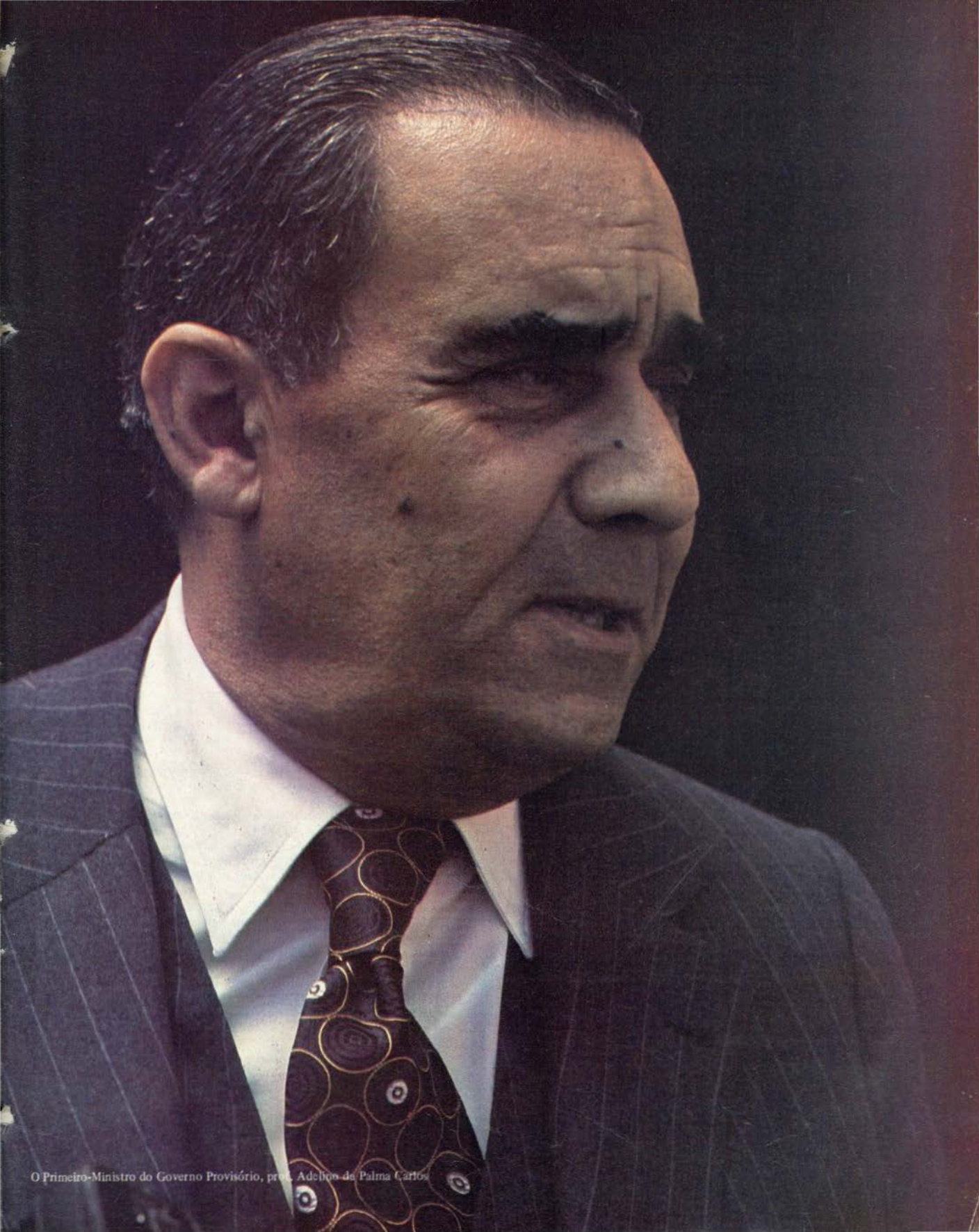
São para as Forças Armadas as minhas primeiras palavras. Vilipendiadas pelas atitudes servis de alguns dos seus chefes, injustamente acusados dos erros políticos, violentadas a coberto do seu elevado sentido de honra e do dever, quase destruídas, em suma, no que representavam de instituição eminentemente nacional, as Forças Armadas, pela mão dos seus quadros mais jovens, souberam apesar de tudo mobilizar a sua última reserva moral colocando-se ao serviço da Nação, de que há décadas haviam sido desviadas.

A Pátria deve a hora grandiosa que hoje vive a esses jovens que souberam manter acesa a chama do dever, e que, na nobreza do seu idealismo, arrastaram com eles à vitória o povo português. Na consciência de que a plenitude da soberania pertence à Nação, cabendo às Forças Armadas a sua instantânea defesa, o movimento das Forças Armadas, em rasgo de serena audácia e perfeita isenção, restituiu Portugal ao seu povo. Jamais os portugueses poderão esquecer o verdadeiro alcance da gesta libertadora destes magníficos militares que salvaram o País da tragédia nacional para que se caminhava. Devemos ao seu patriotismo e ao seu sentido do dever como servidores do povo sem partidarismo, o momento histórico que a Nação vive. E por mais eloquentes que sejam as palavras, só a História e os vindouros saberão julgar toda a



No acto de posse do Governo Provisório, afirmou o Presidente da República, dirigindo-se aos ministros: "Acima das nossas ideias partidárias que democraticamente respeito, presidirá à acção do Governo um espírito de verdadeira equipa ao serviço dos superiores interesses da Nação."





O Primeiro-Ministro do Governo Provisório, prof. Adelson da Palma Carlos

que o País livremente escolher, recolherei de novo ao seio das Forças Armadas de que nunca me afastei, e onde irei reintegrar-me com a consciência de ter cumprido o meu dever.

HOMENAGEM ESPONTÂNEA

A multidão, embora não podendo ver a cerimónia que se desenrolava na Sala do Trono do Palácio de Queluz, participava com cantos e vivas, e até com certa impaciência pelo retardar do general Spínola, no acto que o elevou ao mais alto cargo da Nação. Um grupo de esquadrões motorizados da

G. N. R. conseguiu penetrar por entre a multidão e tomar posição frente à porta principal do palácio. A saída do prof. Adelino Palma Carlos intensificou o entusiasmo e a esperança das gentes. O Presidente da República não tardaria a surgir coroado de êxito os gritos de homenagem que constantemente ecoavam no largo que prolonga e engrandece o palácio. Uma compacta ovação eclodiu quando o Chefe do Estado apareceu à porta principal, e, por entre a multidão que mais se comprimira, se dirigiu ao palanque de onde lhe seria prestada a guarda de honra. Todo o povo, sem mandatários e sem gulas endossados estrategicamente, mas livre e

espontaneamente, homenageou à sua maneira o defensor de uma democracia onde todos encontrarão o seu lugar. Ao longo do cortejo em direcção ao Palácio de Belém, escoltado até à zona de Caselas pelo Grupo de Esquadrões Motorizados da G. N. R. e depois pelo Regimento de Cavalaria da G. N. R., as ovações não terminaram. Milhares de pessoas tinham-se concentrado no Palácio de Belém aguardando a chegada do Chefe do Estado. O general Spínola não pôde entregar-se ao trabalho sem que primeiro correspondesse à gratidão e euforia colectiva, subindo a uma varanda, que animavam a multidão que, em Belém, o esperava.



O Governo Provisório

Formado por personalidades das diversas correntes políticas e chefiado pelo prof. Adelino da Palma Carlos, que a si mesmo se define como indivíduo não filiado em qualquer partido, entrou em funções na quinta-feira o Governo Provisório desta nova República Portuguesa. De acordo com a lei que estabelece a sua orgânica, este Governo Provisório é constituído pelo primeiro-ministro, pelos ministros sem pasta que poderão ir até a um máximo de 4, por outros 11 ministros distribuídos por igual número de pastas e ainda por 18 secretários de Estado e 4 subsecretários. O Governo poderá deste modo, no total, compreender 38 individualidades. No entanto, no momento em que escrevemos, só foram providos 3 lugares de ministro sem pasta e falta designar 8 secretários e 1 subsecretário de Estado, pelo que só 28 personalidades tomaram posse perante o Presidente António de Spínola. Saliente-se ainda que há apenas 1 militar no elenco governativo — o ministro da Defesa Nacional, mas que o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Costa Gomes, membro da Junta de Salvação Nacional, tem, por força de recente lei, categoria idêntica à de primeiro-ministro; por outro lado, as funções dos titulares das pastas militares até aqui existentes são agora desempenhadas pelos chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

O elenco governativo que tomou posse na quinta-feira é, pois, o seguinte:

PRIMEIRO-MINISTRO — Prof. Adelino da Palma Carlos

MINISTRO DA DEFESA NACIONAL — Tenente-coronel do C. E. M., Mário Firmino Miguel

MINISTRO DA COORDENAÇÃO INTERTERRITORIAL — Dr. António de Almeida Santos

Secretário de Estado da Administração — Dr. Deodato Nuno de Azevedo Coutinho

Secretário de Estado dos Assuntos Económicos — (ainda não designado).

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA — Dr. Joaquim Jorge Magalhães Mota

MINISTRO DA JUSTIÇA — Dr. Francisco Salgado Zenha

MINISTRO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA — Dr. Vasco Vieira de Almeida

Secretário de Estado das Finanças — Dr. José da Silva Lopes

Secretário de Estado do Orçamento — Dr. António Costa Leal

Subsecretário de Estado do Tesouro — Dr. Artur Luís Alves Conde

Secretário de Estado do Planeamento Económico — (ainda não designado)

Secretário de Estado da Indústria e Energia — Eng. José de Melo Torres Campos

Secretário de Estado da Agricultura — (ainda não designado)

Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo — Dr. Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar

Secretário de Estado do Abastecimento e Preços — Dr. Nelson Sérgio Melo da Rocha Trigo

Subsecretário de Estado das Pescas — (ainda não designado)

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS — Dr. Mário Soares

MINISTRO DO EQUIPAMENTO SOCIAL E AMBIENTE — Prof. eng. Manuel Rocha

Secretário de Estado das Obras Públicas — Eng. Pedro Nunes

Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações — Eng. Manuel Ferreira Lira

Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo — Arq. Nuno Portas

Secretário de Estado da Marinha Mercante — (ainda não designado)

Subsecretário de Estado do Ambiente — Arq. Gonçalo Ribeiro Telles

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Prof. Eduardo Correia

Secretário de Estado da Administração Escolar — (ainda não designado)

Secretário de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica — (ainda não designado)

Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar — (ainda não designado)

Secretário de Estado de Reforma Educativa — (ainda não designado)

MINISTRO DO TRABALHO — Avelino António Pacheco Gonçalves

MINISTRO DOS ASSUNTOS SOCIAIS — Prof. Mário Murteira

Secretário de Estado da Saúde — Dr. António Galhordas

Secretário de Estado da Segurança Social — Dra. Maria de Lurdes Pintassilgo

MINISTRO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL — Dr. Raul Rego



uma família completa, o pai, a mãe os filhos e o **CORONA 1800**

O TOYOTA CORONA, na sua nova versão 1800 c.c.,
 é um autêntico familiar. Faz parte da família.
 Transporta-a com comodidade e segurança.
 Vai a qualquer parte ... e regressa.
 É belo, dinâmico, fácil de conduzir.
 Sobe com facilidade, roda bem. Tem classe.
 Merece entrar para a sua família.



TOYOTA
 **veio
 para ficar.
 E FICOU MESMO**

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: SALVADOR CAETANO, S.A.R.L. CONCESSIONÁRIOS EM TODO O PAÍS COM SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PEÇAS

PLAZA INTERNACIONAL

para quem conhece o mundo
e o sabor das melhores
coisas do mundo

Um novo cigarro. PLAZA Internacional. O novo sabor Plaza.

Um cigarro de nível internacional.

Um acto de escolha e de afirmação própria.

O seu Plaza. Em qualquer circunstância. Sempre.

Extra Longo. @Filtro Triplo Ventilado.

Duas vezes mais eficaz!



PLAZA a sua afirmação pessoal





democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua. Haverá que deixar-lhes inteira liberdade de decisão; e em África, como aqui, evitaremos por todas as formas que a força de minorias, sejam elas quais forem, possa afectar o livre desenvolvimento do processo democrático em curso.

Nesta linha de pensamento, desejamos firmemente, em plena corporização dos ideais do movimento triunfante, que a paz volte ao Ultramar. E pensamos que o regresso dos partidos africanos de emancipação ao quadro da actividade política livremente desenvolvida será a prova cabal do seu idealismo e o mais útil contributo para o pleno esclarecimento e a perfeita consciencialização dos povos africanos, em ordem a uma opção final conscientemente promovida e escrupulosamente respeitada.

Na ordem interna, empenhar-nos-emos em tornar representativas as organizações políticas, sociais e económicas, reparar injustiças sociais e cívicas, recuperar valores e assegurar o justo equilíbrio nas relações de trabalho.

Para tanto, haverá que acelerar o ritmo de expansão económica; garantir, dentro dos seus princípios, a ordem democrática a completa

liberdade sindical dos trabalhadores e do patronato; dismantelar o antigo controlo corporativo e aniquilar os seus estrangulamentos; criar um clima propício à constituição de partidos e associações político-económicas que expressem todas as correntes de opinião; promover a livre eleição da nova Assembleia Constituinte; sujeitar a "referendum" a lei fundamental que definirá o estatuto de livre escolha do povo português; e finalmente entregar o Poder às novas instituições livremente constituídas e como tal perfeitamente legitimadas.

É evidente que terá de proceder-se, em paralelo, ao saneamento moral do País e à reformulação de todo um complexo de conceitos de justiça social, delineando as bases em que irá moldar-se o perfil da nova sociedade portuguesa.

Na ordem externa, manteremos os nossos compromissos de natureza política, económica e militar, para os quais não há, de momento, outras razões limitativas senão as claramente decorrentes do circunstancialismo do momento que vivemos e da salvaguarda de riscos imediatos.

Entendo não dever ir mais longe nas minhas afirmações, pois, a partir de amanhã, o País terá à sua frente um Governo Provisório a quem será

entregue a prossecução das tarefas que não-de corporizar o ideal proclamado. Na verdade, se o Movimento das Forças Armadas libertou o País dos que agiam em seu nome, mas sem mandato, não faria sentido que, ao ultrapassar o quadro traçado, voltássemos afinal ao mesmo sistema de decisões unilateralmente tomadas, embora sob outro rótulo e pela mão de outros poderes.

Nem se argumente que tais tarefas seriam legitimadas pela vontade do povo, expressa nas gigantescas demonstrações cívicas a que o País assistiu. Será bom recordar que os ditadores começaram sempre reformando à margem das instituições sob o eufórico aplauso popular. Foi aliás essa forma demagógica de transformar o poder em tirania com o apoio das massas em delírio que esteve sempre na origem dos regimes totalitários. Ao contrário, o propósito que nos anima é o de criar e defender instituições democráticas estáveis, na serenidade de espírito com que devem tomar-se as decisões por que há-de reger-se um povo.

Competirão, portanto, ao Governo Provisório as tarefas administrativas necessárias à vida quotidiana, que não pode parar, e a ingente missão de, a par da construção do bem-estar económico e social, edificar e consolidar a democracia através da

Quando saiu do Palácio de Queluz, o general António de Spínola foi rodeado por entusiasta multidão que o aplaudiu vibrantemente. Manifestações de irreprimível entusiasmo, aliás, verificavam-se desde muito cedo

qual o povo português encontrará a autêntica liberdade.

Terá de ser, assim, um Governo sem partidos, porque é de todos os partidos; sem tendências, porque nele cabem todas as tendências; sem programa, porque o seu programa é o do Movimento das Forças Armadas. É nesse sentido de emanência nacional que se enquadra; e a essa luz governará a Nação até que esta tenha ultimado quanto carece para governar-se a si própria, no pleno exercício da soberania que enfim se lhe devolve.

A realização desta gigantesca tarefa de preparação do País tem necessariamente de basear-se na estabilidade social e na expansão económica, impondo-nos serenidade cívica e a obrigação moral de uma total entrega ao trabalho intenso em todos os sectores da vida nacional.

Não podemos, de forma alguma, deixar que pressões de qualquer ordem venham perturbar o nosso processo de evolução; e à imagem do Portugal renovado que estamos construindo

teremos de associar a afirmação de plena capacidade para evoluir politicamente sem convulsão social nem quebra do ritmo da formação de riqueza que a todos aproveite. Daí, justificar-se, mais do que nunca, o apelo ao trabalho, no sentido de um aumento de produtividade, sendo esta, de momento, a mais instantânea das reivindicações; apelo, por isso, à consciência colectiva do operoso povo português que por certo não desejará a sua libertação ensombrada pelo espectro desolador de uma crise económica com todo o cortejo de privações e sob o signo do desemprego.

E tão-pouco será em clima de ódio cego e de obstinação vingativa sobre os responsáveis dos males passados que construiremos a imagem que há-de restituir-nos, perante o mundo, o lugar que nos cabe no contexto das nações. Para tanto, impõe-se que sejamos coerentes e se entregue à isenção da Justiça o apuramento de responsabilidades pelos crimes e iniquidades cometidos à sombra do velho regime. E bem desejaria que, nesta hora de arranque para uma

nova ordem, esse apelo à coerência encontrasse eco no espírito de todos os portugueses, pois o Movimento das Forças Armadas triunfou para que as decisões arbitrárias e os anteriores métodos de repressão fossem banidos da vida nacional, e não para que houvesse apenas simples mudança de executores.

São estes os traços gerais da missão em que me empenharei durante o mandato que o Movimento das Forças Armadas me confiou. Tomo perante o povo português a responsabilidade do seu integral cumprimento; e faço-o de consciência tranquila, pois jamais a vida política se me revelou aliciante. Servirei o País com a mesma isenta devoção com que sempre o servi, como soldado que me orgulho de ser; e desejo por isso concluir com a afirmação de que a minha presença neste lugar deverá ser por todos entendida, antes de tudo e apenas, como firme e cabal garantia de que não serão traídas as esperanças despertadas nos corações portugueses na manhã de 25 de Abril. Cumprida essa missão, e entregue o testemunho ao Presidente da República